UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PAISAGEM & AMBIENTE

TÍTULO DA TESE DE DOUTORADO:

**Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação 'bairro': como foram e como podem ser.
Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife**

ALUNA: Sandra Augusta Leão Barros

ORIENTAÇÃO: Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

São Paulo
2011

Sandra Augusta Leão Barros

**Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação
‘bairro’: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros
do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife**

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PAISAGEM E AMBIENTE

Orientadora: Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

São Paulo

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: sandleao@gmail.com

Barros, Sandra Augusta Leão

B277r Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação 'bairro': como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife / Sandra Augusta Leão Barros. -- São Paulo, 2011.
253 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP.

Orientadora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

1.Paisagem urbana – Recife(PE) 2.Áreas centrais – Recife(PE)
3.Bairros – Recife(PE) 4.Urbanismo - Recife(PE) 5.Subúrbios – Recife(PE) I.Título

CDU 711.4.01(813.41)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BARROS, Sandra Augusta Leão. Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Instituição: FAU.USP

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

Prof. Dr. Carlos Guilherme Santos Seroa Mota

Instituição: FFLCH. USP

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

Prof. Dr. Fabio Mariz Gonçalves

Instituição: FAU.USP

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

Prof. Dr. José Luiz Mota Menezes

Instituição: UFPE

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

Prof. Dr. Vladimir Bartalini

Instituição: FAU. USP

Julgamento: Aprovada

Assinatura:

Evocação do Recife

Recife

Não a Veneza Americana

Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais

Não o Recife dos Mascates

Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois

- Recife das revoluções libertárias

Mas o Recife sem história nem literatura

Recife sem mais nada

Recife da minha infância

Manuel Bandeira. In: SILVA, Leonardo Dantas. O Recife: imagens da cidade sereia. Recife: Prefeitura Municipal, Comunigraf Editora, 1998.

Parodiando o poema Evocação do Recife de Manuel Bandeira, faço aqui a minha reverência a esta cidade:

O Recife do bairro das Graças, junto à curva do rio Capibaribe,

Que quase nos abraça ao lado da casa azul do Centro Espírita

O Recife do 'ir a cidade', em referência a 'ir ao centro da cidade'

O Recife da casa da minha avó, dos pirulitos de mel de abelha

O Recife sem mais nada

O Recife da minha infância.

Sandra Leão, maio 2010.

“ Un barrio es un espacio físico que se constituye a partir de la ‘propia casa’, de las calles y veredas, edificios y plazas que lo componen.

Su gente escribe historias que construyen diaria y colectivamente y que hablan de amores, ilusiones, recuerdos, lugares, juegos y trabajos que se enredan con sus paisajes, edificios y plazas.

El tan característico ‘soy de ...’ encierra el significado de la identidad compartida, propia única y singular y del intangible sentido de pertenencia que van más allá de los límites físicos preestablecidos.

Hablar del patrimonio de los barrios de la ciudad de Buenos Aires es descubrir las señas de su particularidad al recorrer sus paisajes, edificios y lugares de valor histórico, a recuperar la memoria de sus abuelos, el hacer de sus niños, el aporte de las diversas comunidades, la creación de sus artistas y la cotidianeidad de sus días.

Porque entre todos conforman la identidad de su barrio y le dan singularidad patrimonial al mismo.’

INSTITUTO HISTÓRICO DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, Dirección General de Patrimonio.

Introducción al Patrimonio de los Barrios de Buenos Aires.

Disponível em: <<http://www.dgpatrimonio.buenosaires.gov.ar/barrios.htm>>. Acesso em: out. 2006.

AGRADECIMENTOS

- Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer a minha orientadora, Maria Angela Faggin Pereira Leite, que topou sem titubear a dupla orientação, no Mestrado e Doutorado. Acompanhando as idas e vindas do tema, os mergulhos e emersões, sintonias e desafinações da pesquisa. A troca de idéias foi intensa no período do estágio PAE, assim como as caronas. O meu muito obrigado em público;
- Em segundo lugar, agradeço ao professor Dr. Murillo de Azevedo Marx, pela co-orientação informal, dando-me suporte também na etapa do intercâmbio ao exterior;
- Em terceiro lugar, agradeço a professora Dra. Catharina Pinheiro Lima, pelo incentivo constante na aposta na carreira acadêmica, desde o início do Mestrado;
- Aos demais alunos e professores do estágio PAE – Silvio Macedo, Vladimir Bartalini, Paulo Pellegrino e Fabio Gonçalves, obrigado por compartilhar temas da paisagem urbana em sala de aula, experiência que eu não tinha até então;
- A Guilherme Mazza Dourado, meu procurador desde sempre em São Paulo, desde a minha inscrição no processo seletivo para o Doutorado, até o depósito final da tese;
- A Dona Marina Chaib, minha casa em São Paulo;
- A minha família, sempre presente nas horas difíceis ao longo de todo o percurso;
- As disciplinas começadas e não terminadas, e as disciplinas começadas e concluídas, muito aprendi e compartilhei das expectativas de trabalhos e teses futuras com os outros alunos;
- A FAU.USP, faculdade que me sinto muito à vontade, pela liberdade e aceite na escolha de temas para a pesquisa, coisa que dificilmente eu acharia em outra universidade, desde a escolha inicial de tema para o mestrado. Além do suporte da bolsa Capes de Doutorado/Demanda Social, a qual foi decisiva para mim nos períodos em que morei em São Paulo, obrigada a Comissão da Pós-Graduação e as pacientes secretárias, nas pessoas de Isa e Regina. Também agradeço a facilidade de empréstimos de livros, inclusive raros, entre as diversas bibliotecas do campus, facilitando o andamento dos Trabalhos Programados. Sem esquecer da ajuda de Maria José da biblioteca da Pós no preparo da ficha catalográfica e procedimentos de normatização do texto na etapa final;
- Agradeço a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), entidade do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha (MAE), pela beca MAE-AECID durante um ano, quando tive a oportunidade de estudar numa escola europeia, participando de um Master Oficial da Comunidade Europeia, durante o intercâmbio sanduíche no Doutorado;
- A Ana Luengo Añón, Carmen Añón, Coro Milares, Aurora Carapinha, Lorena e demais alunos e professores do curso de Especialização em Reabilitação de Jardins e Parques Históricos: paisagens culturais, ano 2009, da Universidad Politécnica de Madrid, grata pela convivência e conhecimentos compartilhados, em sala de aula e visitas técnicas: La Granja, Aranjuez, Retiro e Alameda de Osuna;
- Ao Master Oficial em Restauração e Conservação do Patrimonio Arquitectónico da Universidad Politécnica de Madrid, nas pessoas do Diretor Javier Mosteiro, Carlota Bustos, Fernando Vela, Merino e aos alunos aqui citados nas pessoas dos espanhóis Alejandro García Hermida, David Sánchez e Mariangeles Gutierrez, da chilena Carolina Escalona, da mexicana Marianela Porraz, companheiros de equipe, meu muito obrigada pelo aprendizado técnico-científico e também na cultura espanhola. Javier e Carlota sempre prontos a

AGRADECIMENTOS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

assinar, atestar e documentar minha presença e aprendizado frente a papelada do Ministério, Javier inclusive assinando cartas de aceite durante vários anos anteriores (2003 a 2007), sem eu ter suporte financeiro para a empreitada;

- Aos amigos recifenses nas pessoas de Marcus Asbar (programador visual), Telma Loureiro (fiel secretaria desde Jaboatão), Carmen Wanick (amiga paisagista e intercambista em Barcelona), Patricia Antuña, Natasha Kater e demais companheiros do espanhol (Instituto Cervantes e Yázigi), pelo acompanhamento durante o triângulo de cidades que participei – Recife/São Paulo/Madrid, pelo apoio e incentivo na empreitada, que finalmente chega ao ponto final, representando os vários grupos de amigos que participei;

- A todos que direta ou indiretamente contribuíram e não foram citados, meu muito obrigado mesmo assim. Inclusive a minha avó Luzia, que não está mais entre nós, mas me ensinou a ver a cidade de um ângulo particular junto a curva do rio Capibaribe no bairro das Graças, onde morava e eu passava os dias, transformando os sentimentos em palavras no poema inicial.

RESUMO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BARROS, Sandra Augusta Leão. Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife. 2011. 253 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RESUMO

Bairros não são mais que linhas no papel. Mas linhas plenas de significados que contêm, sobre o arcabouço físico-geográfico, diversas matrizes sócio-econômicas e histórico-culturais que os fazem únicos. Ainda mais esses dois conjuntos de bairros estudos de caso desta pesquisa, tão significativos recortes espaciais da Cidade do Recife, que ora até se confundem com a própria essência da Cidade, num sentido não só de identidade íntegra e plena, mas de complementaridade e solidariedade.

Limites abstratos num sentido, concretíssimos em outro, cuja discussão extrapola, e muito, o âmbito de uma tese. Sempre tema da ordem do dia no planejamento urbano atual, o bairro antes de tudo é a escala do cotidiano, do (re) conhecimento do cidadão perante o espaço que habita. A definição de bairro e as questões que o definem e limitam correspondem ao eixo central deste estudo.

Palavras-chave: bairros, arrabaldes, escala urbana, Recife, Conjunto Urbano de Casa Forte, centro, umbigo

ABSTRACT

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BARROS, Sandra Augusta Leão. Revisiting definitions and spatialities about 'district' denomination: how they were and how they could have been. The central districts and the districts of Casa Forte Urban Set in Recife. 2011. 253 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ABSTRACT

Districts are no more than lines in a paper. But lines full of meanings, which have at the physico-geographical support many social-economical and historic-cultural nuances, that make them unicals. Moreover these two sets of neighborhoods that are case studies in this research, as significant special profiles of Recife, which even confused with the very essence of the city, a sense of identity not only full of complementarity and solidarity.

Abstract limits in a sense, concrete in another, whose discussion goes beyond the scope and much of the argument of a thesis, always subject on the agenda in the current urban planning, the district first and foremost is the scale of everyday life, recognition of citizen's living space. The definition of a neighborhood and the issues which defines it correspond to the central axis of this research.

Keywords: neighborhood, district, urban scale, Recife, Casa Forte Urban Set, centre, navel

SUMÁRIO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

SUMÁRIO

	Página
Apresentação	21
C apítulo 1 – Pesquisa semântica da palavra ‘bairro’ e termos afins (arrabalde, freguesia, paróquia, distrito, subúrbio)	25
1.1. Um olhar histórico sobre o bairro no presente	27
1.2. Um olhar geográfico sobre o bairro no presente	34
1.3. Denominações, definições e espacialidades – dicionários técnicos, dicionários de línguas, verbetes virtuais, enciclopédias, um ‘pout porri’	39
C apítulo 2 – O que define um bairro?	61
2.1. Uma nomenclatura?	63
2.2. Um limite físico-espacial?	68
2.3. Seus espaços livres?	69
2.4. O curso do rio, sua várzea ou as ‘janelas’ que se abrem para estes?	80
2.5. Uma forma, um conteúdo e uma escala urbana?	83
C apítulo 3 – A Cidade do Recife: os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte	87
3.1. Os limites naturais	89
3.2. Sua história urbana de ocupação	98
3.3. A expansão urbana em direção ao interior da planície	112
3.4. Os primeiros aglomerados/povoados	119
3.5. Os bairros do Recife hoje, em particular os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte	124
3.6. Do hoje para o amanhã: o que pensamos	153
Considerações Finais	157
Epílogo	165
Referências Bibliográficas	167

SUMÁRIO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Anexos	177
Anexo 1 - Pesquisa semântica da palavra bairro e termos afins em dicionários técnicos, de línguas, enciclopédias e verbetes virtuais	179
Anexo 2 - Elementos tipológicos e morfológicos do conceito de espaço urbano: o lote, a rua, a quadra, o espaço livre, o sistema, em várias cidades européias, segundo Krier. Morfologias dos espaços livres encontrados; Elementos morfológicos de tipos de cruzamentos de vias encontrados na Alemanha, segundo Raymond Unwin, inclusive muitos deles servindo como praças medievais	227
Anexo 3 - Descrição dos limites oficiais dos bairros estudados e sua espacialização, segundo a Lei Municipal nº 16.293, de 22/01/97	239
Anexo 4 - Mapa da Área de Reestruturação Urbana (ARU - 12 bairros), segundo a Lei nº 16.719, de 01/12/01	251

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1	Página
Figura 1 - Centralidade da paróquia em relação aos antigos bairros. Fonte: SANTOS, 1988, p. 116. ISBN 85-7165-001-2.	28
Figura 2 - Paróquias da cidade de Caracas, Venezuela, em 1873. Fonte: VALERY, 1990, s/p. ISBN 980-00-0345-2.	29
Figura 3 - Limites paroquiais da cidade de Caracas, Venezuela, em 1906. Fonte: VALERY, 1990, s/p. ISBN 980-00-0345-2.	29
Figura 4 - O bairro segundo o princípio da grelha, pelo qual seria formado por quatro conjuntos de nove quarteirões, ou 4 vizinhanças. Fonte: SANTOS, 1988, p. 118. ISBN 85-7165-001-2.	35
Figura 5 - A hierarquia do princípio da grelha: lote, quarteirão, vizinhança e bairro. Fonte: SANTOS, 1988, p. 123. ISBN 85-7165-001-2.	35
Figura 6 - Definição subjetiva de bairro como intersecção de diferentes critérios. Fonte: RAPOPORT, 1978, p. 163. ISBN 84-252-0718-5.	37
Figura 7 - Para alguns grupos, o bairro se define como um assentamento, para outros, contém diferentes assentamentos, e para outros enfim, os assentamentos estão situados fora do bairro. Sistemas de comportamento de três grupos sociais em Paris. Fonte: RAPOPORT, 1978, p. 271. ISBN 84-252-0718-5.	37
Figura 8 - Bairro do porto em Delos, Grécia, séculos III e II aC. Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 105. ISBN 85-2730-1008.	43
Figura 9 - Um bairro de Veneza, Itália, entre o rio S. Caterina, Rio S. André, Rio Priuli e Rio S. Felice. Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 306. ISBN 85-2730-1008.	44
Figura 10 - Esboço esquemático da cidade romana de Barcino, hoje Barcelona. Esquema das duas partes da urbe, desenhado a partir de um plano de 1492, mostrando a cidade (B) e o arrabalde, subúrbio separado daquela pela franja linear de espaço livre ocupado anteriormente à velha muralha (AA), que havia de converter-se no famoso passeio de las Ramblas da cidade moderna. Fonte: MORRIS, 1979, p. 339. ISBN 84-2521-1816.	45
Figura 11 - Esboço da cidade de Toledo, Espanha, sob a tomada muçulmana e o arrabal extramuros (séculos XVIII a XI). Fonte: MORRIS, 1979, p. 165. ISBN 84-2521-1816.	45
Figura 12 - Distritos atuais de Madrid, Espanha. Disponível em: < http://www.gomadrid.com/images/districtmap.gif >. Acesso em: set. 2010.	46
Figura 13 - Bairros atuais de Buenos Aires, Argentina. Disponível em: < http://www.pais-global.com.ar/html/argentina/caba/barrios.jpg >. Acesso em: set. 2010.	48
Figura 14 - Comunas e bairros componentes, Buenos Aires, Argentina. Disponível em: < http://en.wikipedia.org/wiki/Neighbourhoods_and_Communes_of_Buenos_Aires >. Acesso em: set. 2010.	49
Figura 15 - Imagem da cidade de Montpellier, França, evidenciando o núcleo central amuralhado, rodeado por núcleos periféricos – os faubourgs. Fonte: FABRE, Ghislaine; LOCHARD, Thierry. Montpellier: la ville médiévale. Paris: Imprimerie Nationale, 1992, p. 197. ISBN 2-11-081238-9.	50
Figura 16 - Mapa da Paris medieval com suas paróquias, cerca de 1300. Fonte: SENNETT, 1997, s/p. ISBN 85-01-04620-5.	51
Figura 17 - Mapa da Paris revolucionária com seu limite primeiro e muro posterior, este com os faubourgs e boulevards, cerca de 1794. Fonte: SENNETT, 1997, s/p. ISBN 85-01-04620-5.	51
Figura 18 - Arrondissements de Paris antes de 1860 – 9 na margem direita do Sena e 3 na margem esquerda. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Arrondissements_de_Paris >. Acesso em: set. 2010.	52
Figura 19 - Arrondissements de Paris atual. Estão distribuídos segundo uma espiral que se desenvolve no sentido dos ponteiros do relógio a partir do ponto central da cidade, localizado no Louvre (1º arrondissement). Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Arrondissements_de_Paris >. Acesso em: set. 2010.	52
Figura 20 - Quartiers de Paris, França. Cada arrondissement está dividido em 4 quartiers ou bairros, que correspondem aproximadamente aos quartos noroeste, nordeste, sudoeste e sudeste do respectivo arrondissement. Disponível em: < http://www.paris-walking-tours.com/images/quartier.jpg >. Acesso em: set. 2010.	52
Figura 21 - Bairros e freguesias atuais de Lisboa, Portugal. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Bairros_de_Lisboa >. Acesso em: set. 2010.	55
Figura 22 - Regiões Político-Administrativas do Município do Recife e bairros componentes. Fonte: RECIFE, Prefeitura da Cidade do. O Recife em números. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 1998 (folheto).	57
Figura 23 - Bairros atuais do Recife, Pernambuco, Brasil, esboço ilustrativo. Fonte: RECIFE, 2000, v. 10, p. 79.	58

Capítulo 2

Figura 24 -	As praças de Santiago de Chile estudadas sob os aspectos: traçado, tamanho, bordas e organização espacial interna. Fonte: COLOM, 1983, p. 76.	71
Figura 25 -	Esboço ilustrativo de estudo tipológico de praças de Santiago de Chile. Fonte: COLOM, 1983, p. 66-67.	71
Figura 26 -	O centro de uma cidade medieval (Lubeck), composto por quatro elementos característicos: o largo da igreja principal (1); a praça do mercado com a municipalidade (2); a rua principal, que passa tangente a estes dois espaços (3); o largo da igreja secundária (4). Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 270. ISBN 85-2730-1008.	74
Figura 27 -	Vista aérea da Praça Santa Croce, com a igreja e o convento, Florença, Itália. Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 366. ISBN 85-2730-1008.	74
Figura 28 -	Estruturas urbanas orgânicas e geometria dos espaços públicos centrais. Alguns exemplos de Lisboa, Portugal. Fonte: GUERREIRO, Maria Rosália. Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território, os largos e as praças de Lisboa até ao século XVII, gênese e formação. In: TEIXEIRA (org.), 2000, p. 25.	74
Figura 29 -	Igreja de Nossa Senhora do Pilar e seu entorno, Bairro do Recife, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase nº. 90/39:00, Fidem.	75
Figura 30 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de N. S. do Pilar, Bairro do Recife, Recife, PE.	75
Figura 31 -	Igreja Matriz de Santo Antonio e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/28:00 e 90/38:00, Fidem.	75
Figura 32 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja Matriz de Santo Antonio, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.	75
Figura 33 -	Igreja de Nossa Senhora do Carmo e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/27:05 e 90/28:00, Fidem.	75
Figura 34 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.	75
Figura 35 -	Igreja do Divino Espírito Santo e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/38:00 e 90/28:00, Fidem.	76
Figura 36 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja do Divino Espírito Santo, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.	76
Figura 37 -	Igreja de Nossa Senhora do Livramento e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase nº. 90/37:05, Fidem.	76
Figura 38 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.	76
Figura 39 -	Igreja de São Pedro dos Clérigos e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/27:05 e 90/37:05, Fidem.	76
Figura 40 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de São Pedro dos Clérigos, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.	76
Figura 41 -	Igreja de Nossa Senhora do Terço e seu entorno, Bairro de São José, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase nº. 90/27:05, Fidem.	77
Figura 42 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora do Terço, Bairro de São José, Recife, PE.	77
Figura 43 -	Basílica de Nossa Senhora da Penha e seu entorno, Bairro de São José, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/27:05 e 90/37:05, Fidem.	77
Figura 44 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Basílica de Nossa Senhora da Penha, Bairro de São José, Recife, PE.	77
Figura 45 -	Igreja de São José do Ribamar e seu entorno, Bairro de São José, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/27:00 e 90/27:05, Fidem.	77
Figura 46 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de São José do Ribamar, Bairro de São José, Recife, PE.	77
Figura 47 -	Igrejas de Nossa Senhora da Imperatriz e da Nossa Senhora da Conceição, e seu entorno, Bairro da Boa Vista, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase nº. 90/28:00, Fidem.	78
Figura 48 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno das Igrejas de Nossa Senhora da Imperatriz e Nossa Senhora da Conceição, Bairro da Boa Vista, Recife, PE.	78
Figura 49 -	Igrejas de Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista, de Santa Cruz e de São Gonçalo, e seu entorno, Bairro da Boa Vista, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/18:00 e 90/28:00, Fidem.	78
Figura 50 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista, de Santa Cruz e de São Gonçalo, Bairro da Boa Vista, Recife, PE.	78
Figura 51 -	Igreja das Fronteiras e seu entorno, Bairro da Boa Vista, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases nºs. 90/18:05 e 90/08:05, Fidem.	78
Figura 52 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja das Fronteiras, Bairro da Boa Vista, Recife, PE.	78

Figura 53 -	Igreja de Nossa Senhora das Dores e seu entorno, Bairro de Apipucos, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n ^{os} . 81/52:00, 81/52:05; 81/62:00 e 81/62:05, Fidem.	79
Figura 54 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora das Dores, Bairro de Apipucos, Recife, PE.	79
Figura 55 -	Igrejas de Nossa Senhora da Saúde e Matriz de Casa Forte, com estrada Real do Poço interligando-as, Bairros do Poço da Panela e Casa Forte, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n ^{os} . 81/71:00, 81/81:00 e 81/81:05, Fidem.	79
Figura 56 -	Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno das Igrejas de Nossa Senhora da Saúde e Matriz de Casa Forte (Sagrado Coração de Jesus), Bairros do Poço da Panela e Casa Forte, Recife, PE.	79
Figura 57 -	Rio Capibaribe: sítios históricos, áreas verdes, áreas pobres. Esboço ilustrativo. Fonte: RECIFE, Prefeitura Municipal, 1996, p. 77.	82
Capítulo 3		
Figura 58 -	Cidade Maurícia e Ilha de Antonio Vaz. Fonte: VINGBOONS, Johan. Carta da Capitania de Pernambuco, 1660. In: GALINDO, 2003 (catálogo da exposição de mesmo nome).	91
Figura 59 -	Cidade de Olinda. Fonte: GERRITZ, Hessel. Carta comemorativa da conquista de Pernambuco, 1630. In: GALINDO, 2003 (catálogo da exposição de mesmo nome).	91
Figura 60 -	Vila de Olinda, terras de engenhos e fazendas. Fonte: TEIXEIRA, 1999, p. 232.	92
Figura 61 -	Vista do Porto a partir de Olinda, século XVII. Tela atribuída a Frans Post. Disponível em: < http://www.longoalcance.com.br/recife/banco/vista_a_partir_de_olinda.jpg >. Acesso em: dez. 2010.	93
Figura 62 -	Características físico-geográficas do sítio onde se encontra a Cidade do Recife. Fonte: CASTRO, 1957, p. 200.	93
Figura 63 -	Mapa do Brasil com as Capitânicas Hereditárias esboçadas. Fonte: GALINDO & MENEZES, 2003, p. 8.	95
Figura 64 -	Formação da Região do Recife: três estuários situados na costa da Capitania de Pernambuco, selecionados para edificação das primeiras vilas e suas igrejas. Fonte: SANTANA, Geraldo. In: REYNALDO, 2005, p. 24. ISBN 85-9959-001-4.	96
Figura 65 -	Formação da Região do Recife: século XVII. Antigos núcleos, vilas, povoações, fortes e engenhos, esboço ilustrativo. Fonte: SANTANA, Geraldo. In: REYNALDO, 2005, p. 25. ISBN 85-9959-001-4.	97
Figura 66 -	Vista da Capitania de Paranaíba. Gravura em buril. In: Jornael van Matheus van den Broeck, 1651 Col. Fonte: GALINDO & MENEZES, 2003, p. 16.	99
Figura 67 -	Cidade Maurícia, o Recife e os fortes adjacentes, em 1644, quando da partida do Conde de Nassau. Mapa publicado no Barleu e atribuído a Maragrat. Coleção Instituto Ricardo Brennand. Fonte: LAGO, 2003, p. 75.	99
Figura 68 -	Monumentos e curiosidades da Guerra Holandesa em Pernambuco: 1630-1654. Est. Grafico Dreschler & Cia. Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Fonte: Museu do Estado, Recife, PE.	100
Figura 69 -	Planta da Cidade Maurícia no século XVII. Fonte: MELLO, 2007, s/p.	102
Figura 70 -	Planta do Recife no século XVII. Fonte: MELLO, 2007, s/p.	102
Figura 71 -	Planta do Recife em 1648, sobreposta a uma planta do bairro do Recife no século XX. Referência: C. B. Golijath. Fonte: MENEZES, 1988, p. 27. ISBN 85-7019-172-3.	103
Figura 72 -	Planta da nova e velha Maurícia em 1631, sobreposta a uma planta dos bairros de Santo Antônio e São José no século XX. Referência: A. Drewisch. Fonte: MENEZES, 1988, p. 53. ISBN 85-7019-172-3.	103
Figura 73 -	Planta da Boa Vista em 1740-1760, sobreposta a uma planta do mesmo bairro no século XX. Fonte: MENEZES, 1988, p. 87. ISBN 85-7019-172-3.	103
Figura 74 -	Mapa do Recife, de 1918, com possível sobreposição do mapa de C. B. Golijath de 1648. Fonte: MENEZES, José L. Mota. In: TEIXEIRA, 2001, p. 132.	105
Figura 75 -	Mapa da velha e nova Maurícia - interpretação a partir do mapa de Golijath e dos atuais bairros de Santo Antônio e São José. Fonte: MENEZES, José L. Mota. In: TEIXEIRA, 2001, p. 134.	106
Figura 76 -	Presença holandesa na morfologia urbana - Recife, Bairro de Santo Antônio e São José. Fonte: MENEZES, José L. Mota. In: TEIXEIRA, 2001, p. 134.	107
Figura 77 -	Estudante em seu estúdio. Óleo sobre tela. Ao fundo, Carta do Recife de 1648, de Cornelis B. Golijath. M. E. Spliethoff den Haag Col. Fonte: GALINDO & MENEZES, 2003, p. 18.	108
Figura 78 -	A povoação do Recife vista de Mauritsstad, atual bairro de Santo Antônio. Fonte: RECIFE, 2000, v. 03, p. 17.	108
Figura 79 -	Vista da área do Forte Príncipe Guilherme ou dos Afogados, no Recife. Coleção Instituto Ricardo Brennand. Fonte: LAGO, 2003, p. 61.	108
Figura 80 -	Vista do Recife, baseada em desenho de Frans Post, 1645. Coleção Instituto Ricardo Brennand. Fonte: LAGO, 2003, p. 64.	108

Figura 81 -	Palácio de Friburgo, construído pelo Conde Maurício de Nassau (1641-42) no extremo norte da ilha de Antonio Vaz, às margens do rio Beberibe. Imagem antiga colorida artificialmente. Fonte: Recife antigo por Eduardo Camões. Art Collection Editora. Disponível em: < http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco/ec_friburgo.jpg >. Acesso em: jan. 2011.	109
Figura 82 -	Planta do Palácio de Friburgo e de suas dependências, com o pomar, o horto e o jardim zoológico. Gravura publicada no livro de Barleu e provavelmente baseada em desenho de Frans Post. Coleção Instituto Ricardo Brennand. Fonte: LAGO, 2003, p. 75.	109
Figura 83 -	Arcos da Conceição e de Santo Antonio, já demolidos. Fonte: CYSNEIROS, Jäder de Alemão. De férias no Recife e refletindo ... In: Revista Algo Mais, Recife, agosto 2010, n. 53, p. 30-31.	110
Figura 84 -	Localização das portas e palácios do Recife no período holandês. Imagem de fundo: mapa dos espaços livres da Região Político-Administrativa 1 - Recife. In: SÁ CARNEIRO & MESQUITA, 2000, p. 41. Fonte: BARROS, 2009, p. 99.	110
Figura 85 -	Articulação fragmentada dos espaços públicos nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José. Fonte: ALMEIDA, 2001, p. 125.	113
Figura 86 -	Expansão urbana em direção ao interior da planície. Fonte: CASTRO, 1957, p. 256.	114
Figura 87 -	Mapa do Recife em 1870. Fonte: Arquivo Público Estadual. In: MENEZES, 1988, p. 105.	115
Figura 88 -	Mapa do Recife em 1906-1907. Douglas Fox e Whitney. Fonte: MENEZES, 1988, p. 45.	116
Figura 89 -	Monumentos e curiosidades do Recife, 1945. Est. Gráfico Dreschler & Cia. Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Fonte: Museu do Estado, Recife, PE.	117
Figura 90 -	Passagem da Madalena. Litografia de L. Schlappritz. Fonte: FERREZ, 1981, p. 67.	119
Figura 91 -	O Recife visto do Alto da Sé, na Ladeira da Misericórdia, Olinda. Litografia de W. Bassler, século XIX. Fonte: RECIFE, 2000, v. 04, p. 25.	119
Figura 92 -	Ponte da Boa Vista. Litografia de Emil Bauch, século XIX. Fonte: RECIFE, 2000, v. 06, p. 42.	120
Figura 93 -	A alfândega do bairro do Recife. Cromolitografia de Emil Bauch. Coleção do Príncipe Pedro de Orleans e Bragança. Disponível em: < http://www.longoalcance.com.br/brecife/fotos/ft_brecife_alfandega.jpg >. Acesso em: dez. 2010.	121
Figura 94 -	Igreja do Corpo Santo, já demolida. Fonte: VALLADARES, Clarival do Prado. Nordeste histórico e monumental, v. III. Disponível em: < http://www.longoalcance.com.br/brecife/fotos/ft_brecife_igr_corposanto.jpg >. Acesso em: dez. 2010.	121
Figura 95 -	Casario do bairro do Recife visto da Torre de Malakoff. Em primeiro plano o Largo dos Voluntários da Pátria, atual Praça Artur Oscar ou do Arsenal. Ao longe a Ponte Provisória onde hoje está a Ponte Buarque de Macedo, e mais além a Rua da Aurora e a Assembléia. Fonte: FERREZ, Gilberto. Velhas fotografias pernambucanas: 1851-1890. Disponível em: < http://www.longoalcance.com.br/brecife/fotos/vf_casario2.jpg >. Acesso em: dez. 2010.	122
Figura 96 -	Rua do Bom Jesus. Litografia H. Carls. Fonte: BRUSCKY, 2007, p. 20.	122
Figura 97 -	Vista do Bairro de Santo Antonio e Ponte da Boa Vista. Fonte: BRUSCKY, 2007, p. 23.	122
Figura 98 -	As pontes são símbolos afetivos da cidade. As pontes do centro do Recife. Fonte: RECIFE, 2000, v. 10, p. 75.	123
Figura 99 -	Possíveis limites das freguesias do Recife, baseado nas descrições do Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, 1910, e nas Regiões Político-Administrativas atuais. Esboço ilustrativo.	124
Figura 100 -	Bairros em estudo e suas localizações nas RPA's correspondentes. Mapa de fundo: Regiões Político-Administrativas (RPA's) do Município do Recife, segundo a Lei 16.293, de 22/01/97. Disponível em: < http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/infocrec/mapasRPAI.php >. Acesso em: nov. 2010.	125
Figura 101 -	Perímetro ocupado pelos judeus no bairro da Boa Vista, no período entre guerras, em relação ao limite atual do bairro, segundo a Lei 16.293, de 22/01/97. Fonte: LUDERMIR, 2005, p. 223.	127
Figura 102 -	Região Metropolitana do Recife: municípios componentes. Fonte: Plano Metropolitano de Transportes Urbanos. Recife: FIDEM, 2005 (arquivo digital).	132
Figura 103 -	Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana do Recife (RMR) - Diagnóstico. Recife: FIDEM/Prefeitura Municipal, 2005 (arquivo digital).	133
Figura 104 -	Sistema Viário principal da Cidade do Recife, com os trechos de vias existentes e projetadas. Mapa de fundo: Mapa da Cidade do Recife. Recife: Secretaria de Planejamento, urbanismo e Meio Ambiente/ Empresa de Urbanização do Recife (URB), 2003 (arquivo digital).	134
Figura 105 -	Espaços Livres do Recife. Recife: FIDEM/Prefeitura Municipal, 2005 (arquivo digital).	135
Figura 106 -	Equipamentos Públicos do Município do Recife. Recife: FIDEM, 2005 (arquivo digital).	136
Figura 107 -	Macrozoneamento da Cidade do Recife. Recife: FIDEM/Prefeitura Municipal, 2005 (arquivo digital).	137
Figura 108 -	Exposição gráfica dos limites dos dois conjuntos de bairros estudados, segundo a Lei nº. 16.293, de 22/01/97 - Regiões Político-Administrativas do Município do Recife (RPA's). Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente/ Prefeitura Municipal, 1997. Mapa de fundo: Carta de Nucleação Centro, Região Metropolitana do Recife. Recife: FIDEM, 2000.	138

Figura 109 -	Bairros centrais e bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte ilustrados e recortados. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/54:00; 81/53:05; 81/53:00; 81/52:05; 81/52:00; 81/64:00; 81/63:05; 81/63:00; 81/62:05; 81/62:00; 81/74:00; 81/73:05; 81/73:00; 81/72:05; 81/72:00; 81/71:05; 81/71:00; 81/70:05; 81/70:00; 81/82:00; 81/81:05; 81/81:00; 81/80:05; 81/80:00; 81/92:00; 81/91:05; 81/91:00; 81/90:05; 81/90:00; 91/02:00; 91/01:05; 91/01:00; 91/01:00; 91/00:05; 91/00:00; 90/09:05; 90/09:00; 90/08:05; 90/08:00; 90/07:05; 90/07:00; 90/06:05; 90/06:00; 90/05:05; 91/10:00; 90/19:05; 90/19:00; 90/18:05; 90/18:00; 90/17:05; 90/17:00; 90/16:05; 90/16:00; 90/15:05; 91/20:05; 91/20:00; 90/29:05; 90/29:00; 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/27:00; 90/26:05; 90/26:00; 90/25:05; 91/31:00; 91/30:05; 91/30:00; 90/39:05; 90/39:00; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05; 90/37:00; 90/36:05; 90/36:00; 90/35:05; 91/41:00; 91/40:05; 91/40:00; 90/49:05; 90/49:00; 90/48:05; 90/48:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	139
Figura 110 -	Bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte e zoneamento correspondente. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/54:00; 81/53:05; 81/53:00; 81/52:05; 81/52:00; 81/64:00; 81/63:05; 81/63:00; 81/62:05; 81/62:00; 81/74:00; 81/73:05; 81/73:00; 81/72:05; 81/72:00; 81/71:05; 81/71:00; 81/70:05; 81/70:00; 81/82:00; 81/81:05; 81/81:00; 81/80:05; 81/80:00; 81/92:00; 81/91:05; 81/91:00; 81/90:05; 81/90:00; 91/02:00; 91/01:05; 91/01:00; 91/00:05; 91/00:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	140
Figura 111 -	Bairro de Apipucos e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/52:00; 81/52:05; 81/53:00; 81/62:00; 81/62:05; 81/63:00; 81/63:05; 81/64:00; 81/73:00; 81/72:05. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	141
Figura 112 -	Bairro do Monteiro e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/62:00; 81/62:05; 81/72:05; 81/72:00; 81/71:05; 81/82:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	142
Figura 113 -	Bairro do Poço da Panela e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/81:05; 81/81:00; 81/82:00; 81/80:05; 81/70:05; 81/71:00; 81/71:05; 81/72:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	143
Figura 114 -	Bairro de Santana e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/80:00; 81/80:05; 81/81:00; 81/91:00; 81/90:05; 81/90:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	144
Figura 115 -	Bairro de Casa Forte e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/81:05; 81/81:00; 81/91:00; 81/82:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	145
Figura 116 -	Bairro de Pamamirim e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 81/81:05; 81/81:00; 81/91:05; 81/91:00; 81/90:05; 91/01:05; 91/01:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	146
Figura 117 -	Bairros do centro do Recife e zoneamento correspondente. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 90/09:05; 90/09:00; 90/08:05; 90/08:00; 90/07:05; 90/07:00; 90/06:05; 90/06:00; 90/05:05; 91/10:00; 90/19:05; 90/19:00; 90/18:05; 90/18:00; 90/17:05; 90/17:00; 90/16:05; 90/16:00; 90/26:05; 90/15:05; 91/20:05; 91/20:00; 90/29:05; 90/29:00; 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/27:00; 90/26:05; 90/26:00; 90/25:05; 91/31:00; 91/30:05; 91/30:00; 90/39:05; 90/39:00; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05; 90/37:00; 90/36:05; 90/36:00; 90/35:05; 91/41:00; 91/40:05; 91/40:00; 90/49:05; 90/49:00; 90/48:05; 90/48:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	147
Figura 118 -	Bairro do Recife e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 91/30:00; 91/30:05; 91/31:00; 90/39:05; 90/39:00; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05; 91/41:00; 91/40:05; 91/40:00; 90/49:05; 90/49:00; 90/48:05; 90/48:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	148
Figura 119 -	Bairro de Santo Antonio e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	149
Figura 120 -	Bairro de São José e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n ^{os} . 90/07:05; 90/06:05; 90/06:00; 90/17:00; 90/16:05; 90/16:00; 90/15:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/27:00; 90/26:05; 90/26:00; 90/25:05; 90/37:05; 90/37:00; 90/36:05; 90/36:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	150
Figura 121 -	Bairro da Boa Vista e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases nos. 90/09:00; 90/08:05; 90/08:00; 91/10:00; 90/19:05; 90/18:05; 90/18:00; 90/17:05; 90/29:00; 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.	151
Figura 122 -	Setores Censitários e limites dos bairros do Recife. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Prefeitura Municipal, 2000.	152

LISTA DE FIGURAS E LISTA DE TABELAS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 123 -	Novos usos propostos para os armazéns de números 7 ao 14, antigo porto do Recife, bairro do Recife. Fonte: BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p. 4-5.	154
Figura 124 -	Fachada proposta para o armazém número 9, antigo porto do Recife, bairro do Recife. Fonte: BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p. 4-5.	155
Figura 125 -	Projeto para o armazém de número 10, que abrigará o Memorial Luiz Gonzaga, antigo porto do Recife, bairro do Recife. Fonte: BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p. 4-5.	155

Considerações Finais

Figura 126 -	Imagem aérea do bairro de Santo Antonio em primeiro plano, e do bairro do Recife ao fundo. Fonte: RICHTER, 2000, p. 10.	162
Figura 127 -	Imagem aérea dos bairros centrais. Fonte: RICHTER, 2000, 9.	162
Figura 128 -	Recife, a sereia dos trópicos. Fonte: Revista Continente Turismo. Recife: CEPE, Edição Especial, dez 2001, p.40-41.	163
Figura 129 -	Imagem aérea do Conjunto Urbano de Casa Forte e rio Capibaribe ao fundo. Autor: Gustavo Maia, 1999.	163
Figura 130 -	Imagem aérea do largo do Poço da Panela. Autor: Gustavo Maia, 1999.	164
Figura 131 -	Imagem aérea da Praça de Casa Forte e igreja matriz. Autor: Gustavo Maia, 1999.	164
Figura 132 -	Pátio do Terço, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25 (estudo).	164
Figura 133 -	Pátio de São Pedro, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25 (estudo).	164
Figura 134 -	Praça Dezssete, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25 (estudo).	164
Figura 135 -	Praça Dom Vital, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25 (estudo).	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Distritos e bairros de Madrid atual. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Madrid >. Acesso em: set. 2010.	47
Tabela 02 -	Comunas e bairros de Buenos Aires atual. Disponível em: < http://es.wikipedia.org/wiki/Anexo:Barrios_de_la_Ciudad_de_Buenos_Aires > e < http://en.wikipedia.org/wiki/Neighbourhoods_and_Communes_of_Buenos_Aires >. Acesso em: set. 2010.	49
Tabela 03 -	Arrondissements e Quartiers de Paris atual. Disponível em: < http://fr.wikipedia.org/wiki/Quartiers_administratifs_de_Paris >. Acesso em: set. 2010.	53
Tabela 04 -	Bairros e Freguesias de Lisboa atual. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Bairros_de_Lisboa >. Acesso em: set. 2010.	56
Tabela 05 -	Regiões Político-Administrativas (RPA's) e bairros atuais do Recife. Fonte: Atlas Metropolitano: Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife, Prefeitura Municipal; Agência Condepe/Fidem; PNUD, 2010.	59
Tabela 06 -	Articulação dos espaços públicos nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, segundo Erika Audet. Fonte: ALMEIDA, 2001, p. 118.	113
Tabela 07 -	Densidade domiciliar do Recife em 12 de outubro de 1913, segundo as freguesias. Fonte: IBGE - Recenseamento Domialiar do Município do Recife, Estado de Pernambuco, 1913.	124

APRESENTAÇÃO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife é o tema da presente tese, que como o próprio título sugere, tem como eixo central a investigação de conceitos, nomes e respectivos rebatimentos no espacial, na intenção de associar a escala bairro a arrabalde, freguesia e subúrbio histórico. Ou seja, provar que apesar das diferentes nomenclaturas, sempre se refere à mesma escala do urbano. Tendo-se como estudo de caso dois conjuntos de bairros: os bairros do centro do Recife e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte, assim conhecidos os seis bairros à margem esquerda do rio Capibaribe em sua várzea. Investigando-se por outro lado, a história do Recife e como essa escala esteve e está presente na regulação de sua malha urbana, seja como engenho, freguesia, arrabalde, setor censitário, bairro ou Região Político-Administrativa.

Escala essencial para a existência e reconhecimento do espaço urbano, de origem histórica na escala da freguesia, do arrabalde e do subúrbio histórico, é no passar do engenho para bairro que vai tomar corpo e significado.

A escala bairro existe há muito, muito tempo: desde as primeiras formações urbanas no planeta, é a escala do conhecido-reconhecido junto à área onde se habita. Nas cidades-estado gregas e no mundo romano o bairro já era peça chave. Continuar falando de bairro é falar sobre um tema que não se extinguirá tão cedo. As nuances que essa escala vai tomando ao longo do tempo, adaptando-se a novas formas de habitar, de viver, novas tecnologias que surgem, faz parte das discussões deste trabalho. Assim como as discussões a respeito de sua nomenclatura, origem e significados.

As áreas livres contíguas aos espaços habitados também são assunto de longa existência. Desde o Paleolítico a fixação do homem nas primeiras aldeias, deixava espaços nos interstícios das formas construídas para cultivo de hábitos sociais da comunidade, espaços que foram evoluindo até chegar aos espaços livres de hoje. Associar esses espaços de uso coletivo à escala do aglomerado – o futuro bairro, não demora muito. E o passo seguinte é o de identificá-los como espaços formadores de parte da identidade da escala maior que é a cidade. Espaços livres que serão pontuados pelas torres e pujança física dos templos religiosos dos primeiros tempos da colonização e da fé católica portuguesa, outra faceta dos bairros históricos.

O tema bairro para mim sempre foi estimulador, instigador de pesquisas acadêmicas desde a Graduação, e não poderia deixar de ser a linha base do meu Doutorado. É com imensa satisfação e alegria que apresento o texto final de minha tese, resultado de muitas buscas e incertezas do que iria passar e encarar nas diversas etapas, não sem frustrações, medos, mudanças de percurso e algumas descobertas.

Bairro é tema da ordem do dia, quando se discute novos conceitos de Regiões Metropolitanas e municípios componentes, limites, unidades territoriais e unidades administrativas. Esta pesquisa poderá ajudar nesse sentido.

A forma urbana sempre esteve indissociável do seu sítio e do território. A antiga cidade era geralmente pequena. A sua forma ligava-se estreitamente a um sítio e a limites (defensivos, administrativos e de fiscalização) que estabeleciam uma barreira entre espaço construído e não construído (espaço rural).

A forma urbana que antigamente se ligava a um sítio liga-se atualmente a um território. A cidade deixa de ter uma forma definida e marcada, evoluindo para um conjunto de formas inter-relacionadas entre si e com o território-suporte. A mobilidade tornou-se uma quarta dimensão que já não pode ser ignorada quer na leitura quer na composição espacial (LAMAS, 1993, 64-66).

O bairro se insere nessa nova espacialidade, como parte desse sistema que, embora apresente um conceito e uma nomenclatura, relaciona-se e molda-se a esta nova urbanidade que começa a surgir no século XXI.

Não saberia afirmar seu futuro enquanto parâmetros fixos, mas com certeza como escala e essência sim, sua persistência deve existir. É sobre essas questões que trata esta tese.

Longe de mim querer esgotar o tema. Muito pelo contrário, o que se buscou foi levantar alguns estudos de nomenclatura e seu rebatimento espacial, tomando-se como exemplos bairros em outros países que pudessem suscitar questionamentos a respeito.

Até porque o horizonte semântico é muito amplo, haja vista a extensa pesquisa em dicionários e enciclopédias, na íntegra no anexo 1.

Optar pelos bairros centrais e pelos bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte como estudos de caso não foi em vão ou por acaso. Nem um olhar romântico sobre o passado. Pelo contrário, a partir do arcabouço de idéias traçado na parte teórica, seria o que havia de mais primário, original e autêntico do Recife de outrora, embora que com vários traços de mudanças posteriores. Primeiro sintetizam a gênese do Recife, todo seu início e vocação, que apesar de tempos sobrepostos, carregam em seu casco histórico vestígios desses primeiros tempos e primeiros bairros, se podemos assim dizer.

E, num sentido de complementaridade e identidade urbana de uma urbe que começa a se desenvolver e expandir, um outro flanco forte e dinamizador de seu caráter anfíbio e complementar aos serviços no centro portuário, são os bairros da fecunda várzea do Capibaribe, à sua margem esquerda, desde sempre local de moradia da aristocracia recifense, depois ingleses, que aí fizeram e fazem seu subúrbio verde, sua cultura, seu point, seu simbolismo, os segredos locais para os que são dali e ali se reconhecem e são reconhecidos.

Justifico assim a minha escolha. O tema já era óbvio para mim, que continuaria nessa linha desde o mestrado. E os bairros estudos de caso foram ampliados num leque maior (na Graduação apenas Apipucos, no Mestrado Apipucos e Poço da Panela, e no Doutorado todos os 6 bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte e mais 4 bairros do centro do Recife).

Ao terminar o Mestrado, já era claro para mim o caminho que seguiria daí em diante numa outra etapa de trabalho acadêmico. Alguns anos se passaram, e finalmente pude retornar ao Doutorado de corpo e alma a partir de 2008. Ter a chance de refletir e mergulhar na minha cidade a partir do olhar de um outro centro acadêmico foi uma experiência que me permitiu ver de um ângulo diferente aquilo que para mim era tão comum, tão cotidiano, aquela geografia, por exemplo. E, ao final, tudo se soma: as experiências no exterior, os diversos momentos do trabalho

acadêmico no Programa de Pós-Graduação, as atividades profissionais que desenvolvo, são insumos que direta ou indiretamente aparecem como vestígios neste trabalho, espero que num sentido positivo e agregador de conhecimentos.

Entre o Mestrado e o Doutorado foram-se 7 anos. Período em que trabalhava numa Prefeitura Municipal da Região Metropolitana do Recife. Tentava ano após ano, uma bolsa ou financiamento para um curso de férias ou de Especialização na Espanha. O aceite da universidade vinha todos os anos, mas o financeiro a reboque não saía. Nos meus planos, deveria passar por essa experiência entre o Mestrado e o Doutorado.

Até que resolvi me candidatar ao Doutorado na FAU.USP em 2007. Aprovada, ainda tardei mais um pouco a iniciar de fato o curso. Já nos meados de 2008, terminando as disciplinas obrigatórias, num belo dia chega-me um e-mail com a sonhada aprovação de financiamento para o intercambio no exterior, quando já nem pensava mais nisto, resultado da última solicitação de 2 anos antes. Foi pegar ou largar, mergulhei de cabeça, chegando lá o curso para o qual tinha me candidatado já não existia mais ¹, restando a mim cursar o Master Oficial na área de Patrimônio Histórico. Acreditando que sempre que se fecha uma porta se abre ao menos uma janelinha, me apareceu um Curso de Especialização em Reabilitação de Jardins e Parques Históricos: paisagens culturais, na mesma faculdade, com duração de poucos meses. Debrucei-me sobre este outro, que me resultou numa experiência extraordinária, já valendo a pena os outros sacrifícios.

Por outro lado, apesar das etapas não terem se concretizado conforme o idealizado, assim como quase nada na vida sai tal e qual, foi um período de muito aprendizado e amadurecimento pessoal e profissional os anos passados na Prefeitura. Sem nunca me desvincular da idéia de retornar ao Doutorado para um segundo 'round' no tema bairro. Que ora se esboça nesta tese.

Passado o Exame de Qualificação, estabeleceu-se que eu não iria fazer uma comparação entre as morfologias dos espaços livres do Recife com seus congêneres de outras cidades de origem hispânica da América do Sul e nem mesmo da Espanha, por que, além da pesquisa transformar-se em um trabalho de cunho muito amplo, seu foco não residia em uma análise tipológica. Apesar de haver levantado muita bibliografia a respeito na época do intercâmbio do Doutorado.

A estrutura do trabalho

A tese que ora se apresenta está dividida em três partes. No 1º capítulo, está encampada toda uma discussão sobre a denominação bairro, os termos afins e correspondentes espacialidades, e ainda um olhar histórico e geográfico sobre o bairro no presente, como arcabouço do universo que vamos tratar. Se entendermos de onde vêm, podemos questionar seu futuro ou a permanência e integridade de sua essência. O que há por trás de um nome? ², ou de vários nomes que

¹ A Universidade Politécnica de Madrid uniu dois Cursos de Especialização para formar um Master Oficial, atendendo ao Tratado de Bolonha, de unificação de cursos de pós-graduação da Comunidade Européia, e que a Espanha, firmado o documento, tardou cinco anos para implantar, embora ainda não em todo seu território.

² Gilberto Freyre já tenta desvendar algumas características embutidas em nomes de bairros, como o faz em Apipucos, que há num nome? , título se sua autoria tentando descrever o bairro de Apipucos, onde morava, e dedarando-o como o

experimentam uma mesma porção espacial? E quanto mais se busca uma definição, se percebe cada vez mais o quanto é indefinido. E é isso que se tenta passar.

Busca-se também seu significado ou vocábulo correspondente em outras línguas, como o espanhol, italiano, francês, inglês e árabe, esse filtrado através da Península Ibérica, numa pesquisa semântica ampla, ilustrada com alguns exemplos de 'arrabales', 'arrondissements', entre outros.

No 2º capítulo, também compondo o eixo teórico juntamente com o 1º capítulo, trata-se da escala bairro em si e o que a define. Uma nomenclatura por si só dá pistas, mas não define de fato. O que mais poderia estar associado, aclarando esse território denominado bairro? Os espaços livres e os pátios de igreja que, todavia, teimam em existir e congregar os fiéis? O rio que passa de mansinho por trás ou que abraça as ilhas do centro, abrindo 'janelas' na malha urbana? No caso do Recife, esse 'umbigo' que se forma entre a várzea e o centro da cidade?

O estudo da morfologia dos espaços livres é apresentado nessa etapa, tentando-se ilustrar não só em planta, mas na intenção de aclarar a ambiência dos largos, pátios e praças. E como tais características interferem na ambiência do próprio bairro e dialogam entre si, as partes e o todo.

A Cidade do Recife vem a reboque no 3º capítulo, como estudo de caso, e em particular a formação e espacialização atual dos dois conjuntos de bairros estudados, cuja escolha não foi à toa. A Cidade do Recife é impar, e parte dessa especificidade vem desses dois recortes escolhidos: bairros históricos sim, mas que vão muito além disso. São dois momentos de parcelamento urbano, de condição econômica, de arranjo social, de atividades culturais, que se complementam formando a cara do Recife desde sempre. Terras da várzea que desde o período holandês são cobiçadas, centro que passou por várias reformas urbanas, permanecendo seu caráter anfíbio e de comércio e serviços.

Uma identidade que se traduz numa inter-relação planície-vale, ilhas centrais – margem além rio, emergindo em grande parte através dos espaços livres e contíguos às igrejas existentes nesses bairros, ou conjunto de bairros. Os furos na malha dos bairros centrais (no sentido de pausa, interrupção) ecoam nos verdes da várzea. Velhas igrejas e subúrbios históricos são a cara do Recife. Assim como os bairros centrais e os bairros da região de Casa Forte são sinônimos do Recife.

CAPÍTULO 1

“No ponto onde o mar se extingue

E as areias se levantam

Cavaram seus alicerces

Na surda sombra da terra

E levantaram seus muros

Do frio sono das pedras.

Depois armaram seus flancos:

Trinta bandeiras azuis

Plantadas no litoral.

Hoje, serena, flutua,

Metade roubada ao mar,

Metade à imaginação,

Pois é do sonho dos homens

Que uma cidade se inventa”.

Carlos Pena Filho – Guia Prático da Cidade do Recife. In: Todos cantam sua terra: O Recife e Olinda vistos pela ótica dos seus poetas. Revista Continente Turismo, Editora Cepe, Edição Especial, dez. 2001, p. 37.

Capítulo 1 – Pesquisa semântica da palavra ‘bairro’ e termos afins (arrabalde, freguesia, paróquia, distrito, subúrbio)

1.1. Um olhar histórico sobre o bairro no presente

Os olhares são diversos. O tema é ambíguo, encarado por várias frentes, sob vários prismas. No Brasil, o modelo de ocupação e parcelamento do solo não foi homogêneo e nem simultâneo, dando origem a vários processos de parcelamento do território. O Bairro vai assumir várias conotações, como descreveremos a seguir. Bairro correspondeu outrora a escala da freguesia ou paróquia (A), a escala do módulo militar das tropas de Ordenança (B), no interior de São Paulo e possivelmente em outras cidades Brasil adentro significou a unidade espacial e social do universo caipira (C). Foi também a base da construção social dos centros históricos de cidades latino-americanas (D). E por fim, servindo de escala para a dimensão política, do ativismo de bairro (E). Recentemente, servindo como módulo básico do Planejamento Urbano (F).

A. Bairro – paróquia ou freguesia

Lefebvre, na década de 1970, em seu livro ‘De lo rural a lo urbano’ dedica um capítulo inteiro sobre a importância que tinha o bairro e a vida de bairro nas cidades de outrora, pautado no papel exercido pelas paróquias e seus habitantes. E que muito se perdeu nos dias de hoje.

Existe uma ideologia do bairro, em decadência, mas que ainda não perdeu seu público nem sua influência. O bairro não é um detalhe accidental, um aspecto secundário e contingente da realidade urbana, e sim sua essência. O bairro corresponde, por sua vez, ao âmbito natural da vida social e à unidade social da escala humana. Quer dizer, uma espécie de ‘módulo’ social ou sociológico, verificável e ratificável dentro de uma exaltante unidade de juízos científicos e éticos, de conhecimentos e de humanismo.

Superando as realidades familiares, há uma verdadeira vida espiritual de bairro, que nomeamos como escala paroquial. A paróquia é um feito histórico muito localizado. Teve em nossas cidades da Europa ocidental uma indubitável importância, condição que está desaparecendo ou que já desapareceu. A paróquia não só tem uma existência religiosa, mas também uma existência civil e política. Não existia o que chamamos ‘estado civil’; os batismos, os casamentos e os falecimentos se inscreviam nos registros paroquiais; os agrupamentos e associações seculares se organizavam ao redor do aparato eclesástico; as confrarias estavam relacionadas com as corporações e com os grêmios e ofícios, e portanto, com a atividade econômica.

As paróquias constituíam bairros; quando a cidade, ao fazer-se demasiado grande, perdeu sua unidade e seu caráter de comunidade local, o núcleo – a igreja paroquial – perdeu simultaneamente suas funções e sua capacidade estruturante. Consequentemente, a conexão bairro-paróquia, em outros tempos constitutiva de uma realidade, não tem já fundamento.

Um bairro consolidado e organizado desta forma por forças sociais que modelaram a cidade e orientaram seu desenvolvimento, pode resistir muito tempo depois que a escala ‘bairro’ tenha se deteriorado por causa do crescimento urbano, e por outros problemas muito mais amplos induzidos pela prática social.

O bairro é uma forma de organização concreta do espaço e do tempo na cidade. Forma cômoda, importante, mas não essencial; mais conjuntural que estrutural. O bairro seria a mínima diferença entre espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e os centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaços quantificados, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico.

Em resumo, o bairro é uma pura e simples sobrevivência. Mantém-se por inércia: o peso da História assegura certa sobrevivência a alguns bairros; o bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária: sem bairros, tal como sem ruas, pode haver aglomerações, tecido urbano, megalópoles, mas não há cidade; o bairro é o maior dos pequenos grupos sociais e o menor dos grandes: é o microcosmos de um pedestre que percorre um espaço, um certo espaço em um tempo determinado, sem ter necessidade de um automóvel (LEFEBVRE, 1971, p. 195-203 (cap. XIV –Barrio y vida de barrio).

Murillo Marx, em 'Cidade no Brasil: terra de quem?', discorre sobre as normas e procedimentos eclesiásticos na época da expansão ultramarina portuguesa, e o rebatimento que estas propiciavam no desenho urbano das colônias, entre elas o Brasil em particular. As feições que iam surgindo num aglomerado, depois freguesia, logo vila, e por último cidade. De arraial a freguesia, correspondia ao patrimônio religioso (em referencia a igreja católica), de freguesia a vila, correspondia ao patrimônio público (em referencia a existência do rossio), e de vila a cidade, correspondia ao patrimônio leigo, em referencia ao código civil, que estabelece uma nova maneira de se relacionar com o solo, seja ele público ou privado. O papel religioso e espacial que a igreja católica vai ocupar, rebatido no seu adro, arruado e casario próximo, constituindo a sua vez a sede da freguesia ou paróquia.

Um povoado de determinado porte aspiraria constituir uma paróquia ou, denominação que prevaleceu entre nós, uma freguesia. Depois tal freguesia vai almejar a autonomia municipal que, se alcançada, implicará o seu símbolo, o pelourinho, e a sua casa de câmara e cadeia. Símbolo e sede do município que deverão se compor com o templo preexistente. O ponto privilegiado topográfico já estará ocupado, a área mais prestigiada do lugar definida, o largo principal constituído ...

Por meio da elevação da categoria de sua simples capela ou capela curada a outro patamar, patamar antes de tudo de cunho religioso, já agora, contudo, eivado de um cunho civil explícito hoje menosprezado: a ereção do lugarejo, da capela, em paróquia, cujo nome corriqueiro tradicional foi freguesia e que constituía o módulo da organização eclesiástica, como que a sua unidade territorial.

A institucionalização da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por um cura, pela sua elevação um dia a matriz, elevação que significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo status de paróquia ou freguesia.

A sua aspiração seguinte seria constituir não mais um embrião oficial, a **célula menor eclesiástica e administrativa**, porém algo mais, que não se referia apenas ao tamanho ou à ascensão gradual hierárquica: seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um **território próprio** que lhe seria designado, seu **termo**. A autonomia municipal colocaria o povoado, quem sabe a antiga freguesia ou paróquia, como unidade autônoma dentro do Estado, fosse o reino como uma de suas colônias, fosse esta como o país já independente. O povoado se tornaria a sede de uma área territorial bem definida, entre outras mais antigas ou a serem criadas, termos municipais na ocasião definidos ou redefinidos.

Atestado físico palpável de um certo aumento populacional e da riqueza, pode a comunidade sentir-se forte o bastante para pleitear e obter finalmente a sua autonomia político-administrativa, a categoria de município, e o povoado, provavelmente a sede da freguesia, o **status de vila**. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais. Não era somente o acesso ao rito litúrgico que propiciasse no quotidiano, nos faustos e infaustos, o conforto espiritual; era também o usufruto da formalidade civil com todo o direito e a segurança que pudesse propiciar. Casamento entre a Igreja e o Estado, desfeito há apenas cem anos entre nós (MARX, 1991, p. 12, 14, 18, 26, 52, 62, grifos nossos).

Carlos Nelson dos Santos também afirma a correspondente superposição da escala bairro com o limite da paróquia, e como ponto central deste, a igreja católica. Centralidade que não se dava do ponto de vista físico, como centralidade espacial-geométrica, mas como centralidade de reconhecimento e atratividade do bairro.

Parece que, para os habitantes de um bairro, ele existe em função do seu centro. A noção de centralidade é mais importante do que os reconhecimentos de limites. Importa mais sabem em que local há maior superposição de significados do que precisar onde começa uma zona homogênea e acaba outra [...]

Os bairros, no tratamento cotidiano, não são bem definidos nem seguem padrões rígidos. Em tempos antigos, que precedem a descoberta do Brasil, correspondiam à organização das paróquias da Igreja Católica. Era fácil fazer distinções: cada paróquia tinha seu templo e seu santo, se organizava em torno deles e de outras facilidades como feiras e mercados. Foi essa a tradição trazida de Portugal. Em geral, nos centros urbanos mais antigos, os bairros são mais fáceis de identificar. Eles tendem a ficar maiores e mais imprecisos quando se afastam para as periferias (SANTOS, 1988, p.116).

Figura 1 – Centralidade da paróquia em relação aos antigos bairros. Fonte: SANTOS, 1988, p. 116. ISBN 85-7165-001-2.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 2 – Paróquias da cidade de Caracas, Venezuela, em 1873. Fonte: VALERY, 1990, s/p. ISBN 980-00-0345-2.

Figura 3 – Limites paroquiais da cidade de Caracas, Venezuela, em 1906. Fonte: VALERY, 1990, s/p. ISBN 980-00-0345-2.

B. Bairro – módulo militar

Outro significado de bairro, igualmente precioso, é citado pelo prof. Nestor Goulart, no seu livro 'Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720', em que o descreve como uma divisa, um módulo tríptico, cumprindo simultaneamente as funções administrativa, religiosa e, vale salientar, também militar. Sentido este que servia de módulo às tropas de ordenança. Quanto mais populoso um bairro era, proporcionalmente mais soldados tinha em sua tropa.

A cada bairro correspondia uma ou mais igrejas, mas só uma paróquia, uma vez que a Igreja estava unida ao Estado, com os registros de nascimento, casamento e óbito escritos em seus livros, que por sua vez correspondia a um raio de circunscrição espacial relativo às atividades da paróquia em questão. Os habitantes que moravam dentro deste raio, estavam automaticamente incluídos como fregueses desta paróquia, e cidadãos do bairro por ela circunscrito.

A divisão das paróquias vinha formalizar a constituição dos bairros. Unida a Igreja ao Estado, constituíam as paróquias uma divisão oficial dos bairros, completando desse modo a sua definição. Correspondiam, grosseiramente, na área urbana, a uma distância limitada de percurso, em relação a um ponto de reunião religiosa, civil e militar. Eram divisões religiosas mas também de sentido administrativo, para casamentos, batizados, óbitos e eram também divisões militares, pois nelas estava baseada a organização das tropas de Ordenança. Era portanto uma divisão básica da população.

O crescimento da população dos centros urbanos conduzia à formação de bairros, concentrando-se determinadas atividades e segmentos sociais a cada um deles. As separações entre esses eram com frequência determinadas por elementos naturais, como grotas, morros, lagoas e desníveis acentuados ou, mesmo, pela interrupção decorrente da abertura de praças, com edifícios públicos e religiosos. ... esses bairros, que tomavam o nome dos conventos próximos às portas da cidade, correspondiam as áreas que se estendiam então a partir do centro, em ambas as direções.

A oposição entre os habitantes dos bairros segundo razões mais sérias do que as meramente geográficas estaria presente em Salvador, onde a Cidade Baixa em formação tendia a receber o comércio e a Cidade Alta continuava a ser o local onde se encastelavam os grandes proprietários rurais com suas residências apalaçadas e se instalavam as principais repartições públicas e o funcionalismo do governo central.

Rivalidades surgiram também entre Recife e Olinda, o primeiro caracterizado como centro do comércio e a segunda como local de residência dos grandes proprietários rurais. Nessa região os conflitos conduziram à Guerra dos Mascates. Isso não impedia porém que o próprio Recife tivesse seus bairros, como o de Santo Antônio e o do Recife.

Esses bairros, definidos por tipos especiais de habitações ou de usos, em contraste com outros bairros ou com o conjunto de vilas e cidades, constituíam já as formas incipientes de zoneamento dos núcleos urbanos coloniais [...] (REIS FILHO, 2000, p. 153-155).

C. Bairro – unidade espacial e social do universo caipira paulista

Antonio Candido, em seu livro 'Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida', explica o sentido normativo e espacial do bairro no universo caipira paulista, com o sendo os grupos rurais de vizinhança.

Nos velhos documentos paulistas, bairro sempre aparece como divisão administrativa da freguesia, que o é por sua vez da vila. Esta era sede da Câmara e Paróquia e cabeça de todo o território, quase sempre vasto; a freguesia supunha um núcleo de habitação compacta e uma igreja provida de sacerdote, geralmente coadjutor do vigário da paróquia; o bairro era divisão que abrangia os moradores esparsos, não raro com sua capelinha e as vezes cemitério. O território das vilas, repartido em distritos, foi mais tarde, por sua vez, dividido em quarteirões, unidade que ora coincidia com o bairro, ora o incluía, mas de qualquer forma se baseava na sua existência.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Este é a estrutura fundamental da sociedade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega.

No entanto, a acepção tem raízes portuguesas. O Dicionário Contemporâneo (Caldas Aulete) registra: 'Em geral, uma porção de território de qualquer povoação', e o velho Moraes: 'Porção do território de uma povoação'. Também na Espanha, segundo a Enciclopédia Universal Espasa-Calpe: 'Grupo de casas ó aldehuela dependiente de outra población, aunque este apartado de ella'. Definições todas estas mais correspondentes à nossa realidade que a do Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, onde vem, depois da acepção urbana corrente, como brasileiroismo de Minas Gerais: 'pequeno povoado ou arraial'.

Isto posto, recapitulemos analiticamente os elementos apontados mais alto como integrantes do conceito de bairro: base territorial e sentimento de localidade. A base territorial, quando faltem outros critérios, este permanece, na tendência de empregar a palavra como designativo puramente topográfico do lugar, da área em que se contém tais e tais fazendas, e sítios. Ao fundamento territorial, juntava-se o vínculo da solidariedade de parentesco, fortalecendo a unidade do bairro e desenvolvendo a sua consciência própria. E o aparecimento de novos bairros era, não raro, devido à subdivisão da propriedade, numa paragem sobrecarregada de herdeiros, alguns dos quais buscavam oportunidades no sertão, onde se formariam novos bairros.

Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o sentimento de localidade existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. – O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caboclo, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: – Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.

A convivência entre eles decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação.

Outro elemento de definição da sociabilidade vicinal é a vida lúdico-religiosa – complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação.

Para dar andamento a tais atividades, é necessária acentuada coordenação, envolvendo a participação de grande número de pessoas e movimentado praticamente todo o bairro.

Toda esta gente se recruta no bairro, cuja população é levada, deste modo, não apenas a convergir para a capela periodicamente, participando das rezas, dos leilões e das relações decorrentes, mas ainda, a assumir encargos no interesse da coletividade dispersa, e unida por semelhantes práticas.

Além desses agrupamentos estruturados, há nos bairros uma solidariedade que se exprime pela participação nas rezas caseiras, nas festas promovidas em casa para cumprimento de promessa, onde a parte religiosa, como se sabe, é inseparável das danças.

Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento.

O bairro, cujos limites e funcionamento ficaram sugeridos acima por meio de dois aspectos, é, pois, o agrupamento básico, a unidade por excelência da sociabilidade caipira. Aquém dele, não há vida social estável, e sim o fenômeno ocasional do morador isolado, que tende a superar este estágio, ou cair em anomia; além dele, há agrupamentos complexos, relações mais seguidas com o mundo exterior, características duma sociabilidade mais rica. Ele é a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um mínimo social, equivalente no plano das relações ao mínimo vital representado pela dieta (CANDIDO, 2001, p. 44-47, 51-56).

D. Bairro – construção social dos centros históricos Latino Americanos

Estudando os centros históricos de alguns núcleos de cidades sul-americanas e o impacto da globalização sobre estes cascos antigos, seja por meio do turismo, da informática ou de redes diversas, Scarpaci ('Plazas and Barrios: heritage tourism and globalization in the Latin American Centro Historico') chega à constatação de que é nos bairros históricos centrais onde a coesão sócio-espacial de outrora é mais forte, onde os espaços de representação são mais afetados. Não é mera coincidência.

Comunidades locais estão face a um dilema local-global em sua vizinhança. A importância do conceito de 'neighborhood' - unidade social próxima a escala de bairro, no impacto da globalização nos bairros históricos das cidades latino-americanas se faz presente.

O primeiro passo para entender como os habitantes locais conceituam estes problemas (advindos da globalização) é entender como eles constroem socialmente seus bairros e interpretar os discursos públicos que dão significado a esses lugares (...). O espaço reflete a força da dominação social tanto do passado como do presente nos bairros históricos latino-americanos. Estes espaços de representação incluem os mundos do 'vivido' e o 'experenciado' e são difíceis de medir/mensurar¹.

E. Bairro – escala da dimensão política, do ativismo de bairro

Marcelo José Lopes de Souza, em seu artigo 'O Bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política', publicado na Revista Brasileira de Geografia, reafirma o quão escassa é a bibliografia sobre o bairro. Quando se examina a literatura acadêmica (sociológica, geográfica, urbanística e antropológica) à procura de tratamentos teórico-conceituais da realidade bairro, surpreende-se com a relativa escassez destes, pelo menos no que concerne a contribuições de peso.

É também na escala do bairro que se reivindica por escolas, postos de saúde, calçamentos de rua, diferente da escala da rua e da escala do lote. É nessa escala da comunidade que ganham peso e status político as atividades coletivas e de uso público (embora muitas vezes restrito) àquela circunscrição administrativa.

O bairro é um referencial direto e decisivo, pois; define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação e tensão); catalisa a referência simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. É o palco cotidiano, arena de luta mais imediata, referencial organizativo básico e catalisador simbólico.

A individualidade de um bairro no seio da urbe seria definida por uma certa coesão social e pela abrangência de uma vida de relações orgânicas e associada ao Espaço particular do bairro, à sua escala. Nos bairros ricos das grandes cidades, os homens vivem juntos sem saber sequer que é seu vizinho. O bairro pertence àquela categoria de 'pedaços da realidade social' que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. Assim é que, apesar de imperceptíveis para um recém-chegado, para um antigo morador os limites entre o seu bairro e os bairros vizinhos podem ser razoavelmente 'visíveis', familiares em razão do legado de uma forte carga intersubjetiva que lhe imprime na mente referenciais.

O significado, o conteúdo da idéia bairro são mutáveis como a própria realidade objetiva. Entretanto, a meu ver uma certa unidade na diversidade é garantida pela permanência de alguns aspectos ao longo da evolução das cidades, não obstante as manifestações diferenciadas segundo o contexto e o momento. A atribuição de um significado ao bairro, a formação de uma imagem mental forte, a construção de identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia, dependem de diversas circunstâncias.

1. Joseph Scapaci estudou o impacto da globalização nos bairros históricos de algumas cidades latino-americanas de origem espanhola - Bogotá, Buenos Aires, Cartagena, Cuenca, Havana, Montevideo, Puebla, Quito e Trinidad.

Local communities face a local-global dilemma in resolving neighborhood problems. Understanding how local residents conceptualize these problems is an important first step in learning how they socially construct their neighborhoods and in interpreting the public discourses that give meaning to these places.

Space reflects the power of social domination from both the past and present in Latin American historic districts [] These spaces of representation include the 'lived' or 'experienced' worlds and are difficult to measure (SCARPACI, 2005, p. 120).

De outra parte, uma sensação especial de familiaridade e intimidade com o bairro onde se mora normalmente não se reproduz com a mesma intensidade ou da mesma forma relativamente a outros bairros da cidade – os quais são conhecidos por força do deslocamento para o trabalho, para o lazer esporádico ou para as residências de parentes ou amigos; e, eventualmente, em muitos deles, um determinado indivíduo pode nunca ter posto o pé.

As pessoas inconsciente ou conscientemente sempre ‘demarcam’ seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a inter-subjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais (SOUZA, 1989, p. 139-140, 144, 149-150, 153).

F. Bairro – unidade urbana do Planejamento atual

Para Jorge Wilhelm, o bairro :

constitui hoje a unidade urbana, a representação mais legítima da espacialidade de sua população, e não é por acaso que São Paulo conta com 900 ‘sociedades de moradores’, também conhecidas como ‘sociedade amigos do bairro’, cuja territorialidade é facilmente estabelecida.

O bairro corresponde à dimensão de território ideal para a reivindicação coletiva. Em território maior, na região administrativa, surgem conflitos de prioridade entre um bairro e outro; em escala menor, na rua domiciliar, as reivindicações esgotam-se rapidamente. É na escala do bairro que se luta por obras civis, por segurança, por escolas e centros de saúde, por melhor transporte e mais fazer. Esta especificidade do bairro torna-o uma unidade politicamente importante.

Os bairros paulistanos têm dimensões e populações variáveis, em virtude das diferenças de suas origens históricas. Do ponto de vista físico, os cenários dos bairros variam; os mais antigos possuem estruturas de pequenas cidades, com suas ruas levando naturalmente a um pólo centralizador, catalisando as atividades comerciais e atraindo os pontos de embarque; frequentemente a igreja do bairro e sua praça constituem pontos de encontro preservados com o passar do tempo.

A vitalidade da dinâmica urbana permite que a população tenha constituído as veias de organicidade do bairro, elegendo seus pontos de encontro e seus marcos referenciais, por vezes pobres, mas nem por isso menos significativos para a vida cotidiana (WILHEIM, 1982, p. 63-65).

Já o prof. Candido Malta, debatendo sobre o Plano Diretor mais recente proposto para a Cidade de São Paulo, anuncia os Planos de Bairro como sub-planos dos Planos Regionais da cidade, constituindo a módulo mínimo do planejamento urbano. Assim, hierarquicamente: Planos de Bairro – Planos Regionais para as diversas áreas da cidade – Plano Diretor.

O Plano de Bairro é um instrumento para sua inserção no planejamento da cidade como um todo. Através dele e do Plano Regional que reúne os Planos de Bairro de sua subprefeitura, é possível compreender o jogo especulativo em que estamos metidos. (...) A discussão dos Planos Regionais e dos Planos de Bairro cria um novo palco de debate público, onde os interesses conflitantes podem se apresentar – embora os interesses especulativos, envergonhados dos valores anti-sociais que defendem, prefiram a ação nos bastidores, como vimos recentemente na aprovação das emendas especulativas do Plano Diretor.

E ainda experimenta os Planos de Bairro vinculados às escolas, no sentido pedagógico e participativo afirmando, ao relacionar escola e comunidade,

que infelizmente foi só parcialmente praticada. Essa experiência é, aliás, uma orientação pedagógica assumida na França, Itália e Espanha, e também nos Estados Unidos e Inglaterra, para comunidades socialmente carentes, nas quais se espera que a relação escola-comunidade dê mais concretude aos ensinamentos, interessando mais aos alunos no processo de aprendizagem. Essa idéia é a orientação básica do consagrado educador brasileiro Paulo Freire, que possivelmente influenciou as citadas experiências estrangeiras.

No Brasil, tal encaminhamento está ainda incipiente, mas com um grande potencial de desenvolvimento futuro, no qual a escola, assumindo um papel de produtora de conhecimento da comunidade, envolvendo os pais, mestres e crianças, estará, juntamente com as associações de moradores e outras entidades atuantes no bairro, desenvolvendo um papel protagonista em pensar o futuro do bairro. No município de São Paulo, foram elaborados os Planos Diretores de Bairro para o Jardim D. José, na estrada de Itapecerica, e o Jardim São Carlos, na zona leste, na Estrada do Imperador, região da Vila Matilde (CAMPOS FILHO, 2005, p. 81, 97, 189-190).

1.2. Um olhar geográfico sobre o bairro no presente

Na Geografia, o bairro tem sido sempre considerado como a escala intermediária entre a rua e a cidade, necessária ao existir da urbe.

Na década de 1960, Tricart, em seu Curso de Geografia Humana, define três escalas principais na paisagem urbana, as quais Aldo Rossi (no livro *Arquitetura da Cidade*) também equaciona:

- A escala da rua, que corresponde ao espaço abrangido por um observador num ponto qualquer da cidade;
- A escala de bairro – formada por um conjunto de quarteirões de edifícios, ruas e praças;
- A escala da cidade inteira – considerada como um conjunto de bairros.

José Ressano Garcia, em seu livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, expõe as 3 dimensões da forma urbana, seguindo um raciocínio semelhante:

- Dimensão Setorial – a escala da rua, a mais pequena unidade, ou porção de espaço urbano com forma própria;
- Dimensão Urbana – a escala do bairro; é a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores;
- Dimensão Territorial – a escala da cidade; nesta dimensão, a forma estrutura-se através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana, diferentes bairros ligados entre si, que se articulam entre si e com o suporte geográfico;

A forma de um bairro será composta de diferentes unidades espaciais (ruas, praças, pátios, jardins, etc.). E a forma de uma cidade será composta de elementos cuja escala é diferente: bairros, vias, nós viários, parques, etc. Pela articulação dessas que passamos à dimensão territorial. A decomposição da forma é um processo que se relaciona quer com a análise quer com a concepção do espaço (LAMAS, 1993, p. 73-76).

O bairro ideal em números – tamanho e população

Com relação a critérios objetivos e de dimensionamento, Carlos Nelson dos Santos ('A cidade como um jogo de cartas') propõe o bairro com sendo uma das categorias hierárquicas do princípio regular da grelha, módulos de dimensões pré-fixadas e hierarquizadas, que poderiam ser implantadas sobre qualquer base físico-geográfica, e poderia expandir-se em qualquer direção, como foi proposto para novas cidades em Roraima (SANTOS, 1988).

Nesse raciocínio, a unidade mínima seria o lote, de dimensões pré-fixadas que, ao agrupar-se em número de 20 a 48 lotes, daria lugar a um quarteirão. Agrupando-se 9 quarteirões surgiria a vizinhança, e 36 quarteirões o bairro (este equivalente a 4 vizinhanças, já com uma hierarquia de ruas). Na vizinhança, 8 quarteirões seriam residenciais, e 1 seria destinado à implantação de praça, escola, creche, posto de saúde, campo de esporte. Seria essa a estrutura proposta para o tecido urbano de cidades novas, constituindo o bairro a unidade maior, anterior à escala da cidade (decompondo-se em vizinhança, quarteirão e lote, em ordem inversa). Como se pode observar nas imagens a seguir.

Figura 4 – O bairro segundo o princípio da grelha, pelo qual seria formado por quatro conjuntos de nove quarteirões, ou 4 vizinhanças. Fonte: SANTOS, 1988, p. 118. ISBN 85-7165-001-2.

Figura 5 – A hierarquia do princípio da grelha: lote, quarteirão, vizinhança e bairro. Fonte: SANTOS, 1988, p. 123. ISBN 85-7165-001-2.

Ainda seguindo esse critério dimensional, José Donizete Cazollato, em sua dissertação de mestrado, faz diversas leituras da escala mais próxima de bairro, sob os diversos limites territoriais operados pelo Poder Público – Correios, IBGE, Sub-Prefeituras – linhas que não coincidem entre si e nem são entendidas e consensuais entre os habitantes. Propõe uma metodologia e certos parâmetros para se definir um bairro (origem, extensão, delimitação, denominação, áreas de usos especiais, população); exemplificando sua metodologia para os distritos de Lapa e Lajedo na cidade de São Paulo.

Entidade geográfica, urbanística, sociológica, antropológica, o bairro é tomado aqui na perspectiva de sua transformação, de sua inserção na estrutura político-administrativa do município. Embasado no conceito geográfico que define como porção espacial denominada, apropriada e delimitada. O bairro ideal teria extensão entre 0,40km² e 1,5km², e população em torno de 8.000 habitantes; as linhas levariam em conta elementos da paisagem de fácil percepção, como vias, cursos d'água, linhas de transmissão, ferrovia, linha de relevo acentuado, etc., preservando a integridade da via (CAZOLLATO, 2005, p. 3,115, 130-13).

O bairro deve ser entendido como uma espacialidade que tem sua existência determinada pela relação dos processos históricos mais amplos com os processos sociais que ocorrem na escala local e portanto tem uma existência datada, ainda que resíduos dessa existência (...) permaneçam² (2004 apud CAZOLLATO, 2005, p.115).

Um bairro não deve exceder um perímetro de 3 quilômetros mais ou menos. Acima de 5 quilômetros uma zona não pode mais ser um bairro, cita Marcelo Souza (SOUZA, 1989, p. 155).

O bairro como congruência sócio-espacial

Passando a critérios mais subjetivos, Rapoport ('Aspectos humanos de la forma urbana') é um dos autores que estuda o tema bairro, associado a uma visão ambiental e cognitiva de reconhecimento do território:

2. RAMOS, Aluísio Wellichan. Cotidiano, espaço e tempo de um antigo bairro paulistano: transformações na cidade e a dimensão do vivido. *Revista Geosp* - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, 2004.

Se julgamos pela quantidade de literatura sobre a questão, a área residencial: bairro, distrito, ou o que seja, é da maior importância, já que é uma área diretamente relacionada com a convivência social. As pessoas e os lugares se identificam através de símbolos ambientais e embora estes símbolos variem com a cultura, este exemplo demonstra o fundamental que é a noção de espaço vivido. Estas definições expressam como o meio ambiente não é algo uniforme, mas sim que está constituído por áreas de maior ou menor importância. Nas cidades, estas áreas são pequenas e parecem possuir certa congruência sócio-física. Historicamente, as cidades tendem a dividir-se em bairros, baseando-se em critérios supostamente claros, ou seja, em que a cidade consiste em um conjunto de elementos discretos com certas características sócio-físicas.

Na teoria da planificação, o bairro define-se 'a priori', sobre a base de funções de serviço (compras ou escolas), ou o número de habitantes (entre 5.000 e 10.000). A definição subjetiva, ao contrário, parte dos critérios dos usuários e da atração social, mobilidade, integração social, atração de outros lugares, vínculos sociais e facilidade em agrupar-se com base em certas características. Geralmente, as pessoas definem áreas pequenas ao redor de sua própria residência, cujos limites dependem de estrutura social e da mobilidade.

Subjetivamente, um bairro pode significar:

- A residência, com a área ao redor de pura convivência;
- A área ao redor da residência como símbolo de status;
- Um grupo de vizinhos, que se gostam ou não, mas que conformam o meio social imediato;
- Um ideal de cidade-comunidade, com associação cara a cara, ou com alguma idéia base;
- Uma área baseada em serviços auto-dirigidos;
- Uma área física muito claramente definida;
- Um grupo socialmente muito unido por raça, religião, etnia, ideologia, etc., com um mesmo sistema de atividade.

Todos poderiam classificar-se em dois grandes grupos: físicos e sociais, e os bairros existem, sobretudo, quando ambas as dimensões coincidem. Para se definir um bairro, se usam critérios sociais, com a influência, já indicada, da preferência e da seleção do habitat, já que pessoas análogas escolhem áreas similares, reforçando o caráter social e físico das mesmas.

Quase nunca as divisões oficiais coincidem com as subjetivas. A definição de áreas implica na definição de limites, que depende da descontinuidade física ou social. Na Bélgica, sugeriu-se existir uma diferença entre 'Unité de voisinage', que é um grupo de pessoas vivendo juntas e com relações sociais, e o 'quartier', que é um bairro baseado em distinções sociais, profissionais ou econômicas [...].

A divisão em bairros afeta aos que vivem neles, e existe uma integração espacial – ou seja objetiva – e cultural – ou seja subjetiva – com a cidade, embora a morfologia urbana subjetiva possa basear-se em critérios objetivos.

O bairro expressa o espaço vital da população, e como este, tem barreiras, itinerários e regiões. Quando a vida privada é importante, os bairros são 'pueblos urbanos', existindo uma inter-relação entre estilo de vida e comportamento espacial. Em geral, parece que existem três elementos essenciais na definição de um bairro: características sócio-culturais (1), a situação de serviços e atividades (2), e a forma física e seu simbolismo (3). As características sócio-culturais afetam a importância dada a área e o significado e os limites desta área dependem destas. O tempo de residência também é importante.

O bairro se define por sua vez, cognitivamente e socialmente, como elemento de mediação entre o indivíduo e a cidade, e, conseqüentemente, é um esquema sócio-espacial, significativo para a população que nota os limites. Estes limites, muitas vezes ruas, podem ser claros ou difusos. O esquema – edifícios e gente – é mais claro que o fundo informal da cidade. Todo mundo entende o bairro como uma parte da cidade que 'me pertence'.

O tamanho e a constituição de um bairro dependem do meio físico, do nome, dos elementos simbólicos e do comportamento social. O conhecimento, o comportamento e as distinções perceptivas se unem na mente do indivíduo, produzindo o esquema sócio-espacial do bairro, quer dizer, uma área física correlativa a um território social, conceitual e de comportamento. E esta sobreposição explica porque as áreas pequenas se dividem em subáreas onde o bairro tem uma congruência sócio-física. Quando há congruência sócio-física existe o bairro.

O argumento de que o bairro já não é importante hoje, posto que as pessoas vivem 'sem dominar um lugar', é contrário à evidência, embora o bairro perca valor como meio exclusivo de identificação (RAPOPORT, 1978, p. 155-163).

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 6 – Definição subjetiva de bairro como intersecção de diferentes critérios. Fonte: RAPOPORT, 1978, p. 163. ISBN 84-252-0718-5.

Figura 7 – Para alguns grupos, o bairro se define como um assentamento, para outros, contém diferentes assentamentos, e para outros enfim, os assentamentos estão situados fora do bairro. Sistemas de comportamento de três grupos sociais em Paris. Fonte: RAPOPORT, 1978, p. 271. ISBN 84-252-0718-5.

O bairro como 'lugar urbano'

Ainda nesse viés de critérios subjetivos, o conceito de bairro é tão elástico e maleável que ainda pode ser classificado como a escala mais próxima do conceito de 'lugar urbano'³, como expõe Carlos em seu livro 'O lugar do/no mundo':

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade 'lato sensu'; a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos ... é evidente que é possível encontrar isso na metrópole no nível de bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente não é o que caracteriza a metrópole.

Por outro lado, a metrópole não é 'lugar', ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria à discussão do bairro como espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança, o ir às compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/ reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida, onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria do lugar e que vão ganhando o significado dado pelo uso.

O vivido tem um caráter espacial local – no bairro. Liga-se ao habitar um espaço produzido. O lugar da habitação que envolve a peça do apartamento ou da casa, a rua, o mercado ou centro comercial ou cultural, os centros de serviços, áreas de lazer ou mesmo de trabalho, descrevem e dão conteúdo aos lugares da metrópole, correspondem a usos, logo, a uma prática espacial, ligando lugares e pessoas na metrópole, posto que o uso se refere sempre a uma prática, atividade que deixa marcas.

Como o espaço não é para o vivido um simples quadro e como o sujeito vive através de um modo de apropriação, a atividade prática vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores, presos aos trajetos construídos e percorridos (CARLOS, 1996, p. 20-22, 74-75).

De um lado, a tendência homogeneizante do processo sócio-espacial da metrópole caracteriza o desenraizamento, o anonimato e o individualismo. De outro, é impossível ignorar o fato de que o homem para habitar produz um certo espaço, delimita um território com o qual se identifica. Essa dualidade existente nas metrópoles atuais é um dos estímulos a discussão proposta por esta pesquisa – a discussão de conceitos e espacialidades do bairro.

Lopes de Souza também discute essa relação de bairro como lugar urbano, principalmente no passado, ao citar as cidades medievais européias:

Os bairros, as unidades de vizinhança, etc. são lugares, ou seja, espaços internalizados mentalmente pelos indivíduos de uma coletividade, que os têm como espaços vividos e sentidos. [...] O bairro clássico, didaticamente exemplificável pelo bairro medieval, tinha seu conteúdo simbólico ('personalidade' intersubjetivamente reconhecida) definido simultaneamente por um conteúdo que denominarei composicional (composição de classe, de grupo, econômico-funcional, étnica) e por um conteúdo interacional (vida de relações de bairro, vida de bairro). O conteúdo composicional singularizava-se pela relativa homogeneidade de classe, estamento ou etnia, ou pela presença expressiva especializada de certas funções econômicas e atividades profissionais, e ainda pelas fisionomias resultantes dos conteúdos dominantes e dos resíduos de formas espaciais pretéritas. O conteúdo interacional tipificava-se pela autonomia relativa de que gozava o bairro para os seus moradores, no contexto da cidade; a intimidade, o comércio de bairro, o lazer no bairro, as visitas entre vizinhos, os festejos de rua; o bairro como microcosmo inserido noutro microcosmo que era a cidade (SOUZA, 1989, p. 156).

3. Lugar urbano – categoria de análise do território que tenta explicar a intimidade e reconhecimento dos habitantes para o espaço que habitam. Como de espaço sem referências passa a ser reconhecido pela tríade habitante – identidade – lugar. Sem o intuito de definir lugar, visto que foi tema fartamente explorado no Mestrado, aqui apenas entendido como conceito que mais se aproxima da escala bairro.

1.3. Denominações, definições e espacialidades – dicionários técnicos, dicionários de línguas, verbetes virtuais, enciclopédias, um ‘pout porri’

Assim como Alfredo Bosi⁴, começar o texto com a discussão de palavras não é original. Tampouco incomum ou não usual. Mas foram elas que me fizeram nortear desde o começo por donde deveria caminhar o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira seleção bibliográfica elaborada incluiu vários livros sobre o Recife contendo denominações que me ficaram martelando, como *Velhas igrejas e subúrbios históricos* – Flavio Guerra, *Arredores do Recife* – Pereira da Costa, *‘Albúm de Pernambuco e seus arrabaldes’*, – F. H. Carls, dentre outros. A discussão desses nomes seria uma das grandes linhas de minha pesquisa.

Será que poderíamos relacionar ‘subúrbios’, ‘arrabaldes’ e ‘bairros’ numa só escala ou, em outras palavras, não estaríamos tratando dos mesmos bairros da várzea do Capibaribe com nomes distintos que significassem a mesma coisa? Em outras línguas, haveria essa mesma indefinição? A busca revelou-se muito esclarecedora e, ao mesmo tempo, passava segurança na escolha do caminho traçado, na medida em que avançava nos dicionários de outras línguas, inclusive em dicionários técnicos, permitindo constatar que, mesmo em outros idiomas, as similitudes ou permaneciam, ou se disassociavam ainda mais.

Os sentidos de bairro são muito profundos, mas não seria possível relacioná-los por uma de suas facetas? Ou agrupá-los?

‘Velhas igrejas e subúrbios históricos’ muito mais que um título, ficou ecoando na minha mente por muito tempo. Porque não chamou o autor os bairros do centro de ‘freguesias históricas’ ao invés de velhas igrejas, e os bairros da várzea do Capibaribe de ‘arrabaldes ou arredores’ ao invés de subúrbios históricos? O que estava nas entrelinhas? Aos poucos as idéias foram captadas e amadurecidas.

Velhas igrejas, igrejas que tinham usos e atividades, tinham seus freqüentadores, seus ‘filli ecclesiae’ (filhos da igreja), ou seja, indiretamente configuravam o limite de atuação, a paróquia ou freguesia de que faziam parte.

Comparando-se espacialmente a descrição e limites das freguesias do Recife em 1913 com os limites dos bairros de hoje, percebe-se que os limites atuais dos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Santo Amaro correspondem exatamente aos das freguesias de outrora. A freguesia da Boa Vista correspondia aos hoje bairros da Boa Vista, Coelhos, Ilha do Leite, Paissandu e Soledade. Em outras palavras, o bairro da Boa Vista sofreu uma redução em relação ao limite da freguesia de mesmo nome.

Já os da várzea do Capibaribe, sempre foram chamados de arrabaldes, arredores, subúrbios históricos. Subúrbios porque correspondiam à área urbanizada fora da malha urbana da então cidade do Recife, porém ainda dentro dos limites de jurisdição desta. Cerca de 8 km no interior da planície em relação ao centro. Históricos porque parte da história da cidade se passou nessas terras. Desde os engenhos, os sítios de veraneio, depois moradias de ingleses funcionários das companhias de gás, iluminação e trens urbanos, passando pelos locais das lutas abolicionistas e, hoje, da aristocracia urbana recifense. Hoje todos bairros. Freguesias e subúrbios hoje bairros. Que escala é essa?

4. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 11-39. ISBN 85-7164-276-1. Bosi, no capítulo 1 do livro citado acima, relaciona os vocábulos colônia-culto-cultura, e como isso se rebate no ideário e na prática da colonização desse país. Inspirando-se nesse viés, tento percorrer caminho semelhante ao relacionar subúrbio-arrabalde-paróquia/freguesia-bairro-distrito como pertencentes ‘a mesma escala urbana.

Em Dicionário de Português e Latim de 1700⁵, a mais antiga obra encontrada na língua portuguesa, menciona-se como sinônimos os termos 'arrabalde' e 'subúrbio', como sendo o bairro que está ligado à cidade, porém fora dos muros dela.

ARRABALDE, ou arrebalde, o bairro, que pegado à Cidade, está fora dos muros dela. Alguns derivão Arrabalde, do Hebraico Rabab, que vai o mesmo que multiplicar, e os arrabaldes se compõem da gente que multiplicada, não cabe na Cidade, e faz sua habitação fora dela. Outros derivão Arrabalde, do Arabico Errebalu, o qual vem do verbo Revele, que significa levar detrás de si nas ancas, e os que vivem nos arrabaldes, estão de certo modo nas ancas da cidade. Suburbium.

Coisa do Arrebalde, ou pouco distante dele. Suburbanus, a, um. Cic. Quinta, pegada aos arrebaldes. É de grande reorcação para o povo Romano esta Provincia, que lhe serve como de quinta nos Arrebaldes de Roma.

SUBÚRBIO – He tomado do Latim Suburbium, ii. Neut. Cic. Vid. Arrabalde. (em todas as Igrejas desta Cidade, e seus subúrbios. Gazeta de Lisboa 13. de outubro de 1720, pag. 300) (Ibid, p. 14, 20).

Assim como sinônimos 'freguesia' e 'paróquia', com o significado de Igreja Paroquial, governada por um 'parroco'. Freguesia como o lugar da cidade ou do campo onde vivem os fregueses, membros que freqüentam aquela igreja. E pároco aquele que dá os sacramentos aos fregueses, que caminharão nesta vida abaixo da obediência do Romano Pontífice. Traz então uma circunscrição espacial implícita, para a ação desta paróquia.

FREGUEZIA – Freguezía. A igreja parrochial. Paroecia templum. Freguezia. O lugar da cidade, ou do campo, em que vivem os freguezes. Paroecia e Fem. Esta palavra é muito antiga na Igreja Latina e Grega. Também Parochia e Fem., ainda que pareça corrupto de Paroecia não deixa de ser muito antigo.

PARROCHIA, ou parroquia. Freguezia, Igreja Parrochial, governada por Parroco. Deriva-se do Grego Parochos, que quer dizer, Repartidor, ou Hospedeiro de Embaixadores. Antigamente havia um costume, que nas casas em que se hospedava Embaixador, ou Enviado Romano, lhe haviam dar de graça quanta lenha pudesse queimar, e quanto sal pudesse comer ele, e a sua gente. Então não amassavam o pão com sal, como agora; pelo que salgavam cada bocado de pão, que comiam, como as talhadas de carne, especialmente, que o sal não era simples, senão composto, como cá sal e pimenta. O que tinha cuidado de dar aos Ministros Romanos a lenha, e o sal, se chamava Parochus, que (como já dissemos) vale o mesmo que Repartidor.

A imitação disto chamamos à Igreja de uma colação Parochia, e ao que ministra os Sacramentos Parrocho, e Parochus, porque não há de levar dinheiro por eles. Pela lenha entenderemos a matéria dos Sacramentos, e pelo sal, a graça, que sempre acompanha aos Sacramentos, dão-se estes a homens Romanos, que caminharão nesta vida debaixo da obediência do Romano Pontífice. Paroecia templum, i. Neut. Vid. Freguezia (Ibid, p. 18, 19).

Conceitua ainda 'bairro' como certas partes da cidade com suas casas e ruas. E a 'distrito' associa a idéia de 'jurisdição', portanto o espaço a que se estende qualquer jurisdição. Poderia também ser chamado de distrito algum trecho (da malha urbana) que se estendesse fora da jurisdição de um território, que se foi acrescentando ao termo⁶, ou ainda os primeiros limites da jurisdição de uma cidade.

BAIRRO – certa parte da Cidade com suas casas e ruas. Bairro, nas partes de Santarém é o mesmo que Monte.

DISTRICTO, ou destricto. Deriva-se do verbo latino Distringere, apertar, porque Districto denota Jurisdição, e não há poder de Jurisdição sem aperto da liberdade. Os Jurisconsultos lhe chamarão Districtus; porém, segundo André Alciato, esta voz Districtus não se acha nas obras de nenhum antigo Jurisconsulto. Sobre a dita palavra são os pareceres tão variados, que não é fácil acertar com o seu próprio e genuíno significado. Querem alguns, que Destricto se entenda fora da Jurisdição do território, que foi acrescentando ao termo, ou aos primeiros limites da jurisdição de uma cidade. Destricto, na opinião de alguns é do domínio do Senhor, e é só dos seculares, na opinião de outros também chega ao Estado Clerical, posto que dos Clerigos seja própria a Diocese. Pretendem alguns, que Districto se diga propriamente só da jurisdição do mar, ou em certo espaço de água, e na opinião de Baldo, Districto não só se diz da terra, e da água, mas também do céu, e do ar e assim há Jurisconsulto, que chama Districto aos limites, com que o Papa Alexandre Sexto decidiu a contenda dos Portugueses

5. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino**. Coimbra: 1712-1728. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br> e <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso em: out. 2008.

6. Termo – limite espacial de jurisdição de um território, utilizado nos séculos XVII e XVIII. Do latim terminu=limite, correspondente às fronteiras, isto é, à extensão territorial sob a administração de uma vila (MORI, 1996, p. 26).

com os Castelhanos sobre a extensão das suas conquistas, distinguindo com uma linha imaginária, ou mental, lançada de Norte a Sul cem léguas da altura das Ilhas dos Açores, as conquistas da parte ocidental para os Castelhanos, e as da parte Oriental para os Portugueses. Há três modos de Destricto, a saber Distrito convencional, Destricto privilegiado e Destricto prescrito. Vid. Lexicon Juridicum Simonis Schardij, verbo Districtus. Distrito. O espaço de lugar a que se estende qualquer jurisdição (Ibid, 15, 16, 17) .

O bairro e termos afins em dicionários e enciclopédias do início do século XX aos dias atuais

Em dicionários técnicos e de línguas, além de enciclopédias, as afinidades de alguns termos também se confirma, como por exemplo ‘arrabalde’ e ‘subúrbio’, ‘paróquia’ e ‘freguesia’, além dos conceitos de ‘bairro’ e ‘distrito’.

Assim, ‘**Arrabalde**’: - deriva do árabe arabadh, arrabad, ar-rabad (arredores de uma cidade, subúrbio); mas também significa:

- parte da cidade que está fora de suas muralhas ou recinto;
- os extremos de uma povoação, que ainda se achem dentro do recinto;
- arredores de uma povoação, proximidades, vizinhanças, cercanias, subúrbios;
- povoação que fica perto de uma cidade, dependendo dela;
- cercanias de uma povoação, coisa conexa, anexa, chegada;
- parte de uma cidade situada na sua periferia;
- bairro fora de porta;
- bairro afastado do centro da cidade, conjunto de casas nas cercanias de uma cidade;
- Ex: Arrabalde da Lapa: lugar da freguesia de Santa Cristina, Concelho de Condeixa (Portugal)
- parte de uma cidade ou povoação que fica fora ou nas adjacências de seus limites. Lugar muito afastado do centro de uma cidade ou povoação, arredor, cercania. Circunvizinhança, em oposição ao centro.

‘**Subúrbio**’: deriva do latim suburbium, sub + urb (que está próximo da parte urbana, da cidade);

- arrabaldes, cercanias, aros, proximidades de cidade, vila ou qualquer povoação;
- vizinhanças, redondezas;
- conjunto de aglomerações que cercam um centro urbano e participam de sua existência;
- região que segue o arrabalde, mas, embora fora da cidade, pertence à jurisdição dela;
- parte da zona urbanizada de uma cidade situada em sua periferia. Em países pobres, o subúrbio é habitado por baixa renda. Nos ricos, por alta renda, com equipamentos, obras e serviços de infra-estrutura;
- localidade situada nas proximidades de uma cidade e dependente desta;
- Proximidade de cidade, vila ou outra povoação qualquer, arrabalde, cercania, arredor. Bairro localizado longe do centro, nos arrabaldes de uma cidade, fora ou nas adjacências dos seus limites. Circunvizinhança, em oposição ao centro.

‘Paróquia’ : - do latim parochia (paroecia) – diocese, paróquia, com influência do pároco; e do grego paroikia (habitação vizinha);

- jurisdição do pároco, freguesia, igreja matriz;
- distrito subordinado eclesiasticamente a um pároco; os habitantes desse distrito;
- limite territorial sobre o qual se estende a jurisdição espiritual de um vigário;
- corporação eleita pelos paroquianos para administrar os interesses da igreja;
- divisão territorial de uma diocese sobre a qual tem jurisdição ordinária um sacerdote, o pároco;
- comunidade cristã dirigida por um pároco;
- população subordinada eclesiasticamente a um pároco, conjunto de habitantes desse território;
- localidade específica, cidade, bairro.

‘Freguesia’ : - do latim filium ecclesiae (filho da igreja, paroquiano); freguês + -ia

- todos os fregueses de uma paróquia ou paroquianos;
- povoação do ponto de vista eclesiástico;
- pequena povoação, distrito de uma paróquia;
- a menor divisão administrativa em Portugal, nas províncias e nas cidades;
- circunscrição administrativa de uma paróquia;
- clientela, grupo de compradores que utilizam os serviços do mesmo médico, cabeleireiro, advogado, etc.

‘Distrito’ : - do latim districtum, districtus (preso, ligado, extensão de território dependente da mesma jurisdição);

- divisão territorial em que se exerce o governo ou a jurisdição ou inspeção de certa autoridade administrativa, judicial, fiscal, policial ou sanitária. Ex: Distrito Comercial, Distrito Criminal, Distrito Fiscal, etc.;
- divisão administrativa de algumas nações, de um território;
- alçada, competência;
- parte da cidade que, por determinação oficial, compreende, para fins administrativos, um ou mais bairros;
- pequeno povoado ou vila que cresce ao lado de alguma cidade e é parte dela, bem como o terreno ao seu redor;
- grande divisão administrativa em Portugal e noutros países;
- No Brasil, subdivisão do território municipal desprovida de autonomia. A sede do distrito chama-se vila e é considerada área urbana do Município, com limites delimitados por lei municipal;
- cada uma das partes em que se divide o território do município.

‘Bairro’ : - do latim barra, barriu, barrium (o que é separado, delimitado, trancado); do árabe hispânico bar ri (exterior, subúrbio) e do árabe clássico barri (selvagem);

- segundo Houaiss, vem de barra (travessa, divisória), de que se teria formado um adjetivo barriu (que e o que está do lado de fora); donde o português bairro e o castelhano barrio (arrabalde, zona marginal da cidade, divisão de uma cidade), e ainda o catalão barri (cerca, parque);

cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade;

- porção de território nas proximidades de um núcleo urbano;
- cada uma das divisões administrativas dos Concelhos de Lisboa e Porto, presidida por um administrador de bairro;
- divisão para a mais precisa orientação das pessoas e fácil controle administrativo;
- parte da cidade que compreendia determinada área, ocupada por povos da mesma raça ou classe;
- arraial ou pequeno povoado (Minas Gerais), com um comércinho;
- para Celso Ferrari, o bairro não é necessariamente uma unidade administrativa. É uma unidade espontânea, integrada por indivíduos e grupos primários que podem manter entre si contatos simpáticos, desinteressados, com consciência de pertencerem à mesma comunidade;
- Em Portugal, lugar da freguesia de ..., sob o Concelho de (um bairro poderia compreender uma ou mais paróquias). Ex: Bairro de Baixo – lugares das freguesias de: Alvarenga, Concelho de Lousada; Duas Igrejas, Concelho de Paredes; São João de Fontoura, Concelho de Resende;

A definição de bairro e termos afins em outras línguas

Em outras línguas, o vocábulo bairro e termos afins foram pesquisados em dicionários comuns, com exceção da língua francesa, para a qual foi consultado também um dicionário de vocábulos urbanísticos.

Os bairros não são realidades recentes na história da humanidade, muito pelo contrário. Bairros autênticos são encontrados durante a Idade Média, e mesmo na Antiguidade, sendo que os bairros da cidade antiga, em seu início constituídos sobre bases tribais ou patriarcais, tinham existência tão efetiva quanto os bairros das cidades da Idade Média, formados sobre bases profissionais (SOUZA, 1989, p. 154).

Na figura abaixo se pode observar a área portuária na cidade de Delos, na Grécia antiga, séculos III e II aC. Não é área delimitada por quadras, nem tem uma forma definida, pois acompanha o relevo. Mas é um bairro, e dessa forma era conhecido por seus habitantes. Além das residências, tinha como equipamentos a ágora, o teatro e os templos, e uma hierarquia de vias, como se pode observar.

Figura 8 – Bairro do porto em Delos, Grécia, séculos III e II aC. Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 105. ISBN 85-2730-1008.

A seguir, um exemplo em Veneza, Itália. Este bairro, na parte insular, é delimitado por rios em vez de vias comuns, cujo traçado também segue uma hierarquia espacial. A passagem de uma quadra a outra se dá por escadas e pontes, mas nem por isso há desorientação espacial ou não reconhecimento do bairro.

Figura 9 – Um bairro de Veneza, Itália, entre o rio S. Caterina, Rio S. André, Rio Priuli e Rio S. Felice. Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 306. ISBN 85-2730-1008.

Na língua espanhola, segundo o Dicionário Etimológico de la Lengua Castellana, bairro quer dizer:

voz tomada ao árabe, e que só se acha em nosso idioma, no português (bairro) e no catalão (barri). A etimologia é **barr**, **bar**, terra, campo, campo imediato de uma população. Bar, barr, barrio, continuou chamando-se esse campo mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar barrio uma das divisões locais ou municipais das povoações, sobretudo das povoações grandes. Em algumas partes por barrio se entende o mesmo que arrabalde, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela, como o barrio de Triana (em Sevilha).

Quanto à questão da extensão do referencial 'barrio' aos subúrbios (arrabaldes), vale lembrar o Dicionario de Términos Geográficos, segundo o qual subúrbio é um 'bairro de fora ou dos arredores de uma cidade ou de outra povoação, habitado pelas classes trabalhadoras, de comunicação difícil, de urbanização deficiente e com equipamentos sociais medíocres ou nulos. Se recordarmos que é comum entre nós a utilização do qualificativo bairro em realidades de periferia urbana (grandes loteamentos, por exemplo), veremos que barrio e bairro, mais que etimologicamente irmanados são semanticamente semelhantes⁷ (1941 apud SOUZA, 1989, p. 153).

Para ilustrar essa idéia de 'arrabal', seguem-se dois exemplos, um em Toledo e outro em Barcelona, ambos na Espanha. Em Barcelona, o arrabal está mais além do espaço ocupado pela malha urbana da então cidade romana da Barcino, separado deste por vias de grande fluxo, hoje as conhecidas ramblas, porém situado ainda dentro da muralha da então cidade, pertencendo a ela.

Já em Toledo, numa imagem talvez posterior à retomada cristã aos muçulmanos, os 'arrabales' se encontram fora da muralha, situados numa parte plana e baixa no lado norte, não circundada pelo rio Tejo, enquanto a cidade ocupava as encostas e o topo das colinas. Contudo havia uma ligação por terra entre uma das portas da cidade e os relativamente insignificantes subúrbios (arrabales) de Antequeruela e Santiago, no lado setentrional. E mesmo na malha islâmica, o traçado viário combinava ruas principais radiais, que conduziam ao centro religioso de modo mais ou menos direto, e becos sem saída, dando acesso aos bairros residenciais.

Figura 10 - Esboço esquemático da cidade romana de Barcino, hoje Barcelona. Esquema das duas partes da urbe, desenhado a partir de um plano de 1492, mostrando a cidade (B) e o arrabalde, subúrbio separado daquela pela franja linear de espaço livre ocupado anteriormente à velha muralha (AA), que havia de converter-se no famoso passeio de las Ramblas da cidade moderna. Fonte: MORRIS, 1979, p. 339, tradução nossa. ISBN 84-2521-1816.

'Arrabales'- em árabe 'arbad', no singular 'rabad', todavia amuralhados e com sua própria mesquita, comércio, lojas e demais edifícios comerciais.

... cuando aumentaba el vecindario se formaban los 'arrabales' - 'arbad', en singular 'rabad', asimismo amurallados y con su propia mezquita, zocos, tiendas y demás edificios comerciales. In: VERA, 1990, p. 26, tradução nossa. ISBN 84-239-5285-1.

Figura 11 - Esboço da cidade de Toledo, Espanha, sob a tomada muçulmana e o arrabal extramuros (séculos XVIII a XI). Fonte: MORRIS, 1979, p. 165. ISBN 84-2521-1816.

7. MONLAU, Pedro Felipe. *Diccionario Etimológico da la Lengua Castellana*. Buenos Aires: El Ateneo, 1941.

O 'bairro' aparece ainda relacionado às áreas administrativas em que se divide uma cidade, ou a um dos nomes que recebem as divisões de uma população. E cita como exemplo Madri, cidade que se divide em distritos e, cada um deles, em bairros.

Figura 12 – Distritos atuais de Madrid, Espanha. Disponível em: <<http://www.gomadrid.com/images/districtmap.gif>>. Acesso em set. 2010

Na língua espanhola, o bairro é associado, ainda, à escala do vivido. O universo do bairro é o mundo ao qual pertence. Ir a outro bairro é sinônimo de ir a outro mundo.

‘Arrabalde’ e ‘subúrbio’ correspondem a cercanias, arredores, bairro próximo à cidade ou dentro de sua jurisdição, e subúrbio é citado ainda como bairro de baixa renda.

‘Paróquia’ e ‘Freguesia’ correspondem ao território que está sob jurisdição de um pároco, conjunto de paroquianos de uma paróquia. E aparece ainda, em alguns casos no norte da Espanha, como divisão administrativa no interior do município.

‘Distrito’ corresponde a divisão territorial administrativa ou judicial. Ex: distrito universitário, distrito judicial.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

DISTRITOS	BAIRROS DE MADRID
1. Centro	1. Palacio; 2. Embajadores; 3. Cortes; 4. Justicia; 5. Universidad; 6. Sol
2. Arganzuela	7. Paseo Imperial; 8. Acacias; 9. Chopera; 10. Legazpi; 11. Delicias; 12. Palas de Moguer; 13. Atocha
3. Retiro	14. Pacífico; 15. Adelfas; 16. Estrella; 17. Ibiza; 18. Jerónimos; 19. Niño Jesús
4. Salamanca	20. Recoletos; 21. Goya; 22. Fuente del Berro; 23. Guindalera; 24. Lista; 25. Castellana
5. Chamartín	26. El Viso; 27. Prosperidad; 28. Ciudad Jardín; 29. Hispanoamérica; 30. Nueva España; 31. Castilla
6. Tetúan	32. Bellas Vistas; 33. Cuatro Caminos; 34. Castillejos; 35. Almenara; 36. Valdeacederas; 37. Berruguete
7. Chamberí	38. Gaztambide; 39. Arapiles; 40. Trafalgar; 41. Almagro; 42. Vallehermoso; 43. Ríos Rosas
8. Fuencarral-El Pardo	44. El Pardo; 45. Fuentelarreina; 46. Peñagrande; 47. Barrio del Pilar; 48. La Paz; 49. Valverde; 50. Mirasierra; 51. El Goloso
9. Moncloa-Aravaca	52. Casa de Campo; 53. Arguelles; 54. Ciudad Universitaria; 55. Valdezarza; 56. Valdemarín; 57. El Plantío; 58. Aravaca
10. Latina	59. Los Cármenes; 60. Puerta del Ángel; 61. Lucero; 62. Aluche; 63. Las Águilas; 64. Campamento; 65. Cuatro Vientos
11. Caranbachel	66. Comillas; 67. Opañel; 68. San Isidro; 69. Vista Alegre; 70. Puerta Bonita; 71. Buenavista; 72. Abrantes
12. Usera	73. Orcasitas; 74. Orcasur; 75. San Fermín; 76. Almendrales; 77. Moscardó; 78. Zofio; 79. Pradolongo
13. Puente de Vallecas	80. Entrevías; 81. San Diego; 82. Palomeras Bajas; 83. Palomeras Sureste; 84. Portazgo; 85. Numancia
14. Moratalaz	86. Pavones; 87. Horcajo; 88. Marroquina; 89. Media Legua; 90. Fontarrón; 91. Vinateros
15. Ciudad Lineal	92. Ventas; 93. Pueblo Nuevo; 94. Quintana; 95. La Concepción; 96. San Pascual; 97. San Juan Bautista; 98. Colina; 99. Atalaya; 100. Costillares
16. Hortaleza	101. Palomas; 102. Valdefuentes; 103. Canillas; 104. Pinar del Rey; 105. Apóstol Santiago; 106. Piovera
17. Villaverde	107. San Andrés; 108. San Cristóbal; 109. Butarque; 110. Los Rosales; 111. Los Ángeles
18. Villa de Vallecas	112. Casco Histórico de Vallecas; 113. Santa Eugenia
19. Vicálvaro	114. Casco Histórico de Vicálvaro; 115. Ambroz
20. San Blas	116. Simancas; 117. Hellín; 118. Amposta; 119. Arcos; 120. Rosas; 121. Rejas; 122. Canillejas; 123. Salvador
21. Barajas	124. Alameda de Osuna; 125. Aeropuerto; 126. Casco Histórico de Barajas; 127. Timón; 128. Corralejos
TOTAL: 21 DISTRITOS	TOTAL: 128 BAIRROS

Tabela 01 – Distritos e bairros de Madrid atual. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Madrid>>. Acesso em: set. 2010.

Um exemplo sul-americano de descendência espanhola, a cidade de Buenos Aires, é um modelo clássico de cidade dividida em paróquias, e depois em bairros. A passagem paróquia-bairro foi progressiva e relativamente rápida: existiam por volta de 1860⁸, 11 paróquias, que em seguida, em planta de 1900, assinalam 14 bairros para o município, hoje 48, como se pode observar na figura abaixo.

Esses bairros estão agrupados, formando regiões maiores, as comunas. Essas comunas são áreas que guardam características comuns, como por exemplo, as origens de seus moradores, além do patrimônio intangível de festas e tradições de indumentária, culinária e religião. Porém cada bairro tem seu escudo, logotipo, ou símbolo. Inclusive a própria Prefeitura os trata como patrimônios vivos, individuais, como se pode observar no poema inicial deste capítulo, abertura da homepage do Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires.

Figura 13 – Bairros atuais de Buenos Aires, Argentina. Disponível em: < <http://www.pais-global.com.ar/html/argentina/caba/barrios.jpg> >. Acesso em: set. 2010.

8 División Eclesiástica da la Ciudad de Buenos Aires (11 parroquias) 1859. Litografía de Julio Beer. In: RADOVANOVIC, 2001, p. 29.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 14 – Comunas e bairros componentes, Buenos Aires, Argentina. Disponível em:

http://en.wikipedia.org/wiki/Neighbourhoods_and_Communes_of_Buenos_Aires

. Acesso em: set. 2010.

Comunas	Bairros	População (hab)	Area (km ²)
Comuna 1	1. Puerto Madero	7.000	2,1
	2. San Nicolás	33.305	2,4
	3. Retiro	45.002	2,9
	4. Monserrat	43.560	2,2
	5. San Telmo	25.969	1,3
	6. Constitución	45.860	2,1
Comuna 2	7. Recoleta	188.780	5,4
Comuna 3	8. Balvanera	152.198	4,4
	9. San Cristóbal	49.986	2,1
Comuna 4	10. La Boca	46.494	3,3
	11. Barracas	77.474	7,6
	12. Parque Patricios	40.885	3,8
	13. Nueva Pompeya	63.276	6,1
Comuna 5	14. Almagro	139.262	4,1
Comuna 6	15. Boedo	48.520	2,6
Comuna 7	16. Caballito	183.396	7,1
	17. Flores	150.484	8,1
Comuna 8	18. Parque Chacabuco	39.473	2,4
	19. Villa Soldati	41.228	8,7
	20. Villa Lugano	114.253	9,2
	21. Villa Riachuelo	14.960	4,4
Comuna 9	22. Parque Avellaneda	54.191	5,2
	23. Mataderos	64.932	7,6
	24. Liniers	44.234	5,4
Comuna 10	25. Villa Luro	33.058	2,6
	26. Vélez Sársfield	35.963	2,4
	27. Floresta	39.473	2,4
	28. Monte Castro	34.584	2,9
	29. Villa Real	14.278	1,5
	30. Versalles	14.178	1,5
Comuna 11	31. Villa Devoto	71.013	6,6
	32. Villa del Parque	58.573	3,6
	33. Villa Santa Rita	33.850	2,3
	34. Villa General Mitre	36.090	2,2
Comuna 12	35. Villa Pueyrredón	40.235	3,7
	36. Villa Urquiza	89.360	5,6
	37. Coghlan	19.177	1,3
	38. Saavedra	51.723	5,9
Comuna 13	39. Núñez	53.005	3,9
	40. Belgrano	138.942	6,8
	41. Colegiales	56.998	2,6
Comuna 14	42. Palermo	252.312	17,4
Comuna 15	43. Villa Ortúzar	22.591	1,2
	44. Chacarita	27.440	2,8
	45. Villa Crespo	89.859	3,8
	46. La Paternal	20.053	2,4
	47. Agronomía	34.580	4,0
	48. Parque Chas	39.473	1,4
TOTAL		3.021.530 hab	201,30 km ²

Tabela 02 – Comunas e bairros de Buenos Aires atual. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Anexo:Barrios_de_la_Ciudad_de_Buenos_Aires e http://en.wikipedia.org/wiki/Neighbourhoods_and_Communes_of_Buenos_Aires. Acesso em: set. 2010.

Semelhante ao espanhol, em italiano 'arrabalde' e 'subúrbio' assumem a mesma nomenclatura – sobborgo, periferia; assim como são sinônimos 'paróquia' e 'freguesia' – **parrocchia**.

‘Bairro’ é associado a ‘**riione**’ (que assume uma designação regional, como em Veneza, Chioggia e outros lugares nessa região) e ainda ‘**quartiere di una città**’ (parte de uma cidade). E ‘distrito’ é citado como divisão de uma jurisdição, como **distretto**.

Em francês, encontramos os termos 'arrabalde' e 'subúrbio' como sinônimos mais uma vez, correspondentes aos termos **faubourg** (bairro desenvolvido no exterior, além do território de uma cidade), **banlieue** (periferia), além do **environ**.

‘Freguesia’ e ‘paróquia’ correspondem a **paroisse** (território que se estende à jurisdição espiritual de um cura).

‘Bairro’ corresponde a **quartier de ville** (parte de uma aglomeração caracterizada por porções distintas que conferem uma certa unidade e uma certa individualidade, ou delimitado por um perímetro com uma descontinuidade espacial ... é um setor/divisão essencialmente social, com uma certa unidade econômica e demográfica, uma realidade histórica, um sentimento de pertencimento). O tamanho e a população de cada **quartier** se pode conferir na tabela que se segue, em relação à cidade de Paris.

'Distrito' corresponde a **district, compétence** (idéia de jurisdição), **arrondissement**.

O francês foi a única língua para a qual foi possível encontrar um dicionário francês-francês exclusivamente de termos urbanísticos, cuja reprodução consta no anexo 1 deste trabalho. Em Paris, os **quartiers** são as divisões que mais se aproximam do nosso conhecido bairro e, unidos em número de 4, formam o **arrondissement**. Como se cada

Figura 15 - Imagem da cidade de Montpellier, França, evidenciando o núcleo central amuralhado, rodeado por núcleos periféricos – os faubourgs. Fonte: FABRE, Ghislaine; LOCHARD, Thierry. Montpellier: la ville médiévale. Paris: Imprimerie Nationale, 1992. p. 197. ISBN 2-11-081238-9.

Figura 16 - Mapa da Paris medieval com suas paróquias, cerca de 1300. Fonte: SENNETT, 1997, s/p. ISBN 85-01-04620-5.

Figura 17 - Mapa da Paris revolucionária com seu limite primeiro e muro posterior, este com os faubourgs e boulevards, cerca de 1794. Fonte: SENNETT, 1997, s/p. ISBN 85-01-04620-5.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Conquanto possua raiz etimológica diferente, o francês **quartier** designa uma realidade similar à do bairro. E também no caso francês, embora **quartier e banlieue** (subúrbio, periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar **quartiers** em áreas periféricas (SOUZA, 1989, p.153).

Como ilustração, cita-se a cidade de Paris atual, cuja divisão administrativa de decompõe em vinte **arrondissements**, como de pode observar nas figuras que se seguem.

Paris foi dividida pela primeira vez em 12 **arrondissements** em 11 de outubro de 1795, sendo 9 na margem direita do Sena e 3 na margem esquerda. A sua forma era bem menos regular que a que existe hoje em dia. No dia 1 de janeiro de 1860, a aplicação de uma lei de Napoleão III levou à expansão dos limites totalmente novos e com a instituição da numeração em espiral.

Cada **arromdissement** está subdividido administrativamente em quatro bairros (**quartiers**, quartos), que correspondem aproximadamente aos quartos noroeste, nordeste, sudoeste e sudeste do respectivo **arrondissement**.

Estes 20 **arrondissements** estão distribuídos segundo uma espiral que se desenvolve no sentido dos ponteiros do relógio a partir de um ponto central da cidade localizado no Louvre (1º arrondissement). É assim que os números mais baixos correspondem a arrondissements mais centrais e números maiores a **arrondissements** mais distantes do centro. Cada **arrondissement** é gerido por um conselho de **arrondissement** com funcionamento semelhante ao conselho municipal, mas com poderes mais limitados (Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arrondissements_de_Paris>. Acesso em: set. 2010).

A tabela a seguir mostra a divisão dos **arrondissements** e respectivos **quartiers**, juntamente com a população e área correspondentes.

Figura 18 - Arrondissements de Paris antes de 1860 - 9 na margem direita do Sena e 3 na margem esquerda. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arrondissements_de_Paris>. Acesso em: set. 2010.

Figura 19 - Arrondissements de Paris atual. Estão distribuídos segundo uma aspiral que se desenvolve no sentido dos ponteiros do relógio a partir do ponto central da cidade, localizado no Louvre (1º arrondissement). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arrondissements_de_Paris>. Acesso em: set. 2010.

Figura 20 - Quartiers de Paris, França. Cada arrondissement está dividido em 4 quartiers ou bairros, que correspondem aproximadamente aos quartos noroeste, nordeste, sudoeste e sudeste do respectivo arrondissement. Disponível em: <<http://www.paris-walking-tours.com/images/quartier.jpg>>. Acesso em: set. 2010.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Arrondissement	Quartiers	População em 1999 (hab)	Area (hectare)
1º Arrondissement dit « Du Louvre »	1. Saint-Germain-l'Auxerrois	1.672	86,9
	2. Halles	8.984	41,2
	3. Palais-Royal	3.195	27,4
	4. Place-Vendôme	3.044	26,9
	5. Gaillon	1.345	18,8
2º Arrondissement dit « de la Bourse »	6. Vivienne	2.917	24,4
	7. Mail	5.783	27,8
	8. Bonne-Nouvelle	9.595	28,2
	9. Arts-et-Métiers	9.560	31,8
	10. Enfants-Rouges	8.562	27,2
3º Arrondissement dit « du Temple »	11. Archives	8.609	36,8
	12. Sainte-Avoye	7.501	21,3
	13. Saint-Merri	6.523	31,3
	14. Saint-Gervais	10.587	42,2
	15. Arsenal	9.474	48,7
4º Arrondissement dit « de l'Hotel-de-Ville »	16. Notre-Dame	4.087	37,9
	17. Saint-Victor	11.661	60,4
	18. Jardin-des-Plantes	18.005	79,8
	19. Val-de-Grace	19.492	70,4
	20. Sorbonne	9.683	43,3
5º Arrondissement dit « du Panthéon »	21. Monnaie	6.185	29,3
	22. Odéon	8.833	71,6
	23. Notre-Dame-des-Champs	24.731	86,1
	24. Saint-Germain-des-Prés	5.154	28,2
	25. Saint-Thomas-d'Aquin	12.661	82,7
6º Arrondissement dit « du Luxembourg »	26. Invalides	6.276	107,4
	27. École-Militaire	12.895	80,8
	28. Gros-Cailou	25.156	138,2
	29. Champs-Élysées	4.614	114,1
	30. Faubourg-du-Roule	10.038	79,6
7º Arrondissement dit « du Palais-Bourbon »	31. Madeleine	6.045	76,1
	32. Europe	18.606	118,3
	33. Saint-Georges	20.850	71,7
	34. Chaussée-d'Antin	3.488	54,3
	35. Faubourg-Montmartre	9.233	41,7
8º Arrondissement dit « de l'Elysée »	36. Rochechouart	22.212	50,1
	37. Saint-Vincent-de-Paul	21.624	92,7
	38. Porte-Saint-Denis	15.066	47,2
	39. Porte-Saint-Martin	23.125	60,9
	40. Hôpital-Saint-Louis	29.870	88,4
9º Arrondissement dit « de l'Opéra »	41. Folie-Méricourt	33.002	72,6
	42. Saint-Ambroise	32.168	83,8
	43. Roquette	47.520	117,2
	44. Sainte-Marguerite	36.476	93,0
	45. Bel-Air	33.976	138,6
10º Arrondissement dit « de l'Entrepôt »	46. Picpus	62.947	186,3
	47. Bercy	13.987	190,3
	48. Quinze-Vingts	25.752	123,6
	49. Salpêtrière	18.246	118,2
	50. Gare	69.008	304,4
11º Arrondissement dit « de Popincourt »	51. Maison-Blanche	64.797	223,2
	52. Croulebarbe	19.526	69,2
	53. Montparnasse	18.570	112,6
	54. Parc-de-Montsouris	19.793	135,7
	55. Petit-Montrouge	37.230	134,6
12º Arrondissement dit « de Reuilly »	56. Plaisance	57.229	178,5
	57. Saint-Lambert	82.032	283,1
	58. Necker	46.932	157,8
	59. Grenelle	47.411	147,8
	60. Javel	49.092	260,9
13º Arrondissement dit « des Gobelins »	61. Auteuil	67.967	303,0
	62. Muette	45.214	203,7
	63. Porte-Dauphine	27.423	141,4
	64. Chaillot	21.213	142,4
	65. Ternes	39.137	146,6
14º Arrondissement dit « de l'Observatoire »	66. Plaine-de-Monceaux	38.958	138,4
	67. Batignolles	38.691	144,2
	68. Épinettes	44.352	137,8
	69. Grandes-Carrières	67.152	190,6
	70. Clignancourt	64.868	165,3
15º Arrondissement dit « de Vaugirard »	71. Goutte-d'Or	28.524	109,0
	72. Chapelle	24.037	134,8
	73. Villette	53.650	128,6
	74. Pont-de-Flandre	24.584	237,7
	75. Amérique	55.365	183,6
16º Arrondissement dit « de Passy »	76. Combat	38.988	129,5
	77. Belleville	35.773	80,7
	78. Saint-Fargeau	42.087	148,7
	79. Pére-Lachaise	42.332	159,9
	80. Charonne	62.901	209,1
TOTAL		2.125.851 hab	8.698,50 ha

Tabela 03 – Arrondissements e Quartiers de Paris atual. Disponível em: < http://fr.wikipedia.org/wiki/Quartiers_administratifs_de_Paris >. Acesso em: set. 2010.

Em inglês, 'arrabalde' e 'subúrbio' correspondem a **suburbs**, **environs** e **outskirts**, como sendo aquilo que estivesse na franja do tecido urbano, periferia, borda, limite.

'Paróquia' e 'freguesia' correspondem a **parish**, **customers**, conjunto de fregueses daquela paróquia.

'Bairro' é relacionado aos termos **quarter**, **ward** (no sentido de divisão administrativa) e ao termo **neighbourhood** (sentido de vizinhança, relação de proximidade, comunidade sociável), dependendo do contexto.

'Distrito' é relacionado a **district**, **borough** (divisão administrativa, circunscrição, setor).

A palavra inglesa **neighbourhood** parece frequentemente cobrir uma escala intermediária entre a **unité de voisinage** e o **quartier** da literatura sociológica culturalista francesa. Isto explica o porquê de se enfatizar o papel do **neighbourhood** como uma 'área de relações primárias e espontâneas', o que não combina com o conceito francês de **quartier**, aproximando-se, isto sim, da **unité de voisinage**. No entanto, parece-me que a **neighbourhood unit** dos anglo-saxões e a **unité de voisinage**, à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois a **unité** se me afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do **neighbourhood**.

Seja como for, são as relações de tipo primário, e não as de tipo secundário como no **quartier**, que definem em princípio o **neighbourhood**.

O **district**, outro referencial, define-se precipuamente pelas relações de tipo secundário que se dão à sua escala (SOUZA, 1989, p. 153-154, grifos nossos).

Na língua árabe, em dicionário atual, os diversos termos não coincidem, como se pode observar a seguir. Além disso, não há sinônimos e nem explicações dos termos traduzidos, mas apenas uma palavra correspondente a cada vocábulo. Porém acredita-se ser válido mostrá-los, chamando a atenção para a proximidade das palavras relativas a arrabalde e subúrbio.

MOUSMAR, Youssef. **Dicionário árabe-português**. 5ª edição. São Paulo, 2007.

ARRABALDE – dâhiad

BAIRRO – hai

DISTRITO – mantakah

FREGUESIA – ruád

PARÓQUIA – khuraniah

SUBÚRBIO – dá-hiat

Em árabe antigo, a referência encontrada vem por meio de citação em dicionário espanhol⁹, sem que tenha sido possível encontrar outras citações noutras bibliografias ou até em dicionários árabes mais antigos. Os vocábulos estão relacionados a seguir.

'Arrabalde' como ar-rabad (cercania de uma cidade ou povoação, subúrbio)

'Bairro' como barr, barri (exterior, aquilo que está fora da cidade) (MONLAU apud SOUZA, 1989, p. 153).

E por último, Portugal, a exemplo de Lisboa, cuja divisão se dá através de 4 grandes bairros, equivalentes às Regiões Político-Administrativas do Recife, e estes subdivididos em freguesias equivalentes aos bairros do Recife, como se pode observar na figura que se segue. Ou seja, em Lisboa, Bairro Alto, refere-se apenas a uma região da cidade, seguindo-se a descrição 'freguesia de ...', determinando em que parte exatamente dessa área maior.

9. MONLAU, Pedro Felipe. *Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*. Buenos Aires: el Ateneo, 1941. Citado em: SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaios de abordagem política. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 57, p. 153, 1989.

A cidade de Lisboa encontra-se dividida em 4 bairros e 54 freguesias, conforme tabela que se segue. Cada freguesia ou paróquia, é devotada a um santo ou santa da igreja católica, divisão e limites que persistem ainda hoje. Assim, o 1º bairro, correspondente à parte central e de tecido mais antigo, contém o maior numero de freguesias, porém é inversamente o menos populoso, devido à exigüidade de sua área.

Figura 21 - Bairros e freguesias atuais de Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bairros_de_Lisboa>. Acesso em: set. 2010.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRROS	FREGUESIAS	Nº HABITANTES	ÁREA (km ²)
1º Bairro	1. Anjos	9.738	0,48
	2. Coração de Jesus	4.319	0,54
	3. Encarnação	3.182	0,15
	4. Graça	6.960	0,34
	5. Madalena	380	0,11
	6. Mártires	341	0,10
	7. Mercês	5.093	0,30
	8. Pena	6.068	0,49
	9. Sacramento	880	0,08
	10. Santa Catarina	4.081	0,21
	11. Santa Engracia	5.860	0,57
	12. Santa Justa	700	0,24
	13. Santiago	857	0,06
	14. Santo Estevão	2.047	0,18
	15. São Cristovão e São Lourenço	1.612	0,08
	16. São Mamede	6.004	0,60
	17. São Miguel	1.777	0,06
	18. São Nicolau	1.175	0,25
	19. São Paulo	3.521	0,41
	20. Sé	1.160	0,12
	21. São Vicente de Fora	4.267	0,31
	22. Socorro	2.676	0,11
	23. São José	3.279	0,34
	24. Castelo	587	0,05
TOTAL 1º Bairro		76.564	6,18
2º Bairro	1. Ajuda	17.961	3,15
	2. Alcantara	14.443	4,39
	3. Lapa	8.671	0,72
	4. Prazeres	8.492	1,48
	5. Santa Isabel	7.270	0,62
	6. Santa Maria de Belém	9.752	3,39
	7. Santa Condestável	17.553	1,01
	8. Santos-o-velho	4.013	0,51
	9. São Francisco Xavier	8.100	2,10
TOTAL 2º Bairro		96.255	17,37
3º Bairro	1. Alvalade	9.620	0,58
	2. Almeixoeira	9.644	1,62
	3. Benfica	38.523	7,94
	4. Campo Grande	11.148	2,44
	5. Campolide	15.928	2,79
	6. Carnide	21.097	4,02
	7. Charneca	10.509	1,70
	8. Lumiar	35.585	6,28
	9. Nossa Senhora de Fátima	27.111	1,87
	10. São Domingos de Benfica	33.678	4,30
	11. São João de Brito	13.449	2,28
	12. São Sebastião da Pedreira	5.871	1,05
TOTAL 3º Bairro		232.163	36,87
4º Bairro	1. Alto do Pina	10.253	0,82
	2. Beato	14.241	1,41
	3. Marvila	38.766	6,29
	4. Penha de França	13.722	0,66
	5. Santa Maria dos Olivais	46.410	10,66
	6. São João de Deus	10.782	0,90
	7. São Jorge de Arroios	17.403	1,13
	8. São João	17.073	1,56
	9. Oriente	10.000	3,30
TOTAL 4º Bairro		178.650	26,73
TOTAL GERAL		583.632	87,15

Tabela 04 – Bairros e Freguesias de Lisboa atual. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Bairros_de_Lisboa>. Acesso em: set. 2010.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

O município do Recife hoje está dividido em seis áreas maiores – as Regiões Político-Administrativas (RPA's) e estas em bairros, num total de 94. Nesta pesquisa, trabalhamos com alguns bairros do centro, localizados na RPA 1, e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte, situados na RPA 3, como se pode observar nas figuras a seguir.

Bairros que outrora constituíam freguesias, com limites mais extensos que a maioria deles.

Figura 22 - Regiões Político-Administrativas do Município do Recife e bairros componentes. Fonte: RECIFE, Prefeitura da Cidade do. O Recife em números. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 1998 (folheto).

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 23 - Bairros atuais do Recife, Pernambuco, Brasil, esboço ilustrativo. Fonte: RECIFE, 2000, v. 10, p. 79.

CAPÍTULO 1

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (RPA)	BAIRROS	POPULAÇÃO (no. habitantes) ANO 2000	ÁREA (km ²)
RPA 1	1. Recife	925	2,76
	2. Santo Amaro	29.140	3,93
	3. Boa Vista	14.033	1,73
	4. Cabanga	1.536	0,82
	5. Ilha do Leite	959	0,28
	6. Paissandu	531	0,35
	7. Santo Antônio	539	0,83
	8. São José	8.653	3,33
	9. Soledade	2.201	0,34
	10. Coelhas	6.826	0,45
	11. Ilha Joana Bezerra	12.755	0,89
RPA 2	12. Arruda	13.434	1,01
	13. Campina do Barreto	8.335	0,52
	14. Campo Grande	31.241	2,25
	15. Encruzilhada	9.348	1,03
	16. Hipódromo	2.627	0,31
	17. Peixinhos	4.213	0,33
	18. Ponto de Parada	1.673	0,20
	19. Rosarinho	2.606	0,26
	20. Torreão	900	0,16
	21. Água Fria	44.020	1,91
	22. Alto Santa Terezinha	7.826	0,32
	23. Bomba do Hemelério	8.643	0,44
	24. Cajueiro	6.746	0,60
	25. Fundação	6.927	0,62
	26. Porto da Madeira	7.643	0,50
	27. Beberibe	8.629	0,50
	28. Dois Unidos	27.228	3,13
	29. Linha do Tiro	13.947	0,84
RPA 3	30. Afritos	4.382	0,30
	31. Alto do Mandu	5.089	0,24
	32. Alto José Bonifácio	12.377	0,57
	33. Alto José do Pinho	12.433	0,41
	34. Apipucas	3.467	1,33
	35. Brejo da Guabiraba	11.362	0,75
	36. Brejo do Beberibe	5.813	0,63
	37. Casa Amarela	25.543	1,86
	38. Casa Forte	4.475	0,56
	39. Córrego do Jenipapo	8.602	0,63
	40. Derby	2.175	0,47
	41. Dois Irmãos	3.046	5,83
	42. Espinheiro	8.902	0,74
	43. Graças	16.877	1,44
	44. Guabiraba	7.318	45,12
	45. Jaqueira	1.188	0,27
	46. Macaxeira	19.282	1,24
	47. Monteiro	4.739	0,53
	48. Nova Descoberta	34.676	1,83
	49. Parnamirim	5.363	0,61
	50. Passarinho	15.426	3,92
	51. Pau Ferro	336	0,73
	52. Poço da Panela	4.006	0,79
	53. Santana	2.437	0,48
	54. Sítio dos Pintos	5.660	1,81
	55. Tamarineira	11.662	1,05
	56. Mangabeira	7.321	0,29
	57. Morro da Conceição	10.142	0,37
	58. Vasco da Gama	29.426	1,59
RPA 4	59. Cordeiro	37.538	3,43
	60. Ilha do Retiro	3.252	0,54
	61. Iputinga	46.944	4,31
	62. Madalena	19.786	1,84
	63. Prado	10.953	1,26
	64. Torre	16.931	1,20
	65. Zumbi	5.759	0,41
	66. Engenho do Meio	10.560	0,87
	67. Torrões	29.510	1,65
	68. Caxangá	6.667	2,44
	69. Cidade Universitária	603	1,60
	70. Várzea	64.512	22,08
RPA 5	71. Afogados	36.146	3,73
	72. Areias	31.120	2,39
	73. Barro	31.111	4,56
	74. Bongi	8.211	0,59
	75. Caçote	7.672	0,44
	76. Coqueiral	11.092	0,51
	77. Curado	13.481	8,12
	78. Estância	8.934	0,79
	79. Jardim São Paulo	29.614	2,58
	80. Jiquiá	7.802	1,70
	81. Mangueira	8.734	0,32
	82. Mustardinha	11.693	0,61
	83. San Martin	22.959	2,02
	84. Sancho	9.163	0,62
	85. Tejipiá	8.486	0,96
	86. Totó	2.265	0,14
RPA 6	87. Boa Viagem	100.388	7,55
	88. Brasília Teimosa	19.155	0,63
	89. Imbiribeira	46.471	6,67
	90. Ipsep	25.714	1,78
	91. Pina	27.422	6,20
	92. Ibura	43.681	10,21
	93. Jordão	21.833	1,56
	94. Cohab	69.134	4,19
TOTAL	94 bairros	1.422.905 hab	217,49 km ²

Tabela 05 - Regiões Político-Administrativas (RPA's) e bairros atuais do Recife. Fonte: ATLAS Metropolitano:Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife. Recife: Prefeitura Municipal; Agência Condepe/Fidem; PNUD, 2010.

CAPÍTULO 2

“Recife romântico dos crepúsculos das pontes.

Des longos crepúsculos que assistiram a passagem dos fidalgos holandeses.

Que assistem agora ao mar, inerte das ruas tumultuosas.

Que assistirão mais tarde à passagem de aviões para as costas do Pacífico.

Recife romântico dos crepúsculos das pontes.

E da beleza católica do rio”.

Joaquim Cardozo – Tarde no Recife. In: Todos cantam sua terra: O Recife e Olinda vistos pela ótica dos seus poetas.
Revista Continente Turismo, Editora Cepe, Edição Especial, dez. 2001, p. 37.

Capítulo 2 - O que define um bairro?

2.1. Uma nomenclatura?

Damos nomes às pessoas, aos objetos, aos sentimentos e aos lugares. Os nomes dizem muito de nós mesmos, e de como os outros nos vêem, ou somos vistos. Assim como nos dizem muito os nomes dos lugares.

Os lugares são, como bem sintetizou Santos, 'antes de tudo, uma porção da face da Terra identificada por um nome'. Os nomes dos lugares são seu símbolo maior, e através deles – na forma de gentílicos, se manifestam as relações de pertinência, identidade e afetividade, vínculos que acompanham os indivíduos durante toda a vida. Outros símbolos – bandeira, indumentária, culinária, música – podem concorrer na representação de lugares ou territórios, mas o nome tem se revelado como de maior permanência.

Os nomes dos lugares e dos elementos da paisagem guardam relação direta com a história e com a lingüística, sendo, portanto, uma importante categoria de análise no campo da geografia cultural. O foco deste trabalho, no entanto, não exige que se avance por considerações mais aprofundadas no campo da toponímia; não se pode, de todo modo, perder de vista o quanto são fundamentais, na percepção espacial e na identidade territorial, os topônimos e seus gentílicos.

Quanto aos bairros, principalmente aqueles das grandes cidades, apresentam uma dinâmica toponímica diretamente relacionada ao crescimento e adensamento urbano. Em São Paulo, muitos lugares mantiveram os nomes do período colonial ou pré-português, coincidindo com bairros atuais. Em sua maioria, esses lugares mais antigos acabaram contemplados pelas divisões oficiais das paróquias e seus sucessores, os distritos e subdistritos. E o grande crescimento da cidade no período 1940-1970, materializado na expansão da sua estrutura viária através dos loteamentos, significou o reforço de alguns nomes já existentes desde o século anterior e a introdução de maciça quantidade de nomes novos.

Assim, São Paulo hoje se compõe de um mosaico multiforme de bairros, alguns de grande notoriedade, outros usados apenas por determinado segmento da população, alguns mais extensos, outros ocupando áreas restritas, alguns eleitos pelo mercado imobiliário, outros menos valorizados. Em meio a essa trama, no entanto, permanecem muitas interfaces toponímicas, ou seja, áreas em que se superpõem dois ou mais nomes.

Etimologicamente, aceitam-se duas origens possíveis para a palavra bairro: árabe ou latim. Os significados mais antigos remetem a 'exterior, subúrbio', ou a 'travessa, divisória', e, posteriormente, a 'o que está do lado de fora, arrabalde, zona marginal da cidade, povoado junto à cidade'. Em documento do século XVII aparece a palavra bayrro, significando 'parte de uma cidade' (Houaiss; Villar, 2001).

Para a etimologia pesquisada, o bairro, originariamente fora da cidade, veio fazer parte dela. Ou, interpretando-se de outra forma, a cidade teria se expandido de forma a abarcar o bairro. Entidade geográfica, urbanística, sociológica, antropológica, o bairro é tomado aqui na perspectiva de sua transformação, de sua inserção na estrutura político-administrativa do município [...] (1978 apud CAZOLLATO, 2005, p. 95-96, 101-102, 114-115).

Assim como os nomes dos lugares têm seu significado, os nomes que os classificam também têm os seus: arrabaldes, arredores, subúrbios. A cidade do Recife até meados do século XIX (até a chegada da ferrovia e a modernização dos meios de transporte) se concentrava nos bairros centrais e adjacências (Recife, Santo Antônio, São José, Boa Vista e parte de Santo Amaro, Coelhos, Ilha do Leite, principalmente). Os povoados que estivessem fora dessa malha concentrada eram tidos como arrabaldes, arredores, subúrbios². Porém com sua significância, não eram a periferia da cidade. Eram subúrbios que disputavam e disputam, ainda, o metro quadrado mais caro da cidade, palcos de fatos históricos relevantes, bagagens culturais, um estilo de vida diferenciado, embora sejam circundados por morros que com os alagados, margens de rios e açudes, concentram até hoje a baixa renda da cidade.

1. SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

2. Subúrbios que no Recife nunca foram sinônimo de ausência, de pobreza, de feiúra. Principalmente depois de conectados ao centro pelos meios de transporte, a exclusividade se impõe. E o consumo dessa paisagem recatada também faz parte de sua identidade, de seu 'status quo'.

Gilberto Freyre, tomando partido da própria etimologia, intitula um de seus livros e faz de linha mestra de seu texto a pergunta ‘o que há num nome?’³, o que há por trás de um nome, ou o que expressa tanto esse nome.

Investigando o bairro de Apipucos, onde morava e escrevia suas obras⁴, o autor discorre sobre o bairro, e lhe resume:

falta-lhe, com efeito, grandiosidade. Falta-lhe teatralidade. Faltam-lhe picos Itatiaias. Corcovados, Pães de Açúcar. Seu encanto está, ao contrário, numa quase antigrandiosidade. É um encanto – e nisto Apipucos é bem recifense – que se exprime sem eloquência em alguma coisa de íntimo e de discreto que, sendo muito seu, é, ao mesmo tempo, universal em suas sugestões mais líricas. (...) É um povoado, o dos Apipucos – ou de Apipucos – que guarda a fisionomia dos velhos povoados do interior do Brasil. Capela. Palmeiras. Casas agarradas umas às outras... (FREYRE, 1983, p. 68-69, 77).

O sentido da palavra ‘bairro’ como povoado que tem origem fora da cidade, isto é, separado da malha urbana da urbe de então, porém fazendo parte dela, estando ainda dentro de seus limites de jurisdição; vai ao encontro do sentido de bairro dos que se encontram na várzea do Capibaribe, nesse caso os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte, tidos como ‘arrabaldes’, ‘arredores’, ‘subúrbios’ do Recife.

A origem dos nomes dos bairros recifenses, principalmente dos bairros históricos, diz muito de suas personalidades, ou das personalidades de quem os habitam.

A origem dos nomes dos bairros de Apipucos e de Parnamirim vêm do tupi. Apipucos vem de apé-puc, que significava ‘encruzilhada de caminhos’, embora alguns prefiram traduzir o termo como ‘caminho que se bifurca’. É justamente nessa antiga bifurcação ou encruzilhada, que está situada a praça principal do bairro. Esses caminhos, tinham o seguinte itinerário: um descia para o Rio Capibaribe e o outro vinha da mata de Dois Irmãos (CAVALCANTI, 2005, p. 202).

Também foi nome de engenho, um dos mais comentados da várzea do Capibaribe. Arrabalde em que residiram ilustres personalidades pernambucanas, como Gilberto Freyre, Burle Marx, Delmiro Gouveia, um dos precursores industriais da região, cuja esposa Annunciada, deu nome a uma das vilas do povoado. A Vila Annunciada, uma fileira de casas alinhadas, compõe hoje um dos lados do largo de Apipucos.

O bairro de Parnamirim tem seu nome originado de dois termos tupis que, juntos, significam ‘riacho’, ou seja, rio pequeno, paraná mirim.

Por volta de 1630/35, era pelo Riacho Parnamirim que se tinha acesso ao Arraial do Bom Jesus, por onde muitas vezes as lanchas holandesas, foram rechaçadas e obrigadas a voltarem ao seu reduto, no istmo portuário, até que, em 1635, ajudados por Calabar, os batavos conseguiram, por fim, conquistar a principal Fortaleza de Matias de Albuquerque. No atual bairro de Parnamirim, que já abrigou suntuosas mansões, encontram-se luxuosos edifícios e algumas pequenas praças com a ‘Professor Fleming’ homônimo do descobridor da penicilina Alexander Fleming, e alguns centros comerciais (CAVALCANTI, 2005, p. 126).

O nome do bairro de Santana é proveniente da antiga igreja de Santa Ana. Hoje é justamente na Rua Santana que está situada a União Brasileira de Escritores, sede Pernambuco. Localidade também conhecida como ‘Paço do Fidalgo’, porque ali possuía um paço (armazém de açúcar), um fidalgo português (CAVALCANTI, 2005, p. 125).

O bairro do Monteiro tem seu nome vindo do sobrenome do último proprietário do engenho de mesmo nome, Francisco Monteiro Bezerra. Localidade onde os veraneios no Capibaribe foram famosos. E muito aristocráticos. Assim como outros arrabaldes ribeirinhos, viveu seu apogeu no século XIX. A povoação do Monteiro, naquele ano de 1862, mostrava o aspecto brilhante de um arrabalde em plena efervescência de festa. As famílias mais gradas da cidade para ali haviam mudado a sua residência temporária e enchiam aquelas paragens com o ruído de suas alegrias, as alegrias dos seus divertimentos cordiais e repetidos (CAVALCANTI, 2005, p. 160). Bairro que abriga ainda o antigo Museu do Açúcar, hoje Museu do Homem do Nordeste, em um de seus casarões, na avenida 17 de agosto, principal artéria viária de todo o Conjunto Urbano.

3. FREYRE, Gilberto. **Apipucos: que há num nome?** Recife: Massangana, 1983.

4. O Solar de Apipucos, como chamava, sedia hoje a Fundação Gilberto Freyre, aberta a visitação pública, onde permanece todo seu acervo.

O bairro de Casa Forte tem origem também ligada ao engenho de mesmo nome, reforçado pelo fato de ter sido a casa grande do engenho uma autêntica ‘casa forte’ para os holandeses, quando perderam a batalha no Monte das Tabocas em 1645. A herdeira da propriedade que fora casada com capitães do exército inimigo, foi personalidade protagonista de muitas histórias e boatos.

O ponto mais importante do bairro de Casa Forte é a Praça da Vitória Régia, localizada justamente no antigo largo descampado, onde ocorriam as festas de Natal e Ano Novo. A praça, popularmente conhecida como Praça de Casa Forte é hoje circundada por belas mansões, no meio, um lago onde se vislumbram algumas espécies de plantas aquáticas. O jardim foi projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx (CAVALCANTI, 2005, p. 154).

E o nome do Poço da Panela vem da principal atividade que se vai desenvolver nestas terras. Em meados do século XVIII, época dos banhos terapêuticos no rio Capibaribe, um rico comerciante cuja esposa padecia de uma enfermidade grave, e fizera a promessa de doar parte de sua propriedade para a construção de uma capela em agradecimento pela cura. E assim foi feito. Conseguindo a cura, em 1770, foi erguida a Igreja de Nossa Senhora da Saúde. Ao lado desta,

à margem esquerda, na curva da mesma estrada, cujos terrenos formam um suave declive que vai ter ao rio, descobriu-se uma abundante vertente. Fez-se, então ali, uma escavação, para se formar um poço regular e no fundo do qual colocou-se uma grande panela de barro e daí chamá-lo o vulgo Poço da Panela, que se tornou extensivo à localidade destarte ainda mantido (CAVALCANTI, 2005, p. 158. Assunto já tratado na dissertação de mestrado da autora).

Os bairros do centro têm origem no plano urbanístico holandês, datado de meados do século XVII, os quais, mesmo depois da retomada pelos portugueses e pelos da terra, vão manter seus traços (embora não sua volumetria...). Anos depois serão fortes freguesias do Recife.

O bairro do Recife ou Recife antigo tem origem na aldeia de mesmo nome a partir da qual se originou a cidade.

O Recife surgiu das águas, a lingüeta, protegida pela amurada, verdadeira couraça protetora, fez do local posição privilegiada para tão necessário cais, ponto de contato com a metrópole, de onde tudo de necessário vinha e para onde tudo de produzido ia. Sabido é que a vida da nossa Capital sempre girou em função do comércio. E foi sob este signo que o Bairro do Recife teve o seu nascimento. Os embarques de pau-brasil e dos açúcares determinaram suas primeiras construções. Inicialmente, foram as feitorias ou os ‘passos’, em seguida, os fortes, garantindo-lhe a defesa, depois vieram, então, as casas comerciais.

Paralelamente a tudo isso formava-se o ‘povo’, que ia carregar os barcos, ir e voltar do mar, fiscalizar ou cobrar o dízimo, matar e morrer nas suas fortalezas ou, contritamente, rezar na ermida sob invocação do Padroeiro Santelmo. Por isso mesmo, o atual bairro do Recife, inicialmente chamado de ‘Arrecife dos Navios’ foi, por muito tempo, denominado de ‘o povo’. Foi num perímetro de, aproximadamente, mil metros quadrados que os holandeses se amontoaram.

Dizem que as construções da primitiva ‘ribeira do mar’ dos arrecifes dos navios, com suas praias, admitidas como da segunda metade do século XVI, não seguiam plano algum, eram feitas ao ‘Deus dará’ ou, conforme a conveniência dos que ali se fixaram. Somente depois de 1630 foram elas disciplinadas, contando o povoado, após aquela data, de acordo com a planificação dos invasores e principais impulsionadores do seu desenvolvimento, umas 15 ruas, uma praça e vários becos. As ruas eram estreitas salvo a do ‘Bode’ (Rua dos Judeus) que era longa e larga.

Depois, com os aterros, primeiramente em direção ao sul, em seguida para o norte, em busca da Igreja do Pilar ⁵; cresceu o bairro para 750.000 metros quadrados. Em janeiro de 1654, quando os holandeses foram embora, o bairro do Recife contava com 300 prédios incluindo-se, entre eles, a Igreja do Corpo Santo, a Cadeia, a Casa de Câmara e alguns armazéns.

Em 1709, o Recife receberia, da coroa lusitana, os foros de vila, construindo-se então, nesse bairro, o Pelourinho, derrubado posteriormente (Guerra dos Mascates). Em 1924, o bairro do Recife era bem diferente daquele que viu sair dos holandeses (1654), da edificação do Pelourinho (1709), da visita de Dom Pedro II (1859) e do tempo dos Arcos da Conceição e de Santo Antônio, demolidos, respectivamente, em 1913 e 1917, se modernizara, junto com seu porto. [...]

5. Construída sobre os escombros do antigo Forte de São Jorge, ou Forte Velho, como ficou sendo chamado até sua demolição, a Capela do Pilar foi entregue às práticas religiosas em 1683 (CAVALCANTI, 2005, p. 40).

CAPÍTULO 2

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

O Recife, há muito tempo deixou de ser uma bucólica cidadezinha, no entanto teve sua origem ao redor da antiga 'Ermida de Santelmo', que depois virou matriz (do Corpo Santo), onde se formou, posteriormente, o 'largo do Corpo Santo', próximo ao local onde atualmente existe a Praça Rio Branco, também conhecida como 'Marco Zero'. O local é testemunha de grandes noitadas boêmias, pois nele iniciam as Avenidas Marquês de Olinda, Rio Branco e Barbosa Lima. É o verso do triângulo, ou seja, o leque que se abre para os corredores viários, por onde escoavam os principais produtos que chegavam ao Porto do Recife ... (CAVALCANTI, 2005, p. 11, 12, 15, 43).

Bairro nascido aldeia que, organizado em torno da ermida de Santelmo, vai de alargando e se expandindo por meio de sucessivos aterros em ambas as margens de sua lingueta, depois se soltando do istmo, hoje configurando uma ilha. Contando atualmente com duas igrejas (as ruínas da Igreja do Pilar e a Igreja da Madre de Deus, para onde foram levadas as imagens de Santelmo, e as que existiam nos arcos da Conceição e de Santo Antônio), e três praças (a praça Rio Branco ou do Marco Zero, a praça Artur Oscar ou do Arsenal da Marinha e a praça Tiradentes), além do entorno do Forte do Brum ao norte, da Cruz do Patrão, e margens que contornam a ilha, contando alguns trechos com passeios, outros não. Á sua frente, o molhe dos arrecifes com algumas esculturas, e o bar do Dique, no local da antiga e mal falada Casa de Banhos. Ao lado da Igreja da Madre de Deus, o edifício da Alfândega, hoje reformado, dando lugar a um shopping diferenciado, voltado ao alto poder aquisitivo, com restaurantes bares e boates com mirantes, livraria, espaço para exposições temporárias.

O bairro de Santo Antônio cuja história remontada à velha Maurícia dos holandeses, tendo na praça da Independência (Pacinha do Diário), antiga praça do mercado, seu ponto forte. Praça pontuada pela matriz de Santo Antônio (1753), situada em um dos seus lados.

Assim como à rua do Imperador está situada a Igreja do Convento de Santo Antônio, que o povo se acostumou a chamar de São Francisco, em cujo nicho abriga a imagem de Santo Antônio, o casamenteiro, padroeiro do Recife, tão querido do povo (CAVALCANTI, 2005, p. 46). Que por sua vez está ao lado da capela dourada, pertencente à venerável Ordem Terceira de São Francisco [...].

O bairro de Santo Antônio abriga ainda hoje outras igrejas e instituições, como o Gabinete Português de Leitura, o Arquivo Público Estadual, a sede do Jornal do Commercio, do Diário de Pernambuco, o Palácio do Governo, o Palácio da Justiça e o Teatro de Santa Isabel na Praça da República, a Igreja do Espírito Santo na Praça Dezesete (local do antigo colégio dos Jesuítas), a Igreja do Rosário, da Conceição dos Militares, a Igreja e convento de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja e pátio do Livramento, além das pontes, de um lado ligando-o ao bairro da Boa Vista, de outro ao bairro do Recife.

O bairro de São José tem origem na freguesia de mesmo nome, desmembrada da de Santo Antônio, tendo num de seus limites justamente o Largo do Mercado ou da Penha, hoje Mercado de São José, ao lado da Basílica de Nossa Senhora da Penha e Praça Dom Vital.

O que hoje corresponde ao Bairro de São José, inicialmente, era propriedade do colono André de Albuquerque. Posteriormente, essa área pertenceu ao dono do Engenho Cordeiro, Sr. Ambrósio Machado. Nela, em 1630, os holandeses construíram o 'Forte Frederich Hendrich' conhecido por nós como 'Forte das Cinco Pontas', com o objetivo de preservar para si as águas das cacimbas ali existentes, chamadas popularmente de 'Cacimbas do Ambrósio'. Outro proprietário dessa localidade foi o Sr. Taborda, quando a localidade passou a ser chamada de 'Campina do Taborda'.

Depois de vários aterros e outros melhoramentos o local começou a receber um número maior de moradores, principalmente a partir de 1875, quando foi inaugurado o majestoso Mercado de São José, na antiga Ribeira do Peixe (CAVALCANTI, 2005, p. 61).

Possui duas igrejas com invocação a São José: a Igreja de São José, cujo padroeiro deu nome ao bairro, edificada em 1864, e a outra, a de São José do Ribamar, construída pelos artistas e artífices da cidade, no local então chamado '**Bairro Baixo**', ou '**Fora de Portas**', por se situar já bem próximo do final do arruado, perto do Forte de Frederico Henrique (Cinco Pontas).

Estão presentes em tal bairro ainda a Igreja e pátio de São Pedro dos Clérigos, a Igreja e pátio de N. S. do Terço, a Igreja de Santa Rita de Cássia, o Museu da Cidade do Recife no Forte das Cinco Pontas, a Casa da Cultura (antiga Casa de Detenção), a Estação Central do Metrô, o Terminal Rodoviário, entre outros.

O bairro da Boa Vista tem a origem de seu nome por muitos traduzida da 'bela vista' que se tinha das janelas do Palácio da Boa Vista de Nassau, para o interior do continente:

O panorama visto das janelas do segundo Palácio de Nassau, no Recife, era, dizem os contemporâneos, maravilhoso, ao se vislumbrar as terras continentais de Pernambuco, proporcionando uma bela visão, ou seja, uma 'Boa Vista'.

Foi essa área, a quarta localidade do atual Recife a ter iniciada o seu povoamento, principalmente depois do aterro, quando se chamou 'Caminho Novo' e que recebeu, posteriormente, três importantes logradouros: Rua do Aterro, atual da Imperatriz, Rua da Aurora, que é assim chamada por só dispor de casas voltadas para o nascente, recebendo os primeiros raios do sol, e Rua Formosa, depois do alargamento, chamada de Conde da Boa Vista, em homenagem ao grande pernambucano nascido no Cabo em 1802, um dos principais Governantes de nossa Província, Francisco do Rego Barros, o 'Chico Macho'.

Segundo Flavio Guerra, 'nos idos de 1837 as ruas eram intransitáveis nos dias de chuva, precisando os moradores usar pernas de pau para atravessá-las, o Beco do Tambiá, partindo da hoje conhecida Praça Maciel Pinheiro, era um aglomerado de casas infectas, servindo aí de baixo meretrício. Depois é que alargaram, transformando-se na, hoje, importante Avenida Manoel Borba.

Esse bairro da Boa Vista, embora oferecendo as faladas boas casas de residências, ainda era quase um conjunto de arruados não indo além do Pátio de Santa Cruz, havendo apenas no segmento desse, um caminho que ia ter até a chamada Trempe, onde se unia com o descampado que iria ser o beco do cotovelo, dando motivo a denominação tão familiar, na boca de nossos avós. Essa Trempe correspondia a zona em que atualmente se situa o encontro da antiga Rua do Sebo (Barão de São Borja), com a atual Visconde de Goiana. Um outro caminho dava início a futura Rua Gervásio Pires, seguindo pela, hoje, Corredor do Bispo, até atingir o Palácio Episcopal, em construção. No mais, outros logradouros, surgindo sem edificações de monta, terrenos baldios, imensos sítios, e, para adiante, o mato.

Em 1837, através da mesma fonte, temos conhecimento de que a Boa Vista, embora algum varejo já começasse a aparecer pelo velho aterro, caracterizava-se mais como bairro residencial, de famílias abastadas, em face das estradas que se foram rasgando para os Manguinhos, Aflitos, Caxangá e Casa Forte. Na zona de São José era localizado o núcleo residencial da classe média (CAVALCANTI, 2005, p. 75-76).

A matriz da Boa Vista é inaugurada por volta de 1844, 60 anos após iniciada sua construção, reforçando o bairro de mesmo nome. A Praça Maciel Pinheiro e entorno imediato se define a esta época também.

Parte da área que corresponde hoje à Praça Maciel Pinheiro, já foi a primitiva Praça N. S. da Conceição da Boa Vista, em outra época também chamada de Largo do Moscoso ou Largo do Aterro.

Até 1869 era conhecida como Praça da Boa Vista porém, devido aos acontecimentos da Guerra do Paraguai, recebeu o nome do Comandante das tropas brasileiras, que substituiu o Duque de Caxias, esposo da Princesa Isabel, o Conde D'Eu. No entanto, com a Proclamação da República, vinte anos depois, a Praça abandonava o Império, mas não deixava de homenagear um dos heróis brasileiros daquele conflito internacional, Maciel Pinheiro.

O primeiro ornamento desta praça foi um belo chafariz, mandado construir pela Companhia do Beberibe, em setembro de 1846, no centro da praça da Boa Vista, demolido quando se procedeu o ajardinamento da nova praça.

A atual fonte, construída no antigo local do chafariz, dispõe, na sua parte inferior, de quatro leões que têm, sobre as cabeças, as bordas da primeira bacia circular, em cima dessa, quatro belas ninfetas seminuas, em posições simétricas, em baixo da segunda bacia de proporções maiores, depois, mais acima, ao prolongamento da coluna central, se localiza a última e menor entre as três bacias, sob três máscaras de cujos poços jorrava água que enche, simultaneamente, as bacias e o tanque da parte inferior.

É nas proximidades dessa Praça, mais precisamente, em frente a Matriz da Boa Vista que inicia a Rua do Hospício, assim chamada por nela ter sido instalado o Hospício dos Esmoleres (CAVALCANTI, 2005, p. 77).

Praça complementada pela presença da estátua da escritora Clarice Lispector ⁶, moradora do bairro e já frequentadora de tal logradouro para seus 'insights'. A migração judaica no bairro da Boa Vista nas primeiras décadas do século XX será tema tratado no capítulo 3 a seguir.

Dez bairros cujos nomes representam muito da história da cidade, fazendo parte da emblemática relação planície-vale (centro-subúrbio), que até hoje subsiste, tendo no arcabouço físico-geográfico a origem destas terras e suas primeiras ocupações.

2.2. Um limite físico-espacial?

Como recorte físico-espacial, o bairro é delimitado. Uma área que é circunscrita por lei. Embora se definam limites que nem sempre são reconhecidos pela população. Muitas vezes as noções de centralidade o definem muito mais fortemente que seus limites. Um edifício, um parque, uma igreja e seu largo, uma área aberta ao rio, uma encosta, o adensamento de vegetação, são, por vezes, elementos mais definidores. Vários bairros agrupados definem uma área maior, que pode ser chamada de comuna, distrito, *arrondissement*, região político-administrativa. Mas o módulo básico segue sendo o bairro. Espaço que, a priori, pode e deve ser percorrido a pé, reconhecidos os seus vizinhos, seu comércio local.

Cazollato sugere alguns critérios para a delimitação de um bairro:

Sendo instância local, e como tal o espaço das relações cotidianas, convém que o bairro se estenda por uma área que possa ser percorrida a pé sem grandes dificuldades. Para a função limítrofe, deve-se eleger elementos da paisagem que sejam de fácil percepção. Esses elementos – via, curso d'água, linha de transmissão, grande equipamento, ferrovia, linha de relevo acentuado, etc. – devem ser rapidamente identificados, tanto no local como nas representações cartográficas ou imagens aéreas.

O critério de visibilidade define também uma hierarquia dos elementos que se prestam à delimitação dos bairros: um grande rio é mais visível do que uma rua, que pode ser mais facilmente identificada do que córrego, que pode ser mais perceptível do que uma via; esta, por sua vez, será menos perceptível do que uma linha de transmissão, que tem menos visibilidade do que uma via arterial, etc. Em áreas de menor densidade de ocupação, no entanto, pode ser necessário recorrer a limites de loteamento, mesmo que não coincidam com vias. De todo modo, adota-se como regra geral posicionar os limites sobre elementos da maior perenidade possível; nesse sentido, as vias públicas, os rios, prevalecem sobre linhas de transmissão de pequeno porte. Os limites entre lotes, embora muitas vezes bastante visíveis nas imagens aéreas, nem sempre são facilmente identificados no local.

Em terceiro lugar, devem ser priorizados os elementos de maior continuidade, ou seja, o menor número possível de elementos deve compor o contorno divisório de cada bairro, de forma que se facilite a memorização dos limites. Deve-se buscar, portanto, a máxima linearidade dos perímetros, ou seja, evitar linhas divisórias quebradas, como um ziguezague (CAZOLLATO, 2005, p. 127, 132).

E associa ainda o bairro a uma área e uma população adequadas a esse recorte, as quais, segundo o autor, o bairro deveria ser em torno de 1km² de área e uma população entre 4.000 e 16.000 habitantes, sendo uma média de 8.000 habitantes o ideal (CAZOLLATO, 2005, p. 144).

Nas cidades antigas, seus limites eram mais claramente definidos. Uma muralha, uma paliçada, portas, um cinturão de rios ou de matas que os rodeavam. Era mais claro o sentimento de pertencer ou não pertencer. Hoje, os limites não são mais tão visíveis. Nem comumente reconhecidos e aceitos por todos.

6. Uma das estátuas que compõem o Circuito da Poesia, um Projeto da Prefeitura do Recife, iniciado em 2005 e concluído em 2007, que tinha por objetivo homenagear expoentes da cultura pernambucana e aproximar a história deles do público recifense. É constituído por estátuas em tamanho natural de personagens ilustres pernambucanos, inseridas nos locais e posições que costumavam frequentar, nos bairros centrais. O Circuito é constituído pelas estátuas de: Antônio Maria (Rua do Bom Jesus), Joaquim Cardozo (Ponte Maurício de Nassau), Capiba (Rua do Sol), Carlos Pena Filho (Praça da Independência), João Cabral de Melo Neto (Rua da Aurora), Manoel Bandeira (rua da Aurora), Clarice Lispector (Praça Maciel Pinheiro), Mauro Mota (Praça do Sebo), Chico Science (Rua da Moeda), Solano Trindade (Pátio de São Pedro), Ascenso Ferreira (Cais da Alfândega), Luiz Gonzaga (Estação Central do Metrô). Que ainda hoje permanecem em seus devidos locais, como que dialogando com o público que os frequenta. A planta do circuito completo pode ser conferida pelo site descrito a seguir.

Todas as esculturas possuem um ponto de interação. A exemplo da peça de Antônio Maria, onde ele se apresenta ao pé de uma mesa de bar com um banco vazio ao seu lado, aguardando a visita de alguém (RECIFE, Prefeitura do. **Circuito da Poesia**. Disponível em: < http://www.recife.pe.gov.br/2009/09/18/circuito_da_poesia_168591.php>. Acesso em: jan. 2011).

Caminhamos em direção a uma contemporaneidade sem limites, sem fronteiras, de rapidez e conhecimentos simultâneos em qualquer parte, o global e o local acontecendo ao mesmo tempo, sem exclusividade. Nesse sentido, na esfera do bairro, seus limites ainda fazem sentido? Talvez sim, pois ainda é essa a escala que mais se aproxima à dos lugares urbanos, à afeição, à vizinhança a qual pertencemos, mesmo que com linhas abstratas e sobrepostas.

2.3. Seus espaços livres?

Nas cidades de outrora, se tinha muito bem definidos os cheios e os vazios. Os lotes eram construídos quase em sua totalidade, os espaços que sobravam eram destinados às vias. Os que não fossem vias, geralmente eram largos de igrejas ou praças ou beira de cais, margens de rios ou mar. Os bairros históricos tinham nas áreas contíguas às igrejas seus espaços livres predominantes. Quer fossem largos, adros ou pátios⁷. Por vezes, praças, mas essas ainda pouco definidas em termos de limites (via, passeio, espaço livre) e pouco vegetadas. Coisa que só vai acontecer da segunda metade do século XIX em diante. No Recife, dada a situação geográfica, largos e adros por vezes se abriam para o rio, ou igreja e rio ao mesmo tempo, sugerindo 'janelas', marcando o traçado e definindo identidades.

Igrejas e largos que muitas vezes não estavam situados obrigatoriamente no centro geométrico-espacial do território demarcado, nem por isso deixavam de ser seu símbolo de reconhecimento.

Os limites de uma praça não são importantes só porque conferem uma sensação de plenitude e repouso a mesma, mas também por seu significado ao oferecer uma melhor estrutura e um fundo mais adequado para os edifícios públicos; e se examinamos as diferentes praças, encontraremos que em quase todos os casos os edifícios públicos não estão no centro, e sim em um lado, estão realmente unidos aos edifícios circundantes ou estão separados deles por umas aberturas tão estreitas, que olhando desde o outro lado da praça o espaço entre eles não resulta evidente⁸.

7. Espaços livres cujas nomenclaturas significavam diferentes espacialidades e entendimentos. O espaço definido pela denominação 'pátio' é diferente do espaço definido pela denominação 'adro ou largo', assim como 'praça'. O Grupo Quapá, da FAU-USP, cuja temática de estudo recai sobre os espaços livres, ensejou uma classificação desses espaços: Praça – caracterizada como um espaço público destinado à convivência de seus cidadãos, contextualizado em ambiente urbano e que se encontra livre de edificações. No Brasil, o termo praça é comumente associado à idéia de áreas livres, geralmente ajardinadas, repletas de equipamentos públicos destinados à recreação de seus usuários (...).

Pátios ou ainda Átrios – o conceito de pátio remete-se à necessidade humana de proteção frente ao espaço exterior, desconhecido e hostil. Mesmo após longa evolução que alterou aspectos funcionais, o pátio permanece centralizado na edificação, delimitado por paredes e não coberto. A forma em planta não fixa, podendo apresentar-se circular, quadrado, oval ou retangular. A única certeza é que se trata de espaço delimitado pelos muros que o cercam. Existem pátios de fábricas, de residências, de claustros, de escolas, de presídios, de conjuntos de casas.

'Na cidade, os pátios são espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo aos quais dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, de propiciadores do encontro social e eventualmente destinados a atividades lúdicas temporárias'.

Largos – 'são espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público, podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias'. (SÁ CARNEIRO, Ana Rita, 2000, p. 29 apud DEGREAS, 2010, p. 6)

Adros – são as áreas externas, cercadas ou não, de edificações religiosas que geram espaços contíguos bastante característicos. Tem caráter público e agregador social, servindo ainda hoje para a realização de procissões e festas religiosas, feiras e mercado livre ou ainda espaço de lazer da população. Fonte: DEGREAS, Helena. Algumas tipologias de espaços livres públicos. (Disponível em: <<http://helenadegreas.wordpress.com/2010/03/12/algumas-tipologias-de-espacos-livres-publicos-pracas-atrrios-largos-patios/>>. Acesso em: jan. 2011).

8. El cerramiento de una plaza no es importante tan sólo porque confiere una sensación de plenitud y reposo a la plaza misma, sino por su significación al ofrecer una mejor estructura y un fondo más adecuado para los edificios públicos; y si examinamos las diferentes plazas, encontraremos que en casi todos los casos los edificios públicos no están en el centro, sino en un lado; muy a menudo están realmente unidos a los edificios circundantes o están separados de aquéllos por unas aberturas tan estrechas, que mirando desde el otro lado de la plaza el espacio entre ellos no resulta evidente (UNWIN, 1984, p. 146, 151).

Ruas tortuosas, por vezes becos. Perspectivas que se abrem e se fecham, trazendo surpresas. Denunciam o saber fazer de outrora. Ou o que fazia sentido.

As praças eram os locais de uso comum e constituíam os pontos de atenção e de focalização urbanística. As ruas eram utilizadas em conjunto pela população, desde os primeiros anos, para algumas formas de recreação e principalmente para as procissões, que se constituíam numa das atividades urbanas mais características. As procissões ocorriam com certa frequência, havendo as oficialmente estabelecidas pela câmara, das quais participava quase toda a população, e as estabelecidas pelas organizações religiosas.

As praças acolhiam desde o início muitas das principais atividades dos núcleos urbanos. Realizavam-se nelas reuniões religiosas, cívicas e recreativas e atividades de comércio, como feiras e mercados. As povoações mais humildes, como as aldeias de índios ou paróquias, reunidas em torno de modestas igrejas isoladas, desenvolviam grande parte de suas funções nas praças, as quais, por isso mesmo, eram sempre os locais de maior importância e muitas vezes a origem das povoações. Em frente às igrejas, onde a população se reunia após os ofícios religiosos, abriam-se largos, capazes de acomodá-la e frequentemente se desenvolvia o comércio, que aproveitava as reuniões.

As praças eram quase sempre irregulares. Raramente eram calçadas. Quando isso ocorria, o calçamento era grosseiro, de pedras fincadas, abrangendo toda a largura das ruas, pois não existiam ainda os passeios, introduzidos muito mais tarde, como forma de seleção do tráfego (REIS, 2000, p. 134-136, 144-145).

Araújo⁹, ao descrever o sítio histórico da cidade de Salvador, descreve também o rito generalizado dos espaços livres centrais:

se os espaços livres no entorno de edificações religiosas cumpriam a função de atendimento a ritos religiosos, para muito além desta necessidade, traziam também o objetivo de permitir o enquadramento e a valorização do conjunto, demonstrando a força e o prestígio da entidade e dos seus dirigentes.

As configurações geradas mostram as proporções do parcelamento em vigor e a organicidade decorrente do ajuste à morfologia local, constituindo a irregularidade das ruas, os alargamentos e o estreitamento dos espaços. Assim Salvador define o seu conjunto de praças de forma especializada e hierárquica, estabelecendo-as de início para o uso administrativo e religioso, enquanto os largos, normalmente vinculados às ordens religiosas e serviços militares, constituem-se como lugar de vida urbana. (...)

As praças seiscentistas preferencialmente guardavam um dos seus lados livres para assegurar visuais de defesa e de valorização. Amplos, alargados, sem vegetação e sem pavimentação, os espaços das praças apresentavam apenas equipamentos utilitários, como fontes para abastecimento de água e o pelourinho.

Os largos mostravam-se irregulares, intencionalmente determinados, ou como resultado de confluências de ruas. Começavam a constituir-se pela estruturação dos caminhos, do parcelamento ou pela hierarquia das edificações que continham, elementos responsáveis pela sua configuração e ao mesmo tempo, pela sua alteração.

Todo este conjunto era articulado por ruas e caminhos estreitos, em estrutura linear, mas de traçado irregular, predominantemente em terra, sem preocupação de nivelamento nem passeios trazendo, entretanto, uma prevalência de sentido norte/sul.

As igrejas guardam relações entre si, por monumentalidade, proporções, diálogo entre as suas partes e elementos decorativos. Organizam-se por implantação orgânica que mistura aspectos da topografia ao parcelamento, relações métricas de fachada em escala e proporções [...].

9. ARAÚJO, Solange Souza. Tipologia dos espaços públicos de Salvador. In: Arquivo Digital de Cartografia Urbana. *Revista Urbanismo de Origem Portuguesa*, Lisboa, n. 9, dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero9/artigos/solangearaujo.htm>>. Acesso em: jan. 2011.

Em Santiago do Chile, cidade que descende de uma outra concepção espacial em relação ao centro, os espaços livres são frutos de cruzamentos de caminhos, proporcionais à malha urbana da época inicial, ensejadas por formas quadradas e retangulares, seguindo uma modulação. Alguns exemplos podem ser observados nas imagens ao lado.

Figura 24 – As praças de Santiago de Chile estudadas sob os aspectos: traçado, tamanho, bordas e organização espacial interna. Fonte: COLOM, 1983, p. 76.

TIPO 2:
Plazas conformadas por dos calles

III- Ha sido posible distinguir cinco modos diferentes de conformar el espacio a base de dos calles estructurantes. El primero es aquel que se forma en un ángulo de la intersección de dos calles, sin que éstas interrumpen la plaza. Dos lados de la

plaza dan a la calle y en los restantes la edificación se vuelca directamente a ella. En este tipo se incluyen las plazuelas Santo Domingo, Merced, Lira, Chiloé, García Reyes, Clínica Central, Juzgado de Policía Local y la plaza Jorge Montt.

IV- La plaza Santa Ana y la plazuela Mekis se forman a partir del cruce de dos calles, constituyendo un tipo por la adición de dos bolsones espaciales creados a ambos lados de una de ellas. La plaza puede entenderse también como un solo espacio interrumpido por una calle.

V- Un tercer subtipo, también en el cruce de dos calles, queda dado por la apertura angular, circular u ochavada de las cuatro esquinas. En este caso, mirado desde el espacio abierto y no desde las calles, son éstas las que interrumpen la plaza. En la comuna de Santiago, la plaza Agustinas es el ejemplo.

VI- La plaza General Gacitúa se constituye en un nuevo subtipo, conformado por dos calles paralelas entre sí, estando los otros dos costados opuestos construidos y con la edificación adosada a la plaza.

Figura 25 – Esboço ilustrativo de estudo tipológico de praças de Santiago de Chile. Fonte: COLOM, 1983, p. 66-67.

Os bairros estudados fazem parte do ‘casco’¹⁰ urbano histórico, mais impregnado de significados. Sobreposição de tempos. Com elementos mais facilmente identificáveis.

A presença maciça de praças e janelas voltadas para o rio nos bairros da várzea do Capibaribe, contrapõe-se à quantidade de igrejas e largos no centro, largos que se abriam ou ainda se abrem para a água. Ajudam a denominar esses tecidos, a definir o caráter destes bairros. Os do centro como freguesias, os da várzea como arrabaldes, subúrbios¹¹.

As praças urbanas – ou a grande família de espaços urbanos que genericamente se podem enquadrar nesta designação, como praças, largos, terreiros, campos, adros... têm um papel importante na caracterização dos traçados urbanos portugueses. Na sua diversidade, as praças expressam de forma clara os elementos de permanência e de mutação das morfologias urbanas portuguesa.

Uma característica importante da tradição urbana portuguesa é a multiplicidade de praças dentro de um mesmo núcleo urbano. É habitual encontrarem-se nas cidades portuguesas diferentes praças para diferentes funções: **funções de mercado**, em espaços que muitas vezes tinham a sua origem em campos e em terreiros localizados à margem das malhas urbanas e que posteriormente se transformavam em praças urbanas; **funções militares**, nomeadamente os campos associados às torres de menagem medievais e as praças de armas seiscentistas; **funções políticas e administrativas**, entre as quais se incluem as praças associadas ao poder municipal, onde se localizavam a Casa de Câmara e o pelourinho; **funções religiosas**, associadas à origem de alguns destes espaços como adros de igreja, terreiros de igrejas matrizes ou de conventos. Esta multiplicidade de praças associadas a diferentes funções, que encontramos inscrita nas cidades portuguesas de diferentes períodos, é rigorosamente formalizada nos traçados urbanos setecentistas, pela existência de pelo menos dois tipos: uma associada ao **poder político**, outra ao **poder religioso**.

A forma das praças surge inevitavelmente associada ao processo que lhe deu origem. Existem praças geradas a partir da íntima relação dos traçados urbanos vernáculos, aparentemente não planeados, com a estrutura física do território em que se implantam e praças que resultam de ações de planeamento inspiradas em modelos eruditos. No primeiro caso, estes espaços resultam habitualmente do cruzamento ou do entroncamento de caminhos e são bastante ricos do ponto de vista morfológico, apresentando uma grande variedade de formas resultantes das situações topográficas em que se situam e dos tipos de confluências de caminhos a partir dos quais se geraram. Estas praças são normalmente pontuadas por edifícios de natureza religiosa e muitas vezes geradoras dos tecidos urbanos que em torno delas se desenvolvem.

Muitos destes espaços obedeciam a prescrições precisas quanto à localização, orientação e forma. Exemplos deste tipo de espaços são o Terreiro de Jesus ou o Terreiro de São Francisco em Salvador da Bahia. A regularidade destas praças traduzia-se em formas quadradas ou retangulares. Esse rigor geométrico irá afirmar-se nos traçados eruditos, civis ou militares do século XVII, e consolidar-se ao longo do século seguinte.

[...] Os espaços urbanos ditos orgânicos não são ‘irregulares’ e muito menos ‘informais’, ao contrário do que habitualmente são designados em bibliografia específica. Mesmo não sendo ortogonais, eles têm uma geometria própria, que resulta das condições do sítio e têm uma estrutura organizada, tal como a própria palavra ‘orgânico’ indica. O sítio desempenha um papel fundamental para essa organização (TEIXEIRA (org.), 2001, p. 9,11,13,25, grifos nossos).

A quantidade de igrejas e largos que existem nos bairros de Santo Antônio e São José diz muito da história desses bairros. E das sucessivas conquistas e reconquistas. E da vinda das diferentes ordens religiosas e seus privilégios e abocanhamentos conseguidos ao poder provincial. Assim como ajudaram a moldar suas identidades. Além das praças e outros espaços livres cuja articulação recíproca foi verificada por meio de estudo específico, como se pode observar na tabela 06 a seguir.

10. Casco urbano – em referência à língua espanhola, cujo significado de ‘tecido urbano’ soa muito mais forte e depositário de significados históricos que sua tradução em português.

11. Entenda-se aí subúrbios não como locais de moradia de baixa renda, periferia. Ao contrário, como lugar de alta renda, pólo de conhecimento, ciência e cultura, complementar ao centro, que do dinheiro desta várzea necessita.

Lewis Mumford dedica um capítulo inteiro de seu livro ‘A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas’ sobre o subúrbio (cap.XVI), afirmando o quão salutar e conveniente era o papel do subúrbio anexo à cidade, as possibilidades de ajardinamento e, principalmente, o senso de vizinhança que trazia.

Os subúrbios ajudaram a criar uma nova consciência de algo que se havia perdido no rápido crescimento da cidade – o **senso de vizinhança**. Se remontamos à origem, verificaremos que se trata do antigo componente da aldeia, tão essencial a uma vida urbana equilibrada como os seus centros e cultura mais elevados e as suas associações utilitárias.

Nos subúrbios, a vida inteira de uma família das classes trabalhadora concentra-se em seu ‘bairro’, quase tão arraigada, quase tão imune às influências externas como se estivesse numa aldeia a duzentos quilômetros de distância da Place de La Concorde. [...]

O princípio de organização de vizinhança era colocar dentro de uma distância percorrível a pé todas as facilidades necessárias diariamente ao lar e à escola, e manter fora dessa área de pedestres as pesadas artérias de tráfego que conduzem pessoas ou mercadorias que nada têm a ver com a vizinhança (MUMFORD, 2004, p. 539,541, grifos nossos).

Igrejas que, além de outrora serem os locais onde se agregavam os fiéis para o início e fim das procissões religiosas, festas de padroeiras, hoje dos gritos de carnaval, pontuavam o cenário urbano com suas torres sineiras, relação que começa a ser quebrada pelos arranha-céus edificadas nos bairros centrais.

Largos que merecem estudo tipológico mais detalhado, comparando-os aos de outras cidades de origem portuguesa, com relação às morfologias e dimensionamentos ligados às ordens religiosas. Do anexo 2 consta, como síntese da questão trabalhada, um levantamento das morfologias de espaços livres e de cruzamentos de vias encontrados em cidades européias.

Tentou-se apresentar um panorama sucinto de morfologias existentes nos bairros estudados neste capítulo, para mostrar de onde se origina parte da configuração espacial e da identidade, como se pode observar nas figuras 29 a 56. São os seguintes os vários exemplos de configurações espaciais encontradas:

- *O pátio de São Pedro em formato quase quadrangular, em meio a um tecido fechado em todos os lados (figuras 39 e 40);
- *O pátio do Livramento como uma perspectiva de longa distância, cuja igreja está bem atrás, configurando-se três lados de um pátio, abrindo-se a uma via lá na frente (figuras 37 e 38);
- *O pátio do Terço tendo a igreja na ponta de uma quadra triangular, ladeado por dois arruados de casas contíguas;
- *Os pátios de São José do Ribamar e das ruínas da Igreja do Pilar como aberturas que se chega após um longo e estreito corredor, situando-se a Igreja de S. J. do Ribamar no meio da quadra, e a do Pilar solta dos imóveis adjacentes (figuras 29-30 e 45-46);
- *A Praça Maciel Pinheiro em formato triangular, encabeçada por duas igrejas, uma de maior porte na esquina na rua da Imperatriz e outra menor na esquina diametralmente oposta, na rua da Conceição (figuras 47 e 48);
- *A Praça Dezesete encabeçada por um cais que não mais funciona, cuja igreja do Espírito Santo está perpendicular à linha d'água (figuras 35 e 36);
- *A Praça Dom Vital fazendo o miolo do 'L' entre o Mercado de São José e a Basílica de N. S. da Penha (figuras 43 e 44);
- *O eixo espacial que interliga as igrejas de São Gonçalo, Santa Cruz e Rosário na Boa Vista (figuras 49 e 50);
- *O eixo espacial correspondente a Estrada Real do Poço, via que ainda hoje liga o Largo do Poço da Panela à Igreja matriz de Casa Forte e sua praça frontal, mantido o calçamento em pedras de outrora (figuras 55 e 56);
- *O largo da igreja de Apipucos, que juntamente com as duas vilas - Soberana e Annunciada, e a pracinha, perfazem o quadrilátero origem de seu nome - cruze de caminhos (figuras 53 e 54);

Leituras que apresentam morfologias individuais de largos e praças, e cujos posicionamentos e articulações na malha urbana são mais eloquentes do que os espaços em si. Não é a toa que caminhando do Pátio do Livramento se chega ao de São Pedro, passando pelo do Terço até a Praça Dom Vital. Continuando, se chega ao pátio de São José do Ribamar, por exemplo. Seus locais de inserção não estão por acaso. Foram pensados. Esboçados. Por vezes calculados.

Articulações que muitas vezes passam despercebidas, devido a outros elementos que, por vezes, as escondem. Bairros cujas identidades perpassam a totalidade dessas articulações. Um pátio, um largo por si só já define e muito o tecido urbano ao seu redor. Vários pátios e largos agrupados e articulados já ensejam uma outra escala, uma identidade maior, composta de várias identidades. Mais do que um conjunto de subespaços, é por si só um espaço articulador, definidor, de alma própria. Identitário da urbe à qual pertence.

CAPÍTULO 2

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 26 - O centro de uma cidade medieval (Lubeck), composto por quatro elementos característicos: o largo da igreja principal (1); a praça do mercado com a municipalidade (2); a rua principal, que passa tangente a estes dois espaços (3); o largo da igreja secundária (4). Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 270. ISBN 85-2730-1008.

Figura 27 - Vista aérea da Praça Santa Croce, com a igreja e o convento, Florença, Itália. Fonte: BENEVOLO, 1983, p. 366. ISBN 85-2730-1008.

Figura 28 - Estruturas urbanas orgânicas e geometria dos espaços públicos centrais. Alguns exemplos em Lisboa, Portugal. Fonte: GUERREIRO, Maria Rosália. Espaços públicos centrais, estrutura urbana e território, os largos e as praças de Lisboa até ao século XVII, gênese e formação. In: TEIXEIRA (org.), 2000, p. 25.

A monumentalidade da igreja marca e contribui para a legibilidade do espaço, mas a apreensão do lugar somente se dá no conjunto que se compõe desde a especificidade do seu piso em declive pavimentado por pedras irregulares, às ruas, becos e vielas de onde, pela irregularidade da sua forma, não se consegue uma leitura integral. Também contribui para a leitura do espaço a sua rotina de vida, quer seja nos momentos atuais de festa ou sob uma forma de vida mais serena, de bairro residencial de centro de cidade. Esse diálogo estabelecido entre partes cria reciprocidades e um tipo de relação muito peculiar à maioria dos núcleos urbanos originários da época (ARAÚJO, 2008).

São nomenclaturas que encontramos com referência aos espaços livres dos tecidos históricos das cidades brasileiras.

CAPÍTULO 2

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 29 – Igreja de Nossa Senhora do Pilar e seu entorno, Bairro do Recife, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase n°. 90/39:00, Fidem.

Figura 30 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de N. S. do Pilar, Bairro do Recife, Recife, PE.

Figura 31 – Igreja Matriz de Santo Antonio e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n°. 90/28:00 e 90/38:00, Fidem.

Figura 32 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja Matriz de Santo Antonio, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.

Figura 34 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.

Figura 33 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n°. 90/27:05 e 90/28:00, Fidem.

CAPÍTULO 2

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 35 – Igreja do Divino Espírito Santo e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n.º. 90/38:00 e 90/28:00, Fidem.

Figura 36 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja do Divino Espírito Santo, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.

Figura 37 – Igreja de Nossa Senhora do Livramento e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase n.º. 90/37:05, Fidem.

Figura 40 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de São Pedro dos Clérigos, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.

Figura 39 – Igreja de São Pedro dos Clérigos e seu entorno, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n.º. 90/27:05 e 90/37:05, Fidem.

Figura 38 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Bairro de Santo Antonio, Recife, PE.

CAPÍTULO 2

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 41 – Igreja de Nossa Senhora do Terço e seu entorno, Bairro de São José, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase n°. 90/27:05, Fidem.

Figura 42 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora do Terço, Bairro de São José, Recife, PE.

Figura 43 – Basílica de Nossa Senhora da Penha e seu entorno, Bairro de São José, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n°. 90/27:05 e 90/37:05, Fidem.

Figura 44 – Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Basílica de Nossa Senhora da Penha, Bairro de São José, Recife, PE.

Figura 45 – Igreja de São José do Ribamar e seu entorno, Bairro de São José, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n°. 90/27:00 e 90/27:05, Fidem.

Figura 47 - Igrejas de Nossa Senhora da Imperatriz e da Nossa Senhora da Conceição, e seu entorno, Bairro da Boa Vista, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima da Unibase n.º 90/28:00, Fidem.

Figura 48 - Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno das Igrejas de Nossa Senhora da Imperatriz e Nossa Senhora da Conceição, Bairro da Boa Vista, Recife, PE.

Figura 51 - Igreja das Fronteiras e seu entorno, Bairro da Boa Vista, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n.ºs. 90/18:05 e 90/08:05, Fidem.

Figura 52 - Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja das Fronteiras, Bairro da Boa Vista, Recife, PE.

Figura 50 - Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista, de Santa Cruz e de São Gonçalo, Bairro da Boa Vista, Recife, PE.

Figura 49 - Igrejas de Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista, de Santa Cruz e de São Gonçalo, e seu entorno, Bairro da Boa Vista, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n.ºs. 90/18:00 e 90/28:00, Fidem.

CAPÍTULO 2

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 53 - Igreja de Nossa Senhora das Dores e seu entorno, Bairro de Apipucos, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n.ºs. 81/52:00, 81/52:05; 81/62:00 e 81/62:05, Fidem.

Figura 54 - Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno da Igreja de Nossa Senhora das Dores, Bairro de Apipucos, Recife, PE.

Figura 55 - Igrejas de Nossa Senhora da Saúde e Matriz de Casa Forte, com estrada Real do Poço interligando-as, Bairros do Poço da Panela e Casa Forte, Recife, PE. Desenho manual dos espaços livres em cima das Unibases n.ºs. 81/71:00, 81/81:00 e 81/81:05, Fidem.

Figura 56 - Interpretação livre da morfologia urbana, situação e entorno das Igrejas de Nossa Senhora da Saúde e Matriz de Casa Forte (Sagrado Coração de Jesus), Bairros do Poço da Panela e Casa Forte, Recife, PE.

2.4. O curso do rio, sua várzea ou as 'janelas' que se abrem para estes?

O suporte físico geográfico foi o condicionante maior de toda a ocupação inicial da costa brasileira, e por vezes também na expansão interior. Os núcleos primeiros que se tornarão cidades vão estar próximos às margens das águas ou até em áreas tomadas por aterros ao mar e ao rio, como é o caso do Recife. Os bairros, e principalmente, os bairros históricos, irão fazer parte deste planejamento inicial da ocupação.

A superfície de terra não é uniforme. É constituída por elevações e por depressões que se associam formando respectivamente as linhas de fecho e de talvegue, habitualmente designadas por linhas de cumeada e linhas de fundo de vale, que estruturam todo o território como um gráfico contínuo, independentemente da presença do homem.

A interpretação fisiográfica dessas linhas permite perceber o funcionamento orgânico duma região. Em territórios cujo sistema orográfico é relativamente acentuado, como é o caso da região de Minas Gerais, a construção gráfica da malha constituída pelas linhas de fecho permite reconhecer quase imediatamente o sentido da sua estrutura natural. A esta malha contrapõe-se aquela traçada pela rede hidrográfica que desde o início constitui uma barreira dificilmente ultrapassável. Por esta razão, cada linha de cumeada vem assumir uma função autônoma de eixo principal¹².

Os espanhóis, ao elencarem os critérios na eleição dos sítios para fundação dos novos núcleos urbanos na América, detalham os condicionantes naturais a serem obedecidos, entre outros:

- elejam-se sítios para fundar povoações sem prejuízo aos índios;
- não em lugares altos por problemas de ventos;
- nem em lugares baixos porque geralmente são problemáticos, sofrem de alguma enfermidade;
- preferir terras que não sejam nem nascentes nem poentes;
- e se for edificar próximo a um rio, que seja voltado para o nascente, para que ao sair, o sol dê primeiro na povoação e não na água;
- procurar lugares de onde fosse fácil vigiar uma ampla extensão territorial, fundo de baías e orelhas de rios protegidos, que pudessem ancorar os navios procedentes da Península (ROJAS, Javier Aguilera; REXACH, Luis Moreno, 1973, p. 13).

Crítérios outros que também serão obedecidos pelos portugueses na eleição dos sítios de fundação de seus novos núcleos:

Sempre que possível, e por razões de defesa, os novos núcleos urbanos eram construídos no topo de colinas e bem adaptados à topografia do terreno, continuando assim a tradição portuguesa. As funções de defesa e de controle do território destes aglomerados justificava geralmente a construção de muralhas. Quando estes núcleos urbanos estavam associados a atividades comerciais, como acontecia na maior parte dos casos, localizavam-se na costa ou na margem de rios importantes, situações particularmente favoráveis para o desenvolvimento do comércio. Tal como na metrópole, estas cidades mercantis organizavam-se em dois níveis: enquanto o porto e as atividades marítimas e comerciais se localizavam ao nível do mar, os edifícios administrativos, as principais instituições civis e religiosas e as habitações mais importantes localizavam-se em zonas altas.

Os edifícios públicos, nomeadamente a casa da Câmara, a casa do Governador, a Misericórdia, o hospital, os conventos e as principais igrejas, tinham uma proeminência e um papel estruturante fundamental na organização da cidade. Estes edifícios, construídos solidamente, davam à cidade um sentido de comunidade. Juntamente com as praças a que geralmente se encontravam associados e que em torno deles se estruturavam, por vezes lentamente, estes edifícios tornavam-se pontos fulcrais do desenvolvimento e da organização da malha urbana. A função estruturante destes espaços pode observar-se quer em cidades de origem vernácula e com processos de crescimento gradual e aparentemente não planeados, quer em cidades de origem erudita e planeadas.

Do ponto de vista estritamente formal, a dominância de edifícios singulares e o seu papel como ponto fulcral de várias perspectivas aparecem-nos tanto em traçados irregulares como em traçados geometrizados, constituindo porventura uma das principais características do urbanismo de origem portuguesa. Em todas as situações há sempre a preocupação de marcar e de valorizar as particularidades topográficas e locais de cada lugar. A sua aparente desordem era efetivamente regida por princípios que, **embora não codificados num conjunto explícito de regras, eram parte de uma rica tradição urbana** (TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida, 1999, p. 216, grifos nossos).

12. GUERREIRO, Maria Rosalva. A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras: o caso de Ouro Preto. In: TEIXEIRA (org.), 2004, p. 48-50.

No Recife não foi diferente. As características físico-geográficas do sítio condicionaram seus usos e ocupações, seu parcelamento. De porto natural à ilha comercial e de serviços, a ligação com o topo de Olinda, aparato jurídico-administrativo, o interior, celeiro de plantações e cultivos. O natural desde sempre induziu e favoreceu o artificial nesta cidade.

E a penetração rumo ao interior teve nos rios a sua mola indutora. O Capibaribe principalmente. Por onde desciam as mercadorias a serem guardadas e comercializadas no porto. Sua várzea à margem esquerda, fértil e plana, casou com os interesses da sociedade aristocrática que se formava.

Manuel Teixeira descrevendo o processo de ocupação de cidades portuguesas insulares a partir do século XV, relata as condicionantes do sítio a serem levadas em conta para a fundação de novos núcleos: uma baía, uma costa protegida por um morro próximo, um trecho plano e um acidentado, um sítio sadio e forte, capaz de abrigar um sistema de defesa, um terreno que fosse operacional, enfim, sempre um condicionante natural do qual partiria a ocupação da nova aglomeração.

Os sítios escolhidos para a implantação inicial destes núcleos urbanos apresentam características idênticas em muitos casos: amplas baías abrigadas viradas a sul, com ótimas condições de porto natural, sendo estas baías protegidas nos extremos por morros, promontórios ou ilhas que asseguravam a fácil defesa as entradas do porto e da cidade.

O principal elemento estruturante era uma rua central que atravessava a cidade longitudinalmente. A restante malha era constituída por uma ou duas outras ruas longitudinais, paralelas à primeira, e outras ruas secundárias que as cruzavam mais ou menos perpendicularmente, criando-se assim uma estrutura urbana regular.

Um caminho ao longo da costa, paralelo ao mar, constituiu a estrutura primordial de ocupação do território, ligando núcleos de ocupação primitivos, casas do donatário ou capelas localizadas nos extremos deste caminho. No seu início, tratava-se pois de uma forma de povoamento linear, que se fazia ao longo deste caminho que acompanhava a baía, encurvando-se ligeiramente, seguindo paralelo à linha de costa. Era ao longo deste percurso que, de um lado e de outro, se construíram as primeiras casas e se estruturava a primeira rua. Em muitos casos ela virá a desenvolver-se como a principal rua do aglomerado e continuará a ser, até hoje, a rua principal da cidade.

É ao longo deste eixo que a cidade se vai desenvolvendo e é ao longo dele que se vão construindo alguns dos principais edifícios institucionais da cidade. (...) estas cidades insulares eram construídas com idênticos objetivos de povoar, colonizar a defender um novo território.

Entre as características morfológicas das cidades novas medievais que podemos também encontrar nos primeiros núcleos das cidades insulares incluem-se: uma hierarquia de ruas bem definida, em que se alternam ruas de frente e de traseiras, cortadas por transversais; os quarteirões de forma alongada e constituídos por um número idêntico de lotes; os lotes urbanos paralelos uns aos outros, indo de um lado ao outro dos quarteirões, com uma frente para a rua principal e a outra frente para uma rua secundária; a localização de uma espaço com funções de praça, mais ou menos estruturado, adjacente à rua principal ou na periferia do primitivo núcleo construído e que, com o tempo, virá a ser incorporado na malha urbana (TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida, 1999, p. 48-50).

O terreno onde nasce o Recife corresponde exatamente ao delta formado pelos rios Capibaribe, Beberibe e Jiquiá, que abastecem a planície e deságuam nesse ponto. Estes mesmos rios foram os vetores que impulsionaram o crescimento para o interior da planície, ao longo de suas margens, até se esparramar no cinturão de colinas que a circundam. Esse foi por muito tempo o limite espacial do Recife e de seus bairros.

E quanto às janelas para o rio, estas se davam pelos pátios e largos de igrejas que se esticavam até as margens, algumas praças no centro ainda funcionam como janelas, e ainda alguns caminhos, calçadas mais recuadas beirando o rio em vários pontos são janelas. Em outros pontos, algumas áreas vegetadas, como é o caso da Rua da Aurora em trecho próximo à ponte do Limoeiro.

Espaços que de fato ajudaram a configurar a identidade desses bairros, junto à água, mas que por si só não são definidores dessa identidade. As igrejas e seus largos são muito mais fortes no coração desses bairros. Quando seus largos chegam até a água, esse rebatimento ganha mais força.

CAPÍTULO 2

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Na década de 1980, a Prefeitura do Recife apresentou a proposta de um 'parkway', denominado Parque Capibaribe, com área de 116,05 ha, que se estendia ao longo do rio Capibaribe e incluía 11 parques, cinco deles públicos e seis de vizinhança, com áreas que variavam de 1,58 ha a 26,93 ha. Desde então, conflitos emergiram entre a população pobre ocupante das áreas ribeirinhas contíguas a essas terras e os empresários que pressionavam o setor público para a construção de habitação para a classe alta, sem se preocupar com o impacto ambiental que as edificações ao longo do rio representariam. No acordo, firmado entre o governo local, os moradores e os empresários, a cidade perdeu a maioria dos parques propostos, pois se priorizou a construção de habitação, tanto popular quanto de alta renda. Por volta de 1987, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife propôs a criação de doze parques metropolitanos, cujas áreas variavam de 25 a 800 ha, mas a proposta não foi implementada. No mesmo período, a Prefeitura projetou um parque linear de 8 km de extensão na praia de Boa Viagem.

Apesar dos conflitos gerados pela demanda simultânea por habitação e por espaços livres, alguns esforços ainda foram empreendidos para a criação de cinco parques, três na década de 80 e dois na década de 90: o Parque da Jaqueira e o Parque de Santana, em 1985; o Parque Arnaldo Assunção, em 1987; o Parque Robert Kennedy e o Parque Arraial Velho do Bom Jesus, em 1992. Entre eles, o único localizado às margens do rio Capibaribe, como parte do projeto de 1981 – o do Parque Capibaribe – é o Parque de Santana (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 80-81).

Atualmente, está em andamento a licitação para as obras de implantação do Parque de Apipucos, no bairro de Apipucos. Parque que reforçaria a ligação entre o açude de Apipucos e o rio Capibaribe, que passa próximo e para onde deságua o açude. Parque chamado literalmente de janela para o rio – 'Parque Apipucos: uma janela para o Capibaribe'¹³.

Outrossim há o projeto de navegabilidade do rio Capibaribe, como meio de transporte fluvial de massa, desde o centro até o limite com a BR 101, quase no limite oeste do município, próximo a Apipucos. Idéia de décadas atrás que é ventilada a cada nova gestão municipal, mas que esbarra em entraves de várias naturezas¹⁴.

13. O Parque contempla a valorização dos recursos hídricos, do ponto de vista paisagístico, cultural e ecológico. Disponível em:

<http://www.recife.pe.gov.br/meioambiente/dirmam_projetos.php>. Acesso em: jan. 2011.

14. Poluição, esgotamento precário absorvido pelo rio ao longo de seu percurso, favelização de suas margens, pressão imobiliária para construções nobres próximas às suas margens, dificultando desapropriações e projetos de estações de embarque e desembarque, baixa altura das pontes em vários bairros, pouca profundidade de seu leito, entre outros. Contudo há programas municipais ainda insuficientes de combate ao lixo e a poluição. E há iniciativa privada voltada para o turismo, com disponibilidade de balsas rasas abertas para transporte de turistas por baixo das pontes do centro da cidade, fazendo-se perceber a cidade por outro ângulo – da água para o continente (bacia do Pina até a Rua da Aurora). Passeios que já acontecem e agradam muito aos turistas e frequentadores.

Figura 57 - Rio Capibaribe: sítios históricos, áreas verdes, áreas pobres. Esboço ilustrativo. Fonte: RECIFE, Prefeitura Municipal, 1996, p. 77.

2.5. Uma forma, um conteúdo e uma escala urbana?

Um bairro corresponde a uma área, e como área é definida por um perímetro, um tamanho e uma forma. Uma forma que traz no seu interior um conteúdo. Um casco urbano, depositário dos diversos tempos da cidade. Dos valores naturais, valores construtivos, valores históricos, valores sentimentais. Nomes. Nomes de personagens e nomes de ruas, de praças, de igrejas.

Os núcleos menores, mais antigos, instalavam-se em sua maior parte em sítios acidentados, no topo das colinas. Seus traçados apresentavam, então, no conjunto, características de acentuada irregularidade. As ruas adaptavam-se às condições topográficas mais favoráveis e tendiam a se organizar como ligações entre os pontos de maior importância na vida desses núcleos, sem intenção de ordenação geométrica.

Uma constante na forma de organização desses centros era a valorização, por meio de praças, dos pontos de maior interesse para as comunidades. Casas de Câmara, igrejas ou conventos provocavam a preservação de um espaço livre destinado à aglomeração de população, decorrente das finalidades desses edifícios.

Assim, um pouco ao modo da Grécia Antiga, as preocupações concentravam-se nos locais de reunião, reduzindo-se as ruas, no traçado, quase exclusivamente às funções de ligação e vias de acesso a esses pontos.

Essa aparência era determinada em parte pelos padrões de relação entre a propriedade pública e a privada, que se definia pelas formas do lote e pelo modo de implantação do edifício no terreno (REIS, 2000, p. 130-131, 133).

O parcelamento das primeiras quadras se dá no amontoado de casas e becos ao estilo português, ou no sistema de canais e fossos dos holandeses. Avançando para o interior, se formaram os engenhos, 'ganglios' ao longo das margens destes rios, cujas águas serviam para o cultivo e como meio de escoamento da produção. Localização e equipamentos gerará a síntese espacial dos futuros bairros que dali se originarão.

As capelas seguirão sendo as referências espaciais desses bairros, geralmente próximas das casas grandes, cujos espaços fronteiros seguirão sendo áreas descampadas, hoje praças, como no Monteiro, Casa Forte e Apipucos.

O traçado das ruas definia as quadras. Estas eram subdivididas em lotes, com ocupação semelhante. As casas eram construídas sobre os alinhamentos dos terrenos, sobre a rua e sobre as divisas laterais. Encostavam-se umas às outras e seus telhados lançavam as águas da chuva sobre as ruas e em direção aos quintais.

As casas formavam como uma superfície contínua sobre as ruas. A aparência das ruas e dos núcleos urbanos era dada por esse modo de se relacionar o espaço privado com os vizinhos e com o espaço público e por essa forma de implantação da arquitetura urbana, sobre os limites dos lotes.

As quadras, quando completamente edificadas, compunham-se de uma linha contínua de construções, dos lados das ruas, com um grande vazio constituído pelos quintais, na parte interior.

Na periferia distribuíam-se pequenas sesmarias, que davam origem a chácaras. Estas sofriam parcelamentos, na medida do crescimento dos núcleos urbanos. Aos edifícios oficiais e religiosos, reservavam-se em geral posições especiais.

As construções religiosas surgiram com as povoações, desde os primeiros instantes. Atendiam à religiosidade do povo e impunham-se também pelas funções de administração pública atribuídas à Igreja, uma vez que esta era unida ao estado. As igrejas paroquiais realizavam os trabalhos de registro de nascimento, casamentos e óbitos, segundo os sacramentos correspondentes, o que estabelecia um vínculo permanente e de grande importância entre a população do meio rural e as sacristias.

Essas duas causas de concentração movimentavam os povoados em certas datas e transformavam os pátios em frente às igrejas em pontos de reunião pública e de comércio, enquanto as sacristias se transformavam quase sempre em pontos de reunião política local (REIS, 2000, p. 150, 187).

No centro, após a retomada portuguesa, canais e fossos foram apagados, e sucessivos aterros concretizados, de um lado e do outro da ilha de Antônio Vaz. Em seguida viriam as instalações das ordens religiosas: carmelitas, franciscanos, jesuítas. Com poderes de barganhar, junto à administração da província, a forma e o tamanho de seus átrios, quer fossem na beira do cais ou no interior do arruamento criando, na incipiente malha urbana, espaços livres que vão perdurar até hoje, característicos desse trecho da cidade, fazendo-os singelos e agregando força espacial a esta trama.

A construção de igrejas, bem como de mosteiros e conventos, era considerada um ato religioso que, conseqüentemente, competia ao foro eclesiástico. Dado no entanto o papel relevante dos edifícios religiosos no ordenamento da cidade, a jurisdição secular das autoridades civis exercia-se sobre a sua componente material. Da mesma forma, a divisão territorial da cidade baseava-se nas paróquias, instituídas pelas autoridades diocesanas e concebidas como uma comunidade territorial com uma determinada população ligada por interesses espirituais comuns e referenciada a uma igreja. No entanto, a definição precisa dos seus limites pertencia às autoridades seculares. Assim, a cidade fundava-se e estruturava-se baseada num delicado equilíbrio entre os poderes religioso e civil. Este equilíbrio expressava-se formalmente no próprio tecido construído da cidade de várias formas, que iam desde a organização administrativa do seu território à estrutura do plano urbano, às morfologias dos espaços urbanos e à arquitetura dos edifícios.

A localização de edifícios religiosos na cidade obedecia a objetivos precisos. Por um lado, procurava-se afirmar o poder da igreja, em competição com os poderes civis, que passava pela escolha de localizações em sítios dominantes da cidade. Por outro lado, havia regras precisas que regulavam a fundação e a localização de estabelecimentos religiosos na cidade. Por exemplo, as 'Constituições Primeiras do Arcebispado da Baía' de 1707 impunham, relativamente à construção de igrejas, que 'se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares imundos, e sordidos'. Este documento estipulava ainda sobre outros aspectos, nomeadamente a orientação dos templos e a construção dos respectivos adros. Também a localização dos conventos obedecia a regras estabelecidas em documentos pontifícios que definiam as áreas de privilégio, dentro das quais nenhuma outra ordem de podia estabelecer, ou as distâncias mínimas a que os conventos das várias ordens se podiam localizar uns dos outros. Estas distâncias variavam ao longo do tempo, situando-se à volta de 140 a 300 vergas (aproximadamente de 520 a 1115 metros) para Carmelitas, Franciscanos, Jesuítas e outros no interior das cidades. Os Jesuítas beneficiaram de um privilégio especial, concedido pelo Papa, que lhes permitiu o estabelecimento a distâncias inferiores a 140 vergas de outros conventos.

Os adros, os terreiros e os pátios construídos em frente de igrejas e conventos eram espaços abertos que constituíam parte integrante dos conjuntos religiosos, estabelecidos a ligação entre o exterior e o interior. De início com uma função religiosa bem marcada, estes espaços tornaram-se com o tempo, e com o progressivo crescimento urbano, espaços profanos integrados na estrutura da cidade. Muitas das praças de cidades brasileiras tiveram esta origem. Cada um destes espaços tinha a sua própria lógica e a sua própria expressão formal. Por exemplo, os adros dos Franciscanos tinha uma forma alongada e eram centrados num cruzeiro em torno do qual se realizavam procissões. Já os terreiros de Jesus ou pátios dos colégios Jesuítas eram de forma quadrada ou retangular, dominados pelos edifícios da igreja, colégio e residência dos padres. Estes terreiros tinham a função de palcos solenes onde se representavam autos litúrgicos e onde se realizavam também procissões com um caráter festivo (TEIXEIRA, 1999, p. 218-219).

Que tenham sido as igrejas e suas funções religiosas as centralidades desses primeiros bairros, não resta dúvida. Ainda hoje as igrejas são elementos muito fortes nos bairros da várzea do Capibaribe, em parte devido ao espaço físico que congrega e as suas funções religiosas. Sem falar que nas cidades menores, principalmente as do interior do Nordeste do Brasil, as igrejas e as praças centrais são os elementos dominantes da paisagem e também da vida dessas comunidades.

Nas figuras 110 a 121 pode-se observar os limites atuais dos dois conjuntos de bairros estudados, onde se percebe seus perímetros e suas morfologias. Comparando-se as áreas, os bairros do centro são bem maiores que os da várzea, em quantidade de igrejas e espaços livres também¹⁵; enquanto que os da várzea têm mais praças e espaços vegetados.

A herança portuguesa

Livia Vierno, em 'Semeadas e ladrilhadas: vilas e cidades no Brasil colônia'¹⁶, enumera as características da fundação

15. É no largo do Poço da Panela onde acontece um dos primeiros gritos de carnaval da cidade. É no Pátio de São Pedro um dos principais focos do carnaval do centro. É no Pátio do Terço que os descendentes de escravos reverenciam seus antepassados durante o período momesco. Sempre junto às igrejas. Não é só simbólico. É a vida nessa cidade, sua identidade.

16. TEIXEIRA, Manuel. As cidades medievais planeadas. A regularidade dos traçados (texto 6); A relação com o território. As influências da civilização mediterrânica (texto 3). In: VIERNIO, 2003, p. 201-203.

de cidades de origem portuguesa, que seguiam determinados parâmetros morfológicos e urbanísticos, segundo Manuel Teixeira, tais como:

- A seleção de locais topograficamente dominantes, como núcleos iniciais dos aglomerados urbanos. A escolha do sítio era a primeira forma de relação com o território. (...) A localização destes núcleos urbanos em pontos dominantes do território, em locais de difícil acesso e facilmente defensáveis, bem como as cortinas de muralhas que geralmente os rodeavam, eram justificados por razões de defesa, as mesmas que haviam de levar, em sucessivas épocas históricas e em diferentes contextos geográficos, à escolha de locais elevados para a implantação das cidades portuguesas;
- A íntima articulação dos traçados das cidades com as particularidades topográficas locais. Com a escolha para o assentamento da cidade em um ponto elevado da área escolhida, com certeza o local onde esta se desenvolveria não seria o plano, e portanto o traçado da cidade teria que ser efetuado levando-se em conta o acidentado do terreno, com a cuidadosa adaptação das ruas as características topográficas locais. Deste mesmo modo, o perímetro das muralhas, quando existia, não acompanhava o tecido construído, se adaptava às características do território;
- A estruturação das cidades em núcleos distintos, com malhas urbanas diferenciadas, correspondendo cada uma delas a diferentes unidades de crescimento. Muitas cidades portuguesas eram construídas na costa marítima ou nas margens de rios, dadas as atividades comerciais a que estavam associadas. Esta localização costeira, associada à escolha de sítios elevados para a implantação do núcleo original, levou o que a maior parte destas cidades estivesse organizada em dois níveis – a cidade alta e a cidade baixa – com funções e características bem distintas. A cidade alta era a sede do poder civil e religioso, enquanto a cidade baixa era o local onde se desenvolviam as atividades marítimas e comerciais;
- A localização de edifícios singulares em sintonia com a topografia, e o importante papel destes edifícios na estruturação dos traçados urbanos. O espaço urbano era concebido em função dos edifícios que eram localizados em posições dominantes, que davam sentido e estruturavam os espaços envolventes. (...) Estes edifícios notáveis, e os espaços urbanos a que se encontravam associados, tornavam-se pontos fulcrais do desenvolvimento e da organização da malha urbana, quer se tratasse de cidades de origem vernácula e com um crescimento gradual, quer se tratasse de cidades de origem erudita e planejadas;
- A lenta estruturação formal das praças urbanas, associadas a diferentes núcleos geradores e a funções distintas. As cidades portuguesas ‘não evidenciam tão explicitamente, como outras cidades européias suas contemporâneas, as suas referências aos cânones da antiguidade. Não existem traçados em quadrícula e a praça ou não se localiza no centro ou não existe, só se vindo a estruturar gradualmente ao longo dos tempos. Apesar disso, os traçados destas cidades medievais eram regulares, concebidos de acordo com um padrão geométrico, tendendo para uma organização ortogonal de ruas e quarteirões’. (...) Em muitas cidades novas medievais eram estes terreiros, localizados marginalmente em relação ao tecido construído, junto às muralhas, que cumpriam originalmente as funções de praça. O mercado e outras funções coletivas da cidade exerciam-se inicialmente nestes logradouros, onde muitas vezes se localizava também o poço;
- A organização da malha da cidade com a preferencial abertura de ruas principais em um único sentido de orientação. ‘As cidades portuguesas se consistem de um conjunto de quarteirões com uma forma retangular alongada, cada um deles constituído por uma sucessão de estreitos lotes urbanos paralelos uns aos outros e orientados no mesmo sentido, com uma face para uma rua principal e outra face para uma rua de traseiras. Estruturava-se assim uma hierarquia de ruas de frente e de traseiras, cortadas por transversais, características dessas cidades medievais;
- A constância da estrutura dos lotes urbanos das tipologias de construção a ela associados, ao longo do tempo. Os lotes urbanos, contudo, apesar da irregularidade do traçado da cidade e do local de implantação, seguiam uma tipologia de construção, se sucedendo na malha urbana com tamanhos onde se procurava manter um padrão de quadras retangulares;
- O processo de planejamento e de construção da cidade portuguesa, que é sempre projetada no sítio e com o sítio, isto é, quer a cidade se desenvolva gradualmente quer se desenvolva a partir de um plano pré-definido, o seu traçado apenas se concretiza no confronto com a estrutura física natural do território.

Lógica urbana seguida pelo Recife e várias outras cidades brasileiras, reproduzindo cenários que, embora com características próprias de clima e aspectos físico-geográficos, as individualizam perante suas semelhantes.

CAPÍTULO 3

"Amar mulheres, várias.

Amar cidade, só uma - Recife.

E assim mesmo com as tuas pontes,

E os seus rios que cantam,

E seus jardins leves como sonâmbulos

E suas esquinas que desdobram os sonhos de Nassau".

Ledo Ivo, poeta alagoano – Recife, poesia. In: Todos cantam sua terra: O Recife e Olinda vistos pela ótica dos seus poetas. Revista Continente Turismo, Editora Cepe, Edição Especial, dez. 2001, p. 39.

"Ao entrar no Recife, nãoensem que entro só.

Entra comigo a gente

Que comigo baixou

Por sua velha estrada

Que vem do interior;

Entram comigo rios

Aquem o mar chamou,

Entra comigo a gente

Que com o mar sonhou,

E também retirantes

Em quem só o suor não seccou;

E entra essa gente triste,

A mais triste que já baixou,

A gente que a usina,

Depois de mastigar, largou".

João Cabral de Melo Neto – poema ao Capibaribe. In: SILVA, Leonardo Dantas. O Recife: imagens da cidade sereia. Recife: Prefeitura Municipal, Comunigraf Editora, 1998, p. 58-59.

Capítulo 3 - A cidade do Recife: os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte

3.1. Os limites naturais

O sítio

A descrição do sítio onde se erguerá a Cidade do Recife é tida sempre como facilitadora, convidativa, do ponto de vista físico-geográfico, pela sua condição de planície fluvio-marinha alimentada por vários rios que correm como veias, convergindo para um arrecife natural, uma área de águas represadas naturalmente, e circundada por colinas ao fundo, como que fechando e protegendo esse ambiente.

O sítio sobre o qual se ergue a cidade do Recife constitui-se de uma planície de origem flúvio-marinha resultado do trabalho de acumulação sedimentar numa antiga baía para onde deságuam os dois mais importantes rios da região, Capibaribe e o Beberibe, além de outros de menor porte como o Tejipió, Jiquiá e Jordão que também trouxeram sua contribuição aluvial.

Em passado remoto, a planície aluvional que compõe grande parte do sítio da cidade do Recife consistiu em uma baía ocupada pelo Oceano Atlântico, então circundada pelas colinas terciárias que afloram entre o Cabo de Santo Agostinho, ao Sul, e a atual cidade de Olinda, ao Norte, as quais ainda hoje se erguem, bem visíveis, contornando-lhe o espaço.

Essa planície Quaternária se formou entre as colinas terciárias e os arrecifes sobre terreno de solos de aluvião, argilosos – o famoso massapé, nas áreas desenhadas pelos rios e, na porção litorânea, os depósitos areno-argilosos de cor escura que ficam submersos quando na maré alta. Nesse delta-estúário, a superfície se recortou em porções separadas por rios, canais e camboas, formando ilhas que se cobriram por uma vegetação específica a essas áreas – o mangue (*Rizophora Mangle*), que encontra nessa geografia seu habitat natural.

A paisagem natural sofreu transformações ao longo do tempo, quando a mão do homem empreendeu os aterros que soldaram as ilhas, formadas no delta, ao continente. Muitas delas ainda permanecem até hoje como é o caso, dos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista (RECIFE, Atlas Ambiental, 2000, p. 11).

É justamente na costa, no delta de ilhas que haviam em seu deságüe, na junção, na foz dos dois principais rios (Capibaribe e Beberibe, além do Tejipió e o Jiquiá), que se vai originar o núcleo primitivo, ocupando-se a lingüeta de terra entre os arrecifes e o acesso ao cocoruto de Olinda, escolhida posteriormente para sediar a base da Capitania.

A cidade assenta nas terras baixas de uma extensa planície aluvional que se estende desde as costas marinhas, frisadas, em quase toda sua extensão por uma linha de arrecifes de pedra, até uma cadeia irregular de outeiros terciários, que a envolvendo em semicírculo, a separa das terras mais onduladas do interior. É essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos pelos braços d'água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas, se espraiam remansosos pela planície inundável.

Ocupa essa baixada aluvional uma área que, em tempos pré-históricos correspondeu a uma larga enseada, cuja orla marinha penhascosa alcançava meia encosta da cinta de colinas que assentam num socorro cristalino, estendendo-se desde Olinda até Prazeres pelas elevações de Beberibe, Jacaré, Apipucos, Dois irmãos, Jaboatão, Areia Branca e Guararapes.

O homem foi o último elemento a entrar em cena naquele contínuo trabalho de estruturação do solo do Recife, agindo através dos aterros e drenagens, no sentido de dar àquele solo consistência, o declive, a forma e a extensão mais apropriadas à sua ocupação humana, ao seu aproveitamento como base natural de um complexo organismo urbano.

Planície aluvional, produto da ação convergente de múltiplos fatores naturais, individualizada por traços geográficos bem marcantes: seus arrecifes de pedra, estendendo-se como um friso à flor das águas, sua língua de terra ou recife de areia, alongando-se por trás do primeiro, das encostas de Olinda até alcançar em sua extremidade sul, a ilha do Recife, suas outras ilhas, sonolentas entre os braços embaladores dos seus rios, suas terras continentais alongadas em várzeas, mangues, charcos, pauis, entrecortadas de braços d'água e alteando-se pouco a pouco, em cotas hipsométricas de fraco pendor, até alcançarem a cinta das colinas que se perdem de vista no horizonte (CASTRO, 1957, p. 208, 210, 217, 218).

Rios escorrendo para uma baía calma numa região de clima tropical úmido, cercada de morros, protegida dos humores das ondas oceânicas por longas paredes erigidas calmamente pelo tempo a partir de grãos de areia e carcaças de moluscos, os arrecifes.

Os grãos de terra, barro e múmus, arrastados permanentemente por suas águas enfeitiçadas a procura do mar, terminavam sua longa viagem ao Oeste desta baía, aos pés dos morros, dando origem a um solo de aluvião, argiloso, o massapé; já na sua posição mais oriental, mais perto dos arrecifes, depositavam-se sedimentos de origem marinha, formando uma extensa, estreita e contínua língua de terra. Ligada ao continente ao Norte, avançando em direção ao Sul, paralela aos arrecifes. [...].

Autodenominava-se de Caetés, chamavam este rios de 'Rios de Capivaras' (Capibaribe) e 'Rios das Arraias' (Beberibe), que eram tão limpos que as índias pariam nas suas águas, protegidas pelas bênçãos de Iara, sua divindade protetora. Foi neste cenário que se construiu uma cidade, metade roubada ao mar, metade à imaginação, no dizer do poeta Carlos Pena Filho¹.

O porto natural nos ou dos arrecifes

Da condição de porto natural a organismo artificial, o Recife passa a travar sucessivas lutas para se estabelecer. Primeiro os aterros, terras tomadas ao mar e ao rio, em seguida os canais de drenagem desse charco, depois as pontes de ligação de uma ilha a outra, na medida em que a população crescia e a urbe se expandia, e por fim as lutas políticas e ideológicas de seus governantes e dominadores.

Nasceu o Recife de pobres palhoças de pescadores no areial defronte dos arrecifes e era chamado de 'O Povo'. Depois, o local passou a receber as embarcações que vinham da Europa, com mercadorias para os habitantes de Olinda e para o embarque de açúcar, pau-brasil e 'outras drogas' e 'O Povo' passou a ser chamado de 'Arrecifes dos Navios'.

Com o crescente movimento de embarcações fez-se necessário a construção de armazéns, na época chamados de 'passos', e, também, de pequenas casas para residência dos trabalhadores. Depois, comerciantes foram construindo suas casas residenciais, normalmente um sobrado, onde o andar térreo era destinado ao seu comércio e os superiores às suas residências.

A primeira igreja construída no bairro do Recife, a capela de São Telmo, ou Santelmo, foi a origem da Matriz do Corpo Santo. Quando os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais (GWC) aqui chegaram, em 1630, estabeleceram a sede do seu governo em um prédio defronte dessa igreja.

A 'Aldeia do Recife', como era chamada na época, já tinha cerca de 130 prédios e ocupava quase um terço da área atual, pois era invadida pelo mar e pelo rio Capibaribe e estava, praticamente, toda construída. Os holandeses tiveram muita dificuldade em se alojarem, devido à falta de moradias. Trataram, então, de aterrar os alagados e aumentando a área disponível para construções ao deixarem o Recife, quando foram expulsos em 1654, a 'Aldeia do Recife' já contava com cerca de 300 prédios, alguns até com quatro andares. Era, então, um bairro não apenas residencial pois já tinha prédios públicos, comerciais e financeiros. Os seus terrenos eram bem mais valorizados do que os do bairro de Santo Antonio.

Apesar do seu desenvolvimento, só em 1709 foi o Recife elevado à categoria de vila e, mais de cem anos depois, 1823, passou a ser cidade. Em 1827 tomou de Olinda o título de capital da Província de Pernambuco (FERREIRA, 1996, p. 2-3).

O panorama inicial do Recife revelava uma enlameada, frágil, inundável e pequeníssima vila de pescadores e atividades ligadas ao porto natural; e Olinda mais à frente, com todo o aparato jurídico-religioso da capitania. Isto na faixa da orla. No interior desse território, havia férteis terras baixas que logo foram sendo retalhadas em unidades produtivas de açúcar – os engenhos.

Duarte Coelho, chefe da Capitania de Pernambuco, assim descreve a várzea do Capibaribe: assim chamada por ser torneada pela torrente do mesmo rio ... 16 moinhos ou engenhos de açúcar como lá se diz (CASTRO, 1957, p. 262).

3. MESEL, Marcelo. O Sítio (formação geológica) do Recife. Disponível em: <<http://www.longgoalcance.com.br/brecife/sitiol.html>>. Acesso em: dez. 2010.

Figura 58 – Cidade Maurícia e Ilha de Antonio Vaz. Fonte: VINGBOONS, Johan. Carta da Capitania de Pernambuco, 1660. In: GALINDO, 2003 (catálogo da exposição de mesmo nome).

Figura 59 - Cidade de Olinda. Fonte: GERRITSZ, Hessel. Carta comemorativa da conquista de Pernambuco, 1630. In: GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz da Mota (orgs.). *Desenhos da Terra: atlas Vingboons*. Recife: Instituto Cultural Banco Real/ ABN Amro Bank, 2003 (catálogo da exposição de mesmo nome).

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Frei Viterbo, em seu Elucidário², não trata do vocábulo 'bairro' e seus termos afins, mas registra uma definição de 'arrecife' e 'recife', o que seria uma das explicações para a denominação da cidade de mesmo nome.

Segundo o autor, a palavra 'arracef' ou 'arracife' procede do árabe vulgar ar-racif, 'calçada, caminho pavimentado; linha de escolhos' e que significa ainda em alguns dialetos do Norte da África 'parede' que serve de apoio, dique, paredão, muralha, cais, 'molhe'. No árabe clássico significava o adjetivo 'firme', e no castelhano 'caminho, banco ou baixio de mar'.

Nome que no século XVI vai aparecer descrevendo a situação geográfica da cidade de Arzila na Índia, próxima ao rio Tanger, que tinha um porto natural e um 'arrecife' de quebra-mar.

Do mesmo século deriva o nome 'Recife' a outra cidade, desta vez na costa do Atlântico, descrita como 'muito ruim porto...'. Situação geográfica natural que deu nome à cidade e característica que até hoje enfrenta esse porto natural. Pouca profundidade e necessidade de dragagens constantes para atender à atracação e demanda de navios com dimensões cada vez maiores. Uma vez que é o ponto de deságüe de dois rios (Capibaribe e Beberibe), que ali depositam seus sedimentos, num fluxo natural de correntes marinhas.

ARRACEF. Recife ou arrecife. In Aquilone hereditas de Maria Godiniz, et illud arracef. – Ab Africa parte per illum arracef. Documento da Universidade de 1164 e 1166.

+.ARRACEF, s. m. (Leia-se arracife, visto que o -e- tinha, por vezes, na ortografia medieval, e como acontece ainda hoje, o valor de -i-. Procede do ár. vulg. ar-racif, "calçada, caminho pavimentado; linha de escolhos" e significa ainda em alguns dialectos do Norte de África "parede que serve de apoio; dique, paredão, muralha; cais, molhe". No ár. clássico era somente adjectivo e significava "firme". Cf. ant. cast. arracife "caminho, banco ou baixio no mar" (Oviedo, Hist. De Indias, I, pág. 509); cast. arrecife "id.", gal. recife. Cf. ainda em cast. cardo arracife "espécie de alcachofra", proveniente do ár. qard arracif "id.", literalmente "cardo do caminho").

Variantes: arrecife (séc. XVI) e recife (séc. XVI)

A variante ARRECIFE registra-se nos inícios do séc. XVI: Arzila ci(dade) jaz sete legoas de Tanger Villa bôa E tem hûu arrecife onde se podê meter naujos e he costa brava do mar (Valetim Fernandes, 1940, pág. 34); Não tem bô porto (a cidade de Melinde) por ser quasi costa brava, & estar de dentro d-u arrecife em -q arrebenta ho mar: & por isso he ho surgidouro das nãos lonje da terra, está assentada em h-u campo ao longo do mar & parecese com Alcouchete (Fernão Lopes de Castanheda, Hist. do Desc. e Conq. da Índia, 1833, I, págs. 34-35). A variante RECIFE, também no mesmo século: Tem muito ruim porto por ser recife de pedra e ter hum banco na entrada, pello que não podem entrar nelle navios que demandem mais altura que duas braças de agoa (Livro das Cidades e Fortalezas da Índia, 1952, pág. 92).

Bibliografia: Steiger, Contribución, págs. 120 e 168; Neuvonen, Los Arabismos Del Español en El siglo XIII, pág. 249; DE. FM. II, pág. 1863; DE. AN2, págs. 45, 436; DE. GD, págs. 75, 927; BDE.C., pág. 63; J. J. Nunes, Gram. Hist.3, pág. 184; H. Brunswick, Dic. Ant. Ling.

2. FONTE: VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Lisboa: Livraria Civilização, 1865, p. 573, volume Primeiro, 2ª edição.

A origem de seu nome remonta a essa vocação de porto natural, confirmando a descrição de Frei Viterbo, citada na página anterior:

Ensinam os filólogos que a palavra arrecife é a forma antiga do vocábulo recife e que ambos procedem do árabe, ar-racif, que significa calçada, caminho pavimentado, linha de escolhos, dique, paredão, muralha, cais, molhe. No antigo castelhano arrecife tinha o sentido de caminho, banco ou baixio de mar.

Porque se originou de um acidente geográfico – o recife ou o arrecife – a designação do Recife não prescinde do artigo definido masculino: O Recife e nunca Recife. Por isso no Recife, do Recife, para o Recife e não em Recife, de Recife, para Recife³.

Figura 61 - Vista do porto a partir de Olinda, século XVII. Tela atribuída a Frans Post. Disponível em: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco/vista_a_partir_de_olinda.jpg>. Acesso em: dez. 2010.

Figura 62 - Características físico-geográficas do sítio onde se encontra a Cidade do Recife. Fonte: CASTRO, 1957, p. 200.

3. MELLO, José Antônio Gonsalves de. O Recife e os arrecifes. In: RECIFE, 2000, v. 01, p. 8.

A sede da Capitania, Olinda

À época dos grandes descobrimentos marítimos, a América dividida por meio do Tratado de Tordesilhas, a parte que cabia a Portugal vai ser retalhada em quinhões de terras em linhas horizontais e escolhidos os capitães, chefes que vão governar em nome do rei as terras longínquas, e serem responsáveis por doar as sesmarias e datas de terras para cultivo e melhorias. No caso da Capitania de Pernambuco, seu donatário, Duarte Coelho Pereira, vai se estabelecer no topo da colina, na futura cidade alta de Olinda, e aí funda a vila, com todo o aparato jurídico-administrativo de que necessitava. Vila que vai abrigar também as moradias dos senhores de engenho da época, proprietários de escravos – mão-de-obra de seus lucrativos negócios. A vila de pescadores do Recife segue seu lento ritmo, até a chegada dos holandeses.

A origem do Recife remonta à terceira década do século XVI, após a chegada de Duarte Coelho Pereira ao Brasil com sua família e alguns colonos, a 9 de março de 1535, no Sítio dos Marcos, em Itamaracá. Dali, Duarte Coelho se transferiu em 1536 para a Vila de Olinda, por ele estabelecida para sediar sua capitania, naquelas colinas que tanto o teriam encantado, cujo sopé distava cerca de uma légua de um ancoradouro natural, de que passou a servir-se, visto que a vila não dispunha de porto marítimo. O futuro sítio do Recife era então uma estreita faixa de areia protegida por uma linha de arrecifes formando um ancoradouro, fato este gerador e berço desta Cidade que lhe guardou o nome: Arrecife de Navios, como era então conhecida, constituindo-se como um lugar favorável para a instalação de um porto – Porto dos Arrecifes, Porto dos Navios ou ainda Ribeira Marinha dos Arrecifes. Daí a sua denominação remontar um dos registros de sua formação natural, fazendo referencia a um forte marco geográfico do seu sítio – os arrecifes – proteção natural construída pela ação da natureza ao longo da costa.

Foi assim que na primeira metade do século XVI, no entorno desse porto, se forma um pequeno povoado abrigando cerca de 200 moradores em singelas moradias (trabalhadores portuários, homens do mar, pescadores e soldados), além dos armazéns de açúcar que abrigavam o produto de exportação para o mercado externo. Um porto que servia à Vila de Olinda, oferecendo adequadas condições de funcionamento portuário e fácil acessibilidade aos centros de produção de açúcar, engenhos que se situavam às margens do rio Capibaribe.

O Recife era um assentamento espontâneo que ocupava a península, correspondente ao que é hoje o bairro do Recife que se ligava às ilhas do delta estuário por via fluvial. O ‘Povo do Arrecife’ instala-se, como qualquer outra cidade portuguesa, ungida pela fé católica romana, em torno de uma ermida, a do Corpo Santo, erguida em 1585 em homenagem à devoção dos seus habitantes, então denominada de Capelinha de Santelmo que, posteriormente, foi demolida e reconstruída como a Matriz do Corpo Santo.

O surgimento do Recife está desde o início associado às vantagens comparativas que detinha relativamente aos outros ancoradouros da costa pernambucana, graças às suas virtudes de excelente porto para desembarque, armazenamento e embarque de mercadorias, guarnecido pelo arrecife de arenito fronteiro que o protegia, próximo à vizinha sede da capitania.

No início do século XVII, a feição urbana do Recife, pouco mudara relativamente aos fins do último quartel do Quinhentos, apresentando um Recife com três fileiras de edificações, pouco mais de vinte prédios, entre casas térreas, uns poucos sobrados, armazéns para guardar açúcar, além da igreja do Corpo Santo, com sua torre sineira, solitária no meio da povoação. Ao norte, a Cruz do Patrão e adiante o forte de S. Jorge ou de Terra, fronteira do forte do Mar, a caminho de Olinda.

Com a ocupação holandesa, no século XVII, é no ‘Porto dos Arrecifes’ que o conde João Maurício de Nassau Siegen, com seu grande espírito administrativo e sensibilidade artístico-cultural, marca presença erguendo, na Ilha de Santo Antonio, sua cidade sonhada, a Mauritzstad.

A fixação dos holandeses se deu com a ocupação da Ilha de Antonio Vaz, hoje bairro de Santo Antonio, onde se implantou um plano urbano cujo traçado urbanístico foi considerado, na época, como um dos mais avançados das Américas. O traçado geométrico era regular, compatibilizava-se com a topografia e os cursos d’água e os quarteirões eram dotados de amplos espaços cívicos, com suas construções mais importantes voltadas para os rios que valorizam o perfil aquático da cidade (RECIFE, Atlas Ambiental, 2000, v. 02, p. 13).

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 63 - Mapa do Brasil com as Capitânicas Hereditárias esboçadas. Fonte: GALINDO & MENEZES, 2003, 8.

Foram essas instalações, a princípio, ‘alguns armazéns em que os mercadores agasalhavam os açúcares’, ‘algumas casas dos oficiais da Ribeira’, algumas palhoças dos homens a serviço do mar: carregadores, marinheiros e pescadores. E assim formou-se, sobre os areiais da península, esgueirada entre o rio e o mar, uma pequena aldeia conhecida pelo nome de O povo ou a Povoação dos Arrecifes, ou ainda, Ribeira Marinha dos Arrecifes. Povoação criada para servir ao porto e, portanto, como uma consequência direta de sua atividade específica, com sua vida e seu futuro indissolivelmente ligados à vida do porto.

Que o principal objeto das doações (das capitânicas) consistia em promover a agricultura, com evidência resulta da cláusula das sesmarias, essencial nas cartas de concessão. Por elas, procurava-se, como na mãe pátria, alargar o terreno cultivado e prender ao solo o lavrador (CASTRO, 1957, p. 224-225, 227).

No interior desta planície, estabeleceram-se os primeiros engenhos, assim como nas proximidades de outros rios da Capitania, como os engenhos de Itamaracá, Igarassu, e outros no litoral sul. Datas de terra doadas por esse primeiro administrador, cujo produto vai dar lucros enormes, atizando a cobiça de outros povos, como os holandeses e os judeus de diversas procedências, que vão debandar para essas terras.

Ainda no século XVII, com a chegada dos primeiros colonizadores, são fundadas três vilas, cujos locais de assentamento se dá em três estuários na costa, seguindo os preceitos portugueses da época sobre a fundação de vilas: áreas protegidas por colinas, facilmente defensáveis, terras férteis e próximas ou na beira da água. Assim nascem as vilas de Santa Cruz, de Nossa Senhora da Conceição, a Villa d’Olinda e os povoados do ‘Recife de navios’ (hoje bairro do Recife) e de Nazaré (hoje Cabo de Santo Agostinho). Vilas compostas por freguesias.

Na região que corresponderia às capitanias de Pernambuco e Itamaracá – criadas em 1534, destacavam-se, nesses primeiros tempos, três portos naturais estuarinos protegidos por arrecifes: a enseada de Suape (estuário dos rios Ipojuca, Massangana e Tatuoca), junto ao promontório do cabo de Santo Agostinho; o estuário dos rios Capibaribe, Beberibe e dos Afogados (a grande planície central), entre a colina histórica de Olinda e os montes Guararapes; e o estuário de Itamaracá/Igarassu, rio de Santa Cruz, linha divisória leste-oeste entre as duas capitanias.

Em elevações contíguas a esses sítios estuarinos, colinas estrategicamente escolhidas para o domínio da paisagem e do ilimitado território, se assentaram as primeiras vilas e povoações desse trecho do litoral brasileiro: a vila de Santa Cruz (atual Igarassu); a vila de Nossa Senhora da Conceição, capital da capitania de Itamaracá (atual Vila Velha); a Villa d’Olinda (ou Marin d’Olinda), capital da capitania de Pernambuco – a nova Lusitânia, cuja jurisdição abrangia então o porto e povoação do Recife dos Navios; e, no promontório do cabo de Santo Agostinho, a fortaleza de Nazaré. Foram esses os núcleos originais, os primeiros marcos da colonização, do povoamento e defesa do litoral – pontos ‘brilhantes e quentes’ da atual constelação urbano-metropolitana da região do Recife.

Documento holandês de 1638 revela que a capitania de Pernambuco, há oito anos conquistada pela Companhia das Índias Ocidentais, estava então dividida em quatro jurisdições, onde as duas principais eram a da câmara da cidade de Olinda (ainda capital de Pernambuco) e a da vila antiga de Igarassu (a mais antiga de todo o Brasil); a terceira era a da Vila Formosa de Serinhaém; e a última (que não tinha câmara) se estendia do sul de Serinhaém até o rio São Francisco. Com denominação abrangendo o amplo território definido pela Carta-foral de 1537, a cidade de Olinda estava então (em 1638) integrada por sete freguesias (indicadas do sul para o norte): Pojuca, Cabo de Santo Agostinho (com a povoação de Santo Antônio do Cabo), Santo Amaro do Jaboatão, Muribeca, Várzea (aqui incluídas as povoações da planície e o porto do Recife), São Lourenço e o próprio núcleo (histórico), isto é, a Villa de Marin d’Olinda. E a capitania de Itamaracá tinha como capital a cidadela agora denominada Schkoppe.

Esse grande e rico território estruturava-se a partir dessa rede embrionária de lugares (9 vilas e povoações e 95 engenhos), orientados e convergindo para a capital e cidade-porto, e se conectando pela rede hidrográfica da planície central, ao longo e pelas travessias dos rios Beberibe, Capibaribe e dos Afogados, e por uma incipiente malha de estradas e caminhos de terra, que foram se consolidando, muitos deles coincidindo com os grandes eixos viários da metrópole atual⁴.

Figura 64 - Formação da Região do Recife no século XVII: três estuários situados na costa da Capitania de Pernambuco, selecionados para edificação das primeiras vilas e suas igrejas. Fonte: SANTANA, Geraldo. Três décadas de metrópole. In: REYNALDO, 2005, p. 24. ISBN 85-9959-001-4.

4. SANTANA, Geraldo. Três décadas de metrópole. In: REYNALDO, 2005, p. 24-25. ISBN 85-9959-001-4.

Figura 65 - Formação da Região do Recife no século XVII: antigos núcleos, vilas, povoados, fortes e engenhos. Fonte: SANTANA, Geraldo. Três décadas de metrópole. In: REYNALDO, 2005, p. 25. ISBN 85-9959-001-4.

A Vila de Olinda é eleita para ser a sede da Capitania, baseada e, algumas características espaciais, proximidade com os negócios e favorabilidade político-administrativa.

Nessa perspectiva e abrangência regional, precocemente 'metropolitana', pode-se entender que Olinda não nasceu apenas no topo da mais alta colina, onde se edificaram a torre-castelo (a sede do poder), as primeiras igrejas e conventos e os mais representativos edifícios senhoriais. Também na planície, nos seus melhores e mais elevados recantos, nas áreas de contato entre planície e colina, junto aos varadouros, nas proximidades e no encontro da águas, a salgada e a doce - lugares de integração entre o navio, o barco, a canoa e o carro de boi, simultaneamente implantaram-se outros equipamentos e atividades. Tudo se interligando por primitivos caminhos e cursos navegáveis, que iam se organizando e estruturando segundo espontâneos e racionais traçados, adaptando-se e modelando o novo relevo e a nova paisagem.

No Recife esboçaram-se dois eixos paralelos norte-sul, contíguos à praia, ligando os dois núcleos originais complementares. Eixos que coincidiam com estruturas naturais singulares: um istmo (recife de terra arenosa) e um rio (o Beberibe) foram as primordiais linhas que uniram os desejos de comunicação entre o Recife e Olinda ainda na sua origem. Ribeiras do mar ou vias costeiras que já prenunciavam a incipiente vocação metropolitana', pelos fluxos e evidente complementaridade funcional entre os dois pólos. Embriões das duas cidades irmãs, cidade bipolar, metropolitana (Ibidem, p. 26).

3.2. Sua história urbana de ocupação

Os holandeses e os engenhos

A história do Recife começa a tomar forma, de fato, a partir da invasão holandesa e da implantação de seu plano urbanístico e de negócios. A situação espacial do Recife vai ao encontro das características físicas de seu território, e o ouro branco atinge altos rendimentos na bolsa de valores internacionais. Não demora para que a grande empresa da época – A Companhia das Índias Ocidentais – financiasse empreendimentos vários nessas terras.

O porto prosperou. Consequência direta da prosperidade da Capitania: cortava-se nas matas muito pau-brasil e fabricava-se, nas várzeas, muito açúcar. Nenhum povo tinha até então associado tão intimamente o espírito mercantilista ao militar, como o fizeram os holandeses do século XVI e XVII. As grandes cidades que eles fundaram ou desenvolveram ao máximo, no começo da Idade Moderna, denotam sempre, em sua situação geográfica, a associação do fator militar e do fator econômico, agindo como determinantes na escolha do seu sítio.

Desta forma, tendo a missão de se firmar bem nesta posição estratégica e de aí criar uma verdadeira base naval ao lado da feitoria comercial, os holandeses não podiam deixar de escolher, para sede do seu governo senão uma área de terreno ao nível do mar, e bem junto ao porto, e não nas distantes e íngremes colinas de Olinda. A primeira razão está no simples fato de tratar-se de uma ilha. As ilhas sempre fascinaram os holandeses como bases naturais onde levantar cidades, por lhes pouparem o esforço de cavar fossos defensivos em todos, ou, pelo menos, em alguns dos lados dos seus núcleos urbanos. Antonio Vaz era uma ilha colocada estrategicamente entre os dois rios – o Capibaribe e o Beberibe – em cujos vales prosperava maravilhosamente a indústria do açúcar, cujo produto descia em barcas por seus leitos navegáveis, e estuada em frente ao porto natural, abrigado, a curta distância dos arrecifes. Com a sua técnica de abrir canais, de construir diques, de aterrar charcos, os holandeses sentiam-se capazes de transformar facilmente o pântano de Antonio Vaz num jardim semeado de palácios e assim foi planejada a nova cidade (CASTRO, 1957, p. 243, 248-249, 251, 253-254., 265, 271).

Somando-se ao fato de não conseguirem impor-se na sede da capitania, e nem ter suas ordens obedecidas, os holandeses incendiaram Olinda, causando enorme déficit habitacional para a aldeia do Recife, agravado pela população crescente que chegava nos navios. Num primeiro momento ascendem em altura alguns casarões do Recife, mas isto não resolve os problemas. Urge então a ocupação espacial de um outro trecho, uma expansão da cidade, que volta-se então para o plano urbanístico traçado pelos holandeses, previamente à ocupação da Ilha de Antonio Vaz. Por outro lado, o material de demolição das casas incendiadas serviu de material de construção da Nova e Velha Maurícia, nomes dados aos dois novos bairros propostos por um plano diretor que organizará a vida da Aldeia do Recife, até então quase desabitada. Vieram de Olinda inclusive as pedras de lioz que serviram a uma espécie de deque do Palácio de Friburgo.

Antonio Vaz era uma ilha colocada estrategicamente entre os dois rios – o Capibaribe e o Beberibe – em cujos vales prosperava maravilhosamente a indústria do açúcar, cujo produto descia em barcas por seus leitos navegáveis, e situada em frente ao porto natural, abrigado, a curta distância dos arrecifes – numa situação verdadeiramente ideal.

Com a sua técnica de abrir canais, de construir diques, de aterrar charcos, os holandeses sentiam-se capazes de transformar facilmente o pântano de Antonio Vaz num jardim semeado de palácios e assim foi planejada a nova cidade. Outro fator que muito contribuiu para a fixação do sítio de localização da cidade naquela ilha foi a presença, no seu subsolo, de água para seu abastecimento. A água de consumo do Recife tinha que ser transportada de Olinda, de forma que a sua presença em Antonio Vaz significava uma grande comodidade.

Aprisionavam o elemento líquido numa rede de pequenos canais, indo ao extremo de dispô-los geometricamente como para melhor impor à água a marca da vontade humana. No canal principal, com largura de 30 metros, entroncavam-se dois outros, em pontos diferentes, ligando-os ao Capibaribe e ao Afogados. Estes canais drenavam a ilha pantanosa e serviam de meio de transporte. São canais de circulação, grandes artérias da cidade, semelhantes aos existentes na Holanda. As construções distribuem-se nos dois lados do canal, não existindo propriamente ruas, mas canais urbanos [...].

A área da cidade Maurícia abrangia as terras da ilha, situadas entre o Forte Ernesto, ao Norte, e o Frederico Henrique, ou das Cinco Pontas, ao Sul, terras que, por se apresentarem primitivamente sujeitas a inundações periódicas são representadas em gravura da época com a denominação de 'Paludes' (pantais) (CASTRO, 1957, p. 243, 247).

Os holandeses, ao perderem Olinda, a incendiaram, e tratam de assegurar a vila do Recife. Esta porém, é de um traçado inconcebível para a axialidade a que estavam acostumados. Ainda pensaram em estabelecer a sede na Ilha de Itamaracá,

Figura 68 - Monumentos e curiosidades da Guerra Holandesa em Pernambuco: 1630-1654. Est. Gráfico Dreschler & Cia. Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Fonte: Museu do Estado, Recife, PE.

mas ficava difícil o transporte de mercadorias que chegavam pelos navios no porto (uma vez que não comiam praticamente nada da terra). Somado ao acesso a água potável, além de outros fatores, decidem optar pelo Recife, que não suportará a demanda populacional.

Surge a Cidade Maurícia, em homenagem ao Conde Maurício de Nassau, governador e representante da casa real de Orange dos Países Baixos, que tem como missão chefiar e render lucros à Companhia, da qual era funcionário. O porto prosperou. Consequência direta da prosperidade da Capitania: cortava-se nas matas muito pau-brasil e fabricava-se, nas várzeas, muito açúcar.

O governador holandês pretende melhor utilizar a velha Ilha de Antonio Vaz, diante do que, à luz de cidades européias, era o caos a aldeia Recife. Por mais que procurasse melhorar as condições de tal aglomerado urbano, ele era viciado, segundo a visão holandesa, de nascimento: as características da península e a forma prática de ocupação urbana portuguesa, levou àquele simples traçado axial, vinculado a um princípio extremamente simples e comum, sem grandes recursos eixo-igreja-passagem para a ilha; ruas ortogonais ao eixo diretor e este se encurvando por força da forma da península. Não se podia muito fazer em termos de ampliação, ou redesenho urbano, as condições anteriores o impediam, quando associadas ao mar e ao rio. Os judeus conseguiram, aterrando o rio, construir uma rua, que prolongou aquele eixo determinando aquela Porta da Terra, mas ousar além disso era bastante oneroso.

Não foi apenas um projeto de ampliação do existente, mas, na verdade um plano diretor que se voltava para a organização de toda uma área habitada (MENEZES, José Luiz, apud TEIXEIRA, 2000, p. 124-125)⁵.

O plano urbanístico

Preocupado com as ligações entre as diversas partes da cidade, o arquiteto, aproveita do desenho do Recife, a aldeia, a linha eixo, existente, virtualmente, na parte mais alta da terra seca, que vem desde o istmo de Olinda, seguindo aquele caminho natural entre a Vila e a Aldeia, e termina naquele ponto de partida da balsa, que atravessa para a ilha de Antonio Vaz, e a prolonga, a interligando, passando pela ilha, com a banda da Boa Vista, criando então, assim, novas ruas por sobre o rio, as duas pontes.

Com relação a aldeia, o gesto é resultante da primeira ocupação da península, natural e eficiente. No que se refere ao lado da ilha, ele a divide em duas partes, ao se fixar no centro daquele antigo Groot Kwartier e nele definir, em forma de um quadrado, figura geométrica perfeita, a praça d'armas, núcleo básico da organização da parte mais antiga daquele espaço ocupado anteriormente. A praça então definida, que chegou aos nossos dias (Praça do Diário de Pernambuco) guarda relação direta com aquelas das Ordenações Filipinas, embora se vincule a um novo uso, onde não se encontra presente, qual nas cidades espanholas, palácios e igreja. [...].

A ilha de Antonio Vaz, no trecho considerado entre o Forte Ernesto, incluindo o Grande Alojamento e a fortificação de Cinco Pontas, é definida, em termos de parcelamento urbano, à maneira de nova Amsterdão, aquela dos planos de 1590 e 1612: um longo canal divide a ilha em duas partes e dos dois lados quadras são dispostas onde, de espaço a espaço, pontes ligam as duas bandas. Toda a parte central da nova organização do solo é protegida, ainda tendo por modelo aqueles traçados de cidades fortificadas, por um longo trecho com fosso e muralha. O conjunto novo se liga à antiga fortificação que envolvia o convento, o Forte Ernesto, e as duas áreas, a antiga e a nova se separam por meio de grane fosso (Ibidem, p. 126).

O plano a princípio dá certo e a cidade vai conhecer enormes obras físicas, avalizadas pelo carisma de seu governador. Contemplará não só o traçado das ruas, das quadras e edificações, com seus gabaritos, usos e passeios, mas também dará muita atenção a fossos, canais, pontes, portas, cais, praças, espaços livres, arborização, enfim tudo o que volumetricamente compunha este espaço.

Mauritsstad logo se transformou num verdadeiro centro urbano, parecido com uma cidade européia. As ruas foram calçadas com tijolos e ganharam nomes holandeses (Heerstraet, Zeestraet, Pontstraat). Duas grandes pontes foram construídas sobre o Capibaribe, ligando a cidade ao continente. Áreas alagadiças foram drenadas para garantir o traçado regular das ruas. Abriram-se canais e construíram-se pequenas pontes. Nesses canais entravam canoas e barcos maiores para transportar pessoas e mercadorias, como nas cidades holandesas à beira-mar. Nos dois palácios que construiu para si mesmo, Nassau mandou plantar um jardim botânico com árvores e plantas nativas da mata brasileira. Aves e animais foram reunidos num grande zoológico. Pouca coisa sobrou da Maurícia no Recife de hoje (PUNTONI, Pedro, apud RECIFE, 2000, v.03, p. 20-21)⁶.

5. MENEZES, José Luiz. A cidade do Recife – urbanismo lusitano e holandês. In: TEIXEIRA, Manuel (org.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 97-2241-1209.

6. PUNTONI, Pedro. A guerra dos holandeses. In: RECIFE, Prefeitura Municipal. **O Recife**: histórias de uma cidade. Recife: Jornal do Commercio, BCP Telecomunicações, 2000, v. 03, p. 20-21. .

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 69 - Planta da Cidade Maurícia, século XVII. Fonte: MELLO, 2007, s/p.

Figura 70 - Planta do Recife no século XVII. Fonte: MELLO, 2007, s/p.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 71 - Planta da Recife em 1648, sobreposta a uma planta do bairro do Recife do século XX. Referência: C. B. Golijath. Fonte: MENEZES, 1988, p. 27. ISBN 85-7019-172-3.

Figura 72 - Planta da nova e velha Maurícia em 1631, sobreposta a uma planta dos bairros de Santo Antônio e São José do século XX. Referência: A. Drewisch. Fonte: MENEZES, 1988, p. 53. ISBN 85-7019-172-3.

Figura 73 - Planta da Boa Vista em 1740-1760, sobreposta a uma planta do mesmo bairro do século XX. Referência: Planta Genográfica. Fonte: MENEZES, 1988, p. 87. ISBN 85-7019-172-3.

O eixo virtual existente desde a aldeia do Recife é aproveitado no plano de 1639 para dar continuidade a sua ligação com as demais partes da cidade: a Ilha de Antonio Vaz e a Boa Vista, através de pontes sobre o rio. A Ilha de Antonio Vaz é dividida em duas partes, tendo como núcleo central uma praça quadrada, a Praça de Armas, projetada para ser o mercado da Ilha, no local da atual Praça da Independência. O Plano Urbanístico holandês (1639) definido a partir da fortaleza das Cinco Pontas compreende ainda o atual bairro de São José, chamado Nova Maurícia onde se fez construir casas para uma classe de menor poder aquisitivo e para o comércio popular, atendendo-se às necessidades de defesa, de parcelamento do solo e de drenagem. A concepção geométrica admirável do plano holandês reflete-se no equilíbrio e na proporção entre os elementos. E apesar de ter sofrido algumas modificações no sentido de viabilizar a implementação do plano sendo diminuído o tamanho das quadras, mantém-se o traçado original.

A forte relação com a paisagem e as definições precisas e objetivas do Projeto Urbanístico holandês de 1639, repercutiram na sua permanência até hoje nas ruas dos bairros de Santo Antônio (a Velha Maurícia) e de São José (a Nova Maurícia). A permanência da estrutura urbana definida no Plano Urbanístico holandês pode ser indentificada até hoje no tecido urbano da área de ocupação inicial da cidade, mesmo que alguns dos seus elementos paisagísticos tenham sido destruídos, a exemplo do canal central que foi aterrado, transformando-se em rua, dois canais que se cruzavam na área onde foi construída a Igreja de N. S. do Livramento dos Pardos, algumas praças, arcos e pequenas fortificações (ALMEIDA, 2005, p. 61).

Os mercados

Os mercados também definiram espaços públicos na estrutura urbana. Neste período, há o registro de vários deles, tais como o mercado do Peixe, no local do atual Mercado de São José, o do Recife, o da Carne, o das Verduras, o primitivo Mercado Velho no pátio do Corpo Santo e o Mercado de Escravos na rua dos Judeus, atual rua do Bom Jesus. No entanto, a localização exata da maioria deles não se guardou, sabendo-se apenas a localização do primeiro mercado citado, que permaneceu ao longo do tempo, sendo construído no seu local o Mercado Grande, atual Mercado de São José, no século XIX, que deu lugar à Praça do Mercado, atual Praça Dom Vital (MELLO apud ALMEIDA, 2005, p. 58)⁷.

As praças, os cais e pontes

Em 1644, duas grandes pontes foram construídas: uma ligava a povoação do Recife (atual Bairro do Recife) à Cidade Maurícia (hoje bairro de Santo Antônio), com 259 metros de comprimento, e outra ligando a cidade Maurícia ao continente, onde hoje está o bairro da Boa Vista, medindo 318 metros.

Sem os velhos portais, a cidade do Recife conta hoje com sete grandes pontes na região central, três delas ligando a antiga península ao bairro de Santo Antônio: a Ponte 12 de Setembro (chamada Giratória), a Maurício de Nassau e a Buarque de Macedo. As outras quatro ligam o bairro de Santo Antônio ao da Boa Vista: são as pontes de Santa Isabel, Duarte Coelho, da Boa Vista (conhecida como Ponte de Ferro) e a Ponte Velha (06 de Março) (MARINHO, Geraldo, apud RECIFE, 2000, v. 03, p. 20, 24)⁸.

As portas e os arcos

O acesso ao Recife holandês se dava através de três portas: a 'Lantpoort', ou porta da terra, a 'Pontpoort', porta da balsa, e a 'Waterpoort', a porta do mar. Na primeira, localizada no extremo norte da ilha, no caminho de Olinda, foi construído posteriormente o arco do Bom Jesus, localizado na rua de mesmo nome, onde aproximadamente se encontra a praça Voluntários da Pátria, atual praça Artur Oscar.

A segunda porta dava acesso à balsa que ligava o Recife à cidade Maurícia, próximo à ponte que fora construída por Nassau. E a terceira situava-se no desembocadouro que dava acesso à fortificação, próximo à atual Praça Alfredo Lisboa. Dois arcos, o Arco de Santo Antônio (1643-1917) e o Arco da Conceição (1645-1913), foram erguidos, um em cada extremidade da ponte, proporcionando segurança e controle da cidade (ALMEIDA, 2005, p. 59).

Os fortes

Um sistema de fortes protegia a aldeia do Recife e a Cidade Maurícia, fortificações de maior e menor tamanho, interligadas e estrategicamente posicionadas (figuras 69 a 73). Na ilha do Recife havia os fortes de São Jorge, do Brum, um no istmo - o do Buraco, e ainda o do Picão nos arrecifes, na entrada da barra (figura 65).

Mais atrás, na ilha de Antonio Vaz, havia o Forte das 5 Pontas ao sul, e outro grande ao lado do Palácio de Friburgo, próximo à cabeceira da ilha - o Forte Ernesto. Fora outros menores que protegiam ainda numa linha mais atrás. Havia fossos e canais que cercavam esses fortes, além de um observatório em uma das torres do palácio, que abrigava um farol visível no mar a várias milhas de distância da costa.

7. MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. Recife: Massangana, 1987, p. 112.

8. MARINHO, Geraldo; ALMEIDA, Magdalena. A cidade, suas pontes e portais. In: RECIFE, Prefeitura Municipal. **O Recife**: histórias de uma cidade. Recife: Jornal do Commercio, BCP Telecomunicações, 2000, v. 03, p. 24.

Figura 74 - Mapa do Recife, de 1918, com possível sobreposição do mapa de C. B. Golijath de 1648. Fonte: MENEZES, José L. Mota. In: TEIXEIRA, 2001, p. 132.

Figura 75 - Mapa da velha e nova Maurícia - interpretação a partir do mapa de Golijath e dos atuais bairros de Santo Antonio e São José. Fonte: MENEZES, José L. Mota. In: TEIXEIRA, 2001, p. 134.

107

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 77 - Estudante em seu estúdio. Oleo sobre tela. Ao fundo, Carta do Recife de 1648, de Cornelis B. Golijath. M. E. Spliethoff den Haag Col. Fonte: GALINDO & MENEZES, 2003, p. 18.

A povoação do Recife vista de Mauritsstad, atual bairro de Santo Antonio.

Figura 78 - A povoação do Recife vista de Mauritsstad, atual bairro de Santo Antonio. Fonte: RECIFE, 2000, v. 03, p. 17.

Figura 79 - Vista da área do Forte Príncipe Guilherme ou dos Afogados, no Recife. Coleção Instituto Ricardo Brennand. Fonte: LAGO, 2003, p. 61.

Figura 80 - Vista do Recife, baseada em desenho de Frans Post, 1645. Coleção Instituto Ricardo Brennand. Fonte: LAGO, 2003, p. 64.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 81 – Palácio de Friburgo, construído pelo Conde Maurício de Nassau (1641-42) no extremo norte da ilha de Antonio Vaz, às margens do rio Beberibe. Imagem antiga colorida artificialmente. Fonte: Recife antigo por Eduardo Camões. Art Collection Editora. Disponível em: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco/ec_friburgo.jpg>. Acesso em: jan.2011.

Figura 82 – Planta do Palácio de Friburgo e de suas dependências, com o pomar, o horto e o jardim zoológico. Gravura publicada no livro de Barleu e provavelmente baseada em desenho de Frans Post. Coleção Instituto Ricardo Brennand. Fonte: LAGO, 2003, p. 75.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 83 - Arcos da Conceição e de Santo Antonio, já demolidos. Fonte: CYSNEIROS, Jäder de Alemão. De férias no Recife e refletindo ... In: Revista Algo Mais, Recife, agosto 2010, n. 53, p. 30-31.

Figura 84 - Localização das portas e palácios do Recife no período holandês. Imagem de fundo: mapa dos espaços livres da Região Político-Administrativa 1 - Recife. In: SÃ CARNEIRO & MESQUITA, 2000, p. 41. Fonte: BARROS, 2009, p. 99.

Os palácios e jardins

Nassau chega após sete anos da conquista inicial, em 1637, e vai permanecer por sete anos nessas terras. Neste espaço de tempo, vai residir em três locais da Ilha de Antonio Vaz, sendo o mais destacado o Palácio de Friburgo, que termina de ser construído em 1642. Pouco tempo teve de moradia aí, mas seu traçado e jardins ficaram para sempre na história desta cidade. Além de abrigar suas primorosas coleções de objetos, pinturas, madeiras, e tudo de mais exótico destas terras, abrigou um observatório astronômico, e imensos jardins com inúmeras espécies de animais e vegetais, além de espelhos d'água e tanques de peixes, que porventura poderiam alimentar seus súditos.

Extensas alamedas de coqueiros, estrebaria, cisnes, aves, canteiros diversos, local de passatempos, festas e beberetes estamparam para sempre este local como sendo o local da sede do Palácio do Governador, cuja Praça da República é, ainda hoje, o maior espaço verde do bairro de Santo Antônio.

Local aprazível, na ponta da ilha, estrategicamente posicionado, resguardado da cidade, protegido pela aldeia do Recife mais à frente, e com vistas deslumbrantes para todos os lados.

O Palácio da Boa Vista era um pouco menor, situado na velha Maurícia, na junção da rua da praça de armas com o rio mais à frente. (como pode se observar nos mapas do Recife e de Antonio Vaz reproduzidos do livro *Tempo dos Flamengos* – figuras 69 e 70).

Os engenhos

Enquanto a Cidade Maurícia e o Recife viviam seus dias de glória, construções e remodelações urbanas, no interior da planície recifense prosperavam os engenhos. Segundo as memórias do capitão Duarte Coelho, no ano da invasão holandesa (1630), havia 16 moinhos ou engenhos de açúcar, cuja produção descia o rio em batéis, espécie de barcos achatados, para serem guardados e comercializados no porto do Recife. A localização desses engenhos era condicionada à proximidade do rio, quase sempre o Capibaribe (por vezes também o Beberibe), pois além do embarque também se necessitava de água para a produção de cana-de-açúcar. E força braçal para todo o processo de plantio e colheita.

São eles: São João (1), Santo Antônio (2) e o do Meio (3), o S. Francisco (4), S. Brás (5) e S. Sebastião (6), que tomou depois o nome de Curado, Torre (7) ou Marcos André, S. Paulo (8), Madalena (9) ou Mendonça, Apipucos (10), Monteiro (11), Santos Cosme e Damião (12), Casa Forte (13), então chamado Dona Ana Paz, Beberibe (14), Jiquiá (15) e o de Ambrósio Machado (16), que estava situado entre o engenho Madalena e o atual do Cordeiro (CASTRO, 1957, p. 264).

Engenhos que se pode observar, embora em numeração minúscula, na figura 67, referente ao período holandês, panorama do Recife na época. E engenhos cuja produção os holandeses nunca souberam administrar, apesar do olho em seus lucros, o que terminou, junto a outros fatores, por minar e sucumbir seu domínio. A localização desses engenhos, entretanto, influenciará decisivamente a direção da expansão futura da cidade, além do próprio parcelamento dos futuros bairros que daí descenderão, como os da várzea do Capibaribe, entre eles os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte. Os bairros de Apipucos e Dois Irmãos derivam do Engenho Apipucos, que mais tarde derivará de suas terras o Engenho de Dois Irmãos. O bairro do Monteiro deriva do engenho de mesmo nome. E os bairros de Casa Forte, Poço da Panela, Santana e parte de Parnamirim derivam do antigo Engenho de Casa Forte. Ou seja, há quatro séculos a paisagem se remodela, porém o parcelamento urbano se mantém o mesmo. E isso também faz parte da força e pujança dessa área na constituição e expressão espacial e cultural do Recife.

Engenhos deixarão, também, como herança parte de seus equipamentos, a igreja e a casa grande. Quando não a estrutura física propriamente dita, pelo menos marcada a sua localização. Assim é em Apipucos, com a localização da sua igreja e possivelmente parte da senzala a seu lado, no topo da colina. No Monteiro não ficou nada de pé, sabe-se apenas que à antiga localização da casa grande hoje corresponde um grupo escolar. Em Casa Forte o local da casa grande é hoje um colégio e a seu lado permanece a igreja, se não a mesma, na mesma localização. Em todos estes casos, os pátios frontais ao templo constituem hoje uma praça, um espaço vegetado.

3.3. A expansão urbana em direção ao interior da planície

Por 24 anos, entre 1630-1654, os holandeses foram senhores destas terras. Os motivos da queda foram vários, os locais das batalhas também, até que se rendessem e partissem, não sem antes destruir o que havia de mais belo em suas obras, como os jardins de Friburgo. Ficaram o traçado urbanístico, algumas residências, que pouco a pouco foram sendo remodeladas ao gosto português e o desenho das quadras e das ruas, que parece permanecer⁹.

Após a expulsão dos holandeses, as intenções urbanas voltam-se sobretudo para a construção de igrejas e conventos, que passaram a ser erguidos com maior monumentalidade. Seus adros e pátios¹⁰ são interligados por ruas estreitas e tortuosas, característicos da estrutura urbana portuguesa, porém sem uma intenção pré-concebida de articulação entre eles.

A maioria das igrejas foi construída entre os séculos XVII e XIX, sendo geralmente guarnecidas por um pátio, quase sempre desprovido de vegetação, o que caracteriza até hoje este tipo de espaço público. A construção desses pátios e de suas igrejas ocorreu paulatinamente neste período, sendo localizados geralmente em terras ou ruínas de antigas edificações holandesas que foram sendo doadas às irmandades. Por exemplo, a igreja e o pátio de N. S. do Pilar erguidos sob os alicerces do antigo Forte João que fora doado em 1679 e do pátio e Igreja de N. S. do Carmo, construídos sob um vasto coqueiral onde estavam as ruínas do antigo palácio da Boa Vista, construído pelos holandeses, doado em 1675 aos carmelitas. Enquanto que a basílica de N. S. da Penha foi construída em 1656 numa área doada que convergia para o largo do Mercado, onde foi também que se construiu o atual Mercado de São José. Portanto, os espaços públicos criados nesse período, que vai do retorno luso-brasileiro até fins do século XVII são basicamente os pátios que se formaram diante das igrejas.

Neste sentido, observa-se que não houve um planejamento prévio para a localização das igrejas e dos seus pátios, apesar de ser identificada uma relação entre os pátios, as igrejas, sobretudo daqueles que compõem o bairro de São José, onde as igrejas estão situadas em maior número.

Após a restauração luso-brasileira, os arcos passaram a desempenhar também função religiosa, celebrando-se as festas de seus padroeiros – a do arco de Santo Antônio em junho e a de N. S. da Conceição em dezembro. Portanto, os arcos, que primitivamente definiam os limites da cidade, passaram a funcionar como elementos de conexão entre os bairros, promovendo a sua orientação, além de desempenharem a função religiosa e de definirem as entradas da cidade (ALMEIDA, 2005, p. 62, 63, 64, 97).

Desde a saída dos holandeses, Olinda não consegue mais se impor política e economicamente, cedendo ao Recife a sede do poder, culminando com a Guerra dos Mascates, tendo seus comerciantes atingido os objetivos.

9. Estudos já foram feitos nesse sentido, de confrontar plantas atuais ao traçado da época da Cidade Maurícia. E muito ainda está por vir, através de pesquisas arqueológicas multidisciplinares no futuro. Como sugere o prof. José L. M. Menezes, há anos estudando e sobrepondo mapas da época dos holandeses aos mapas atuais dos bairros centrais.

10. Concordando com Erika Audet Almeida, em sua Dissertação sobre a articulação dos espaços públicos nos bairros centrais do Recife, não foi o dela e nem é meu propósito entrar na seara conceitual do que vem a ser um pátio, um adro, um cais, mas na compreensão exercida por estes espaços públicos e no conjunto tipológico a que pertencem, com o intuito de caracterizar seu ordenamento.

Isto porque as denominações pátio, largo e praça muitas vezes são empregadas para designar os espaços públicos, sem que correspondam à tipologia relacionada às funções das edificações que os definem. Por exemplo, o espaço que ladeia o forte dos Matos foi registrado como largo, muito embora as evidências denotem as características de uma praça. O espaço fronteiro ao Mercado Público, atual Mercado de São José, que também envolve a Igreja de N. S. da Penha, foi denominado de Praça do Mercado, apesar das influências diretas das funções comercial e religiosa, o que indicaria a denominação de largo ou pátio. Esta mistura de denominações, que muitas vezes não é constante até para um mesmo espaço público, pressupõe que a agregação de outros usos além daqueles exercidos e propostos pelas edificações pode vir a caracterizar um espaço público. Por outro lado, as outras denominações para os espaços públicos presentes no Recife do século XIX, a exemplo de cais ou trapiche, campo ou campina, não sofreram tanto essa variação. Isso provavelmente deve ter ocorrido porque estes espaços públicos relacionavam-se diretamente a uma situação natural do sítio e aos poucos foi incorporando novas funções que complementaram o conceito, a exemplo de alguns cais que passaram a ser praças com a diminuição do transporte fluvial (ALMEIDA, 2005, p. 105).

Figura 85 - Articulação fragmentada dos espaços públicos nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José. Fonte: ALMEIDA, 2001, p. 125.

ESPAÇOS PÚBLICOS BAIRROS de Santo Antônio e São José		SINALIZADORES DA ARTICULAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	
	ELEMENTOS NATURAIS	ELEMENTOS CONSTRUÍDOS	EDIFICAÇÕES
A- Praça da República	rio, vegetação	ponte, rua, linha de bonde	cívica
B- Praça Barão de Lucena	-	rua	religiosa
C- Praça da Independência (antigo Terreiro dos Coqueiros)	-	arco, ponte, rua, linha de bonde, arborização de rua	comercial
D- Praça Dezesete (antigo Cais do Colégio)	rio	arco, ponte, rua, linha de bonde, nicho de santo	religiosa, portuária
E- Porto das Canoas, atual Praça Joaquim Nabuco	rio	ponte, rua, linha de bonde	cívica
F- Pátio do Carmo	-	rua	religiosa
G- Pátio do Livramento	-	rua	religiosa
H- Pátio de São Pedro	-	rua	religiosa
I - Praça do Mercado, atual Pça Dom Vital	rio	rua, linha de bonde, nicho de santo	religiosa, comercial
J- Pátio do Terço	-	rua	religiosa
K- Praça Floriano (atual Praça da Restauração ou do Pirulito)	-	rua	-
L- Pátio de São José Ribamar	-	rua	religiosa
M - Praça das Cinco Pontas	mar	rua, linha de bonde	defesa
N -Pátio da Matriz de São José	mar	rua, linha de bonde	religiosa
O -Campina do Bodé (local da atual Pça Sérgio Loreto)	rio	rua, linha de bonde	cívica

Tabela 06 – Articulação dos espaços públicos nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, segundo Erika Audet. Fonte: ALMEIDA, 2001, p. 118.

Figura 86 - Expansão urbana em direção ao interior da planície. Fonte: CASTRO, 1957, 256. Nesse mapa, se vê as principais estradas e os caminhos da estrada de ferro rumo ao interior da planície.

Na figura acima, apresentam-se os vários eixos de povoamento do interior da planície recifense, sendo o eixo do rio Capibaribe uma das mais fortes direções tomadas. A aristocrática e longínqua várzea (hoje Conjunto Urbano de Casa Forte) se impõem desde o início, e aos poucos vai se moldando as denominações diversas, como 'subúrbios históricos', mas nunca num sentido de baixa renda ou periferia. E sempre num recatado e depositário de valores e tradições recifenses, que se rebatem até hoje no físico e na alma deste trecho da cidade. Aparecem na figura inclusive alguns nomes de engenhos e povoados que já se encontravam estabelecidos à época.

No início do século XVIII, Recife é elevada à categoria de Vila e o núcleo urbano passa a crescer para além da Ilha de Antonio Vaz, adentrando-se ao continente pela Boa Vista e pelo povoado de Afogados de onde se iniciou a expansão Sul/Sudeste da cidade. Ao final deste século, a população já contava com mais de 18.000 habitantes.

A arquitetura e urbanismo de defesa cedeu espaço a uma estrutura urbana centrada na valorização dos espaços sacros, igrejas e conventos com seus adros e largos, ligados por ruas estreitas e tortuosas, princípios peculiares à formação religiosa portuguesa. Num espaço de tempo de pouco mais de um século foram construídas quase todas as igrejas hoje existentes na cidade.

No século XIX, Recife chegou a superar a capital, Olinda, não só econômica mas também politicamente, sendo elevada à categoria de cidade em 1823 e tendo a sede do governo transferida para o seu território. O crescimento populacional foi vertiginoso cuja população passou de 46.000 habitantes, no início do século, para 116.000 ao final, ocupando mais intensivamente o espaço central da cidade. Implementa-se a estruturação urbana, dando-se início a abertura de ruas, construção de pontes e estradas carroçáveis que passaram a ligar o interior à parte central, além da instalação do sistema de transporte sobre trilhos com o funcionamento de diversas linhas de bonde.

Nessa época, a expansão urbana se dá em direção ao Norte, para Olinda; à Oeste, para Dois Irmãos e Caxangá; e ao Sul, para Afogados e Jiquiá. A conquista do solo se faz à custa de aterros por sobre os rios, mangues e alagados, passando esta a se consolidar como uma prática usual de urbanização. Os antigos engenhos são parcelados em chácaras e sítios que comportaram casas de veraneio, vindo a se constituir mais tarde nos tradicionais bairros da Madalena, Torre, Casa Forte, Poço da Panela, Caxangá, etc. Grandes aterros foram empreendidos de forma lenta e gradual pelo poder público e particulares ao longo do século e a Cidade, que partiu do porto para o interior passa agora a se ampliar de dentro para fora (RECIFE, Atlas Ambiental, 2000, p. 14-15).

Figura 87 – Mapa do Recife em 1870. Fonte: Arquivo Público Estadual. In: MENEZES, 1988, p. 105.

A estrada de ferro, a maxambomba, os ingleses

A cidade necessitava expandir-se, ir além dos bairros de Santo Antônio e São José. As trocas comerciais, os navios a vapor intercontinentais já eram freqüentes. Existia uma nova forma de se portar e de usufruir a cidade. A burguesia já aflorava no Recife. Queria fazer-se representar nos teatros, nos cafés, nos passeios públicos. A cidade precisava se modernizar.

Em meados do século XIX, a vida da cidade continuava concentrada nos seus quatro bairros: o do Recife, o de Santo Antônio, o da Boa Vista e o de São José. O comércio era intenso nos bairros do Recife e de Santo Antônio. [...]

O Recife se expandia, os arrabaldes ganhavam novos moradores. A Madalena, o Poço da Panela, Caxangá, Afogados, Várzea, Beberibe juntam-se ao núcleo básico da cidade. O aumento populacional e da rede territorial da cidade levou à necessidade de se instalarem serviços de transporte coletivo que substituíssem os existentes, que eram muito precários. Em 1867, foi inaugurada pelo Brazilian Street Railway Ltda., a estrada de ferro que ligava o Recife às povoações da Várzea, de Dois Irmãos e de Boa Viagem, com estações espalhadas por numerosos arrabaldes, como a que ainda hoje existe em Ponte d'Uchoa.

A modernização do Recife se dá com a presença de imigrantes – ingleses, franceses e alemães, especialmente – e está associada ao mercado de exportação e importação e à implantação das ferrovias e sistemas de infra-estrutura urbana (RECIFE, 2000, v. 06, p. 46-47).

Foi a época dos avanços nos meios de transporte, e dos melhoramentos dos serviços públicos.

Figura 88 – Mapa do Recife em 1906-1907. Douglas Fox e Whitney. Fonte: MENEZES, 1988, p. 45.

Até a primeira metade do século XIX, os logradouros eram percursos de cadeirinhas e palanquins, bem como de serpentinhas e redes. Além desses, e para maiores distâncias, os cavalos, jericos, burros, mulas, canoas e balsas eram os primitivos meios de transporte utilizados pelos ricos e remediados.

As primeiras diligências ou ônibus surgiram em 1841. Eram de dois andares, com assentos aos lados, comportando 20 passageiros no primeiro plano e outro tanto na coberta, sobre quatro rodas, puxadas por cinco cavalos e dirigidas por competentes 'boleiros', segundo diziam os anúncios do novo empreendimento, introduzido pelo cidadão inglês Tomás Sazl e continuado pelo Sr. Cláudio Dubeaux.

Em 1870 já existiam as maxambombas, onomatopéia do barulho provocado pelo trenzinho quando em marcha, ao mesmo tempo em que existiam 'Carros de Aluguel', que seriam carros puxados por animais. As maxambombas tiveram grande importância para a expansão urbana do Recife, articulando antigos engenhos e arrabaldes. Elas partiam dos bairros de Santo Antônio e da Boa Vista, em direção ao continente, existindo linhas com destino a Olinda, que trafegou até 1914.

A primeira maxambomba, isto é, a Estrada de Ferro de Trilhos Urbanos, foi inaugurada em 1866, até Apipucos, sendo explorada pela Brazilian Street Railway - Companhia Inglesa. Em 1873, foi aberta pela Companhia Trilhos Urbanos do Recife a Olinda e Beberibe, de capitais nacionais, uma nova linha com 12 km de percurso para atender a esses destinos. A sua estação principal se situava no cruzamento da rua Aurora com a Princesa Isabel.

O transporte coletivo chamado 'Bondes de Burros' foi criado pela Companhia Ferro Carril, que em 1871, circulava no perímetro urbano, com tabuletas à frente com distintas cores para facilitar áreas de destino.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

As maxambombas e os Bondes de Burro também iam ceder lugar, como acontecera com as redes, os cavalos, os palanquins e as carruagens. Chegava a vez dos bondes elétricos trazidos pela 'Pernambuco Tramways', que começam a circular na cidade em 13 de maio de 1914. Esses bondes elétricos vão ceder lugar, por sua vez, em meados do século XX, aos ônibus elétricos, cuja circulação em meio a automóveis, tem início em 1960, na cidade do Recife ... (GOMES, 2007, p. 104-105).

A várzea do Capibaribe

Na segunda metade do século XVIII, descobriu-se um outro Capibaribe, aquele dos deliciosos banhos, banhos inclusive com poderes medicinais. Não havia ainda o hábito de ir para as praias e tomar banho de mar. O rio tinha grande poder de atração. Além dos banhos, por ele se faziam mudanças, se passeava de canoa ou de botes, aconteciam as românticas serenatas, costumes que se consolidam no século XIX. O Recife ganhou outros contornos que se iam definindo, criando arrabaldes que se constituem em alternativas, para quem estava exausto dos burburinhos do urbano.[...]

Além da fundação do arraial do Poço da Panela em 1758 e da construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Saúde, depois de 1772, surgiria também a povoação do Caxangá, juntamente com a Várzea, outro marco da expansão do Recife. Sítios e chácaras indicavam novas áreas para descanso e lazer, mudanças nos hábitos, distanciamento do porto [...] (RECIFE, 2000, v. 04, p. 30-31).

Figura 89 - Monumentos e curiosidades do Recife, 1945. Est. Gráfico Dreschler & Cia. Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Fonte: Museu do Estado, Recife, PE.

Com a chegada das companhias de infra-estrutura urbana no Recife, chegam também seus principais funcionários estrangeiros, na sua maioria ingleses e alemães, que influenciados pelas idéias das cidades jardins, vão eleger para residência os bairros da várzea do Capibaribe (Conjunto Urbano de Casa Forte) para residirem, já que em poucos minutos estavam no centro da cidade, através das ferrovias implantadas. Nestes subúrbios podiam acercar-se do verde, cultivar jardins, colecionar flores, borboletas e outros insetos, praticar certos tipos de esportes ao ar livre, nadar, pescar, enfim, viver mais tranquilamente e num ritmo mais lento, exprimindo um padrão e um ideário que vai perdurar até hoje nesses bairros. Mesmo com os contratempos e com a agilidade e rapidez dos dias de hoje, século XXI, é essa a imagem de Casa Forte nos recifenses. A modernidade sopra, porém chega ainda para esse lado com ares aristocráticos e de muito verde. “As vivendas e os palacetes daquela época orientavam-se ainda, denunciando as influências de sua origem, para o rio, com as belas fachadas sempre voltadas para a água. É que a água continuava sendo a grande artéria urbana” (CASTRO, 1957, p. 266). Nem que fosse como cloaca desses banheiros privados. Essa orientação só veio a ser alterada pela ferrovia e depois pelos os ônibus elétricos que vão desviar um pouco a circulação e traçar outros caminhos por terra.

Cidade de ilhas em seu sentido fisiográfico, o organismo urbano do Recife formou-se pela associação ganglionar dessas ilhas de povoamento que, ampliando-se progressivamente, provocaram a formação da massa total de construção urbana. Que foram os engenhos os germes desses centros ganglionares de crescimento, atraídos pela força absorvente da cidade-porto, ou melhor, da direção imposta pelo porto, não se pode ter nenhuma dúvida quando se põe em confronto qualquer mapa antigo da região com a localização dos engenhos, e qualquer mapa atual da cidade com os seus diferentes bairros, trazendo até hoje as denominações dos primitivos engenhos da Torre, da Madalena, da Várzea, de Caxangá, de Cordeiro, de Dois Irmãos, de Apipucos, do Monteiro, da Casa Forte, de Beberibe, de Jiquiá, etc.

Sempre a presença da água, sempre o mar ou os rios – principalmente os rios – dirigindo a sua localização, a sua evolução e a sua direção, enfim, a sua colonização urbana da paisagem.

A cidade cresceu na direção dessas águas em busca dos pequenos núcleos de povoação representados por esses primeiros engenhos. A cidade tomou posse de quase toda a planície do Recife, com a sua forma de leque aberto, com seu sistema radioconcêntrico em torno do porto.

Se os engenhos de açúcar constituíram o fator básico de propulsão e de crescimento da cidade e se os rios orientaram a direção desse crescimento, não constituíram eles, no entanto, fatores exclusivos desse trabalho (...). A própria Companhia das Índias Ocidentais nunca mandou para o Brasil colonos agricultores, criadores de riquezas rurais, mas somente comerciantes, traficantes e soldados, com seus interesses de vida sempre presos à cidade, para bem definir-se esse caráter típico da colonização holandesa (CASTRO, 1957, p. 263-266).

Os batavos ainda vão encontrar na senhora de engenho de Casa Forte, Dona Ana Paes, descendente da primeira doação dessas terras e que viera de Portugal com o capitão Duarte Coelho, uma fiel aliada. O engenho Casa Forte vai ser local de refúgio para as tropas holandesas em várias ocasiões, inclusive na rendição última. Além de atrapalhar as estratégias dos portugueses, que tinham no Arraial do Bom Jesus, situado próximo ao engenho, o reduto de resistência.

Essa é a várzea do Capibaribe. Fértil e lucrativa de um lado, excludente e aristocrática de outro.

3.4. Os primeiros aglomerados/povoados

“... Subúrbios do Recife: velhos, históricos, evocativos, cheios de sombras e recordações. Falando à nossa alma, lebrando um passado viril dos seus coevos habitantes. Tradicionais zonas canavieiras. Desaparecidos feudos açucareiros, com seus velhos senhores de engenho, suas Casas-grandes, Sinhazinhas, senzalas, lamentos de negros nos troncos, fugas de escravos, José Mariano e Dona Olegarinha ... Soldados holandeses ferozes, herejes, assaltando, matando, pilhando, violentando mulheres: As heroínas da Casa Forte. (...)

Velhos subúrbios das tradicionais festas populares. Tratos antigos de doações, sesmarias a colonos de boa estirpe e onde foi forjada a têmpera dos nossos heróis e traçadas as linhas mestras de nossa historiografia. Por cada rua que se passa, em cada praça aonde se pára há sempre um sentimento evocativo, e instintivamente sentimos orgulho do velho Recife quatrocentão: Desajeitada e fedorenta aldeia de pescadores, com suas primeiras casas plantadas com suas pernas de pau dentro das marés ... Velho burgo que hoje, porém, é todo progresso e dinamismo”.

GUERRA, Flavio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1960, p. 180.

Figura 90 - Passagem da Madalena. Litografia de L. Schlappitz. Fonte: FERREZ, 1981, p. 67.

O binômio ‘centro portuário/engenhos’ vai predominar por um longo tempo. De um lado o centro voltado a serviços, comércio, exportação de produtos e até moradias, num espaço físico condensado e recortado pelas curvas das águas dos rios e do mar, e a imensa planície interior salpicada por engenhos e povoados que funcionavam como ‘ganglios’ dessa incipiente malha urbana que começava a se delinear.

Os engenhos, esgotadas as suas possibilidades e extintas as suas lavouras, transformaram-se em sítios ou chácaras, das quais o Recife se orgulhava no correr do século XIX. A água continuava sendo a grande artéria urbana. Se os engenhos constituíram o fator básico de propulsão e de crescimento da cidade, os rios orientaram a direção desse crescimento.

Os elementos judeus, de hábitos enraizados urbanos, chegados em grandes leva, atraídos pela aventura mercantil do açúcar e pelas promessas de grandes riquezas fáceis, comprimiam-se na primitiva cidade do Recife, constituindo-se, por sua desmedida pressão demográfica, um primeiro fator de expansão forçada da cidade.

© Recife visto do Alto da Sé, na ladeira da Misericórdia, Olinda. Litografia de W. Bassler, do século XIX.

Figura 91 - O Recife visto do Alto da Sé, na Ladeira da Misericórdia, Olinda. Litografia de W. Bassler, século XIX. Fonte: RECIFE, 2000, v. 04, p. 25.

Recife – a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas, é também a cidade dos mocambos – das choças, dos casebres de barro batido a sopapo com telhados de capim, de palha e de folha de Flandres. Esses mocambos são construídos, via de regra, nas terras menos valorizadas do Recife, nos alagados, nos mangues, nos terrenos de maré. O fator econômico, as miseráveis condições de vida dos seus habitantes, constituem, pois, um fator de localização de certos bairros da cidade, naquelas áreas inaproveitáveis sem grandes trabalhos de engenharia, para construções de melhor categoria (CASTRO, 1957, p. 227, 243, 248, 249, 265, 271, 272).

E quanto a expansão ulterior, quem bem descreve é o historiador Leonardo Dantas, na apresentação de capa da reimpressão do livro 'Arredores do Recife' de Pereira da Costa:

Primeiro foram os rios Capibaribe, Beberibe, Jiquiá, Pina e Jordão, responsáveis pela formação desta planície quaternária aluviônica. Depois veio o colonizador português que, fundando um ancoradouro, o chamou de Arrecife dos Navios: 'Um porto tão quieto e tão seguro, que para as curvas das naus serve de muro', na descrição da Prosopopeia (1601) do poeta cristão-novo Bento Teixeira, escrita em Pernambuco na segunda metade do século XVI.

Seguiu-se o aparecimento dos engenhos de açúcar. A sua riqueza maior logo veio despertar a cobiça de corsários ingleses, que saquearam o seu porto em 1595. Em 1630, o açúcar produzido pelos seus 121 engenhos desperta a avidez da Holanda, que para isso reuniu uma grande armada, com 65 embarcações e 7.280 homens, financiada pela Companhia das Índias Ocidentais. Durante longos 24 anos eles foram os senhores de Pernambuco, suas marcas, porém, chegaram até os nossos dias quando os habitantes da cidade, ao se referirem à antiguidade de determinada coisa, denominam aquele período de Tempo dos Flamengos.

Do núcleo formado pelo porto a partir de 1537 surgiu o bairro do Recife. Os bairros de Santo Antonio e da Boa Vista só vieram a aparecer no século XVII e o restante da cidade continuou a ser chamado de arredores até o início do século passado.

Por esses e outros motivos, é o Recife uma cidade, no dizer de Gilberto Freyre, de formação notadamente rurbana, visto a sua condição de porto exportador de açúcar produzido pelos engenhos que, a partir do século XVI, estabeleceram-se ao longo da Varzea do Capibaribe. Através de terras não muito distantes, poderemos circular por áreas outrora ocupadas por alguns desses engenhos, cujos nomes se encontram perpetuados, nas denominações dos atuais bairros: Apipucos, Madalena, Torre, Cordeiro, Engenho do Meio, São João da Varzea, Dois Irmãos, Monteiro, Casa Forte, Engenho Uchoa, Jiquiá, Curado, Engenho São Paulo, Ibura, Engenho Poeta, que hoje cercam o centro urbano do Recife.[...] (SILVA, Leonardo Dantas. In: COSTA, 2001, apresentação/capa da reedição).

Figura 92 – Ponte da Boa Vista. Litografia de Emil Bauch, século XIX. Fonte: RECIFE, 2000, v.06, p. 42.

Os ‘arredores do Recife’, os ‘subúrbios históricos’, os ‘arrabaldes’

Três cronistas do Recife, em seus tempos, descrevem e ilustram os arredores, os subúrbios e os arrabaldes do Recife. Cronistas que apresentam alguns povoados em comum (os grifados por mim), outros nem tanto. Pelo menos os da várzea do Capibaribe sim, são os mesmos, o que lhes confere o sentido de gânglios de povoamento, de povoados longínquos em relação ao centro da cidade. Hoje todos bairros.

Francisco Pereira da Costa, autor, entre outras obras, dos Anais pernambucanos, um compendio de vários volumes que se assemelha a uma enciclopédia, descreve os ‘arredores recifenses’¹¹ como sendo : Afogados, **Apipucos**, Arraial, Barreta, Barro, Boa Viagem, **Casa Forte**, Chora Menino, Coelhos, Cordeiro, Curcuranas, Dois Irmãos, Estância, Jiquiá, Imbiribeira, Madalena, Manguinho, **Monteiro**, **Poço da Panela**, Ponte d’Uchoa, Remédios, Tejipió, Torre, Várzea.

Já para Flávio Guerra¹², nos anos 1950-1960, os ‘subúrbios históricos’ eram: **Monteiro**, **Apipucos**, Passagem da Madalena, **Casa Forte**, Jiquiá, Beberibe, Afogados, **Poço da Panela**, Torre, Campo Grande, Estrada dos Remédios, Dois Irmãos, Casa Amarela, Pina, Várzea, Ponte d’Uchoa e Tejipió. Enquanto que as ‘velhas igrejas’ se situavam em sua maioria no centro, e algumas outras nesses subúrbios históricos, tais como: Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Igreja (matriz) da Boa Vista, Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Igreja do Espírito Santo, Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Fronteiras), Igreja (Basílica) de Nossa Senhora da Penha, Capela de Nossa Senhora da Conceição (Jaqueira), Capela de Nossa Senhora da Conceição (João de Barros), Igreja do Bom Jesus dos Martírios, Igreja de Santo Amaro das Salinas, Igreja de São José do Ribamar, Igreja de Nossa Senhora do Terço, Igreja de Santa Cruz, Igreja da Madre de Deus, Capela do Morro da Conceição (Arraial), Igreja de Santa Cecília, Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Bairro de Santo Antônio, Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, Igreja Matriz de Santo Antônio, Igreja de São José do Manguinho, Igreja (Basílica) de Nossa Senhora do Carmo, Igreja (Concatedral) de São Pedro dos Clérigos, Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Bairro da Boa Vista, Igreja de Santa Teresa, Igreja de Santa Rita de Cássia, Igreja do Convento de Santo Antônio, Igreja de São Francisco das Chagas, da Ordem Terceira de São Francisco do Recife, Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

E para F. H. Carls, no ‘**Albúm de Pernambuco e seus arrabaldes: 1878**’¹³, os arrabaldes de Pernambuco, ilustrados em suas célebres litografias, seriam: Afogados, Soledade, Madalena, Estância, Ponte de Uchoa, **Chacon**, Jaqueira, **Apipucos**, Beberibe, Caxangá, Olinda, Santo Agostinho do Cabo, Escada, Paudalho. Litografias que ilustram inúmeras vistas do Recife, em vários pontos da cidade. Algumas ilustram, a seguir, essas páginas e os mapas dos bairros a seguir (figuras 111 a 116 e 118 a 121).

Figura 93 – A alfândega do bairro do Recife. Cromolitografia de Emil Bauch, 1852. Coleção do Príncipe Pedro de Orleans e Bragança. Disponível em : <http://www.longoalcance.com.br/brecife/fotos/ft_brecife_alfandega.jpg>. Acesso em: dez. 2010.

Figura 94 – Igreja do Corpo Santo, já demolida. Fonte: VALLADARES, Clarival do Prado. **Nordeste histórico e monumental**, v. III. Disponível em : <http://www.longoalcance.com.br/brecife/fotos/ft_brecife_igr_corposanto.jpg>. Acesso em: dez. 2010.

11. COSTA, F. A. Pereira, 2001, p. 5-6 (reedição) - grifos meus.

12. GUERRA, 1960, p. 269, 270, grifos meus.

13. BRUSCKY, 2007, índice (reedição do álbum de F. H. Carls) - grifos meus.

As freguesias do Recife

Segundo o 'Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco'¹⁴, de 1910, as freguesias do Recife eram em número de 11: (1) Recife (S. Frei Pedro Gonçalves), (2) Santo Antônio, (3) São José, (4) Boa Vista, (5) Santo Amaro ou Santo Amaro das Salinas, (6) Graças, (7) Afogados, (8) Madalena, (9) Torre, (10) Poço da Panela e (11) Várzea; as quais são descritas em suas páginas, e já transcritas na Dissertação de Mestrado da autora (BARROS, 2002, p. 95-99).

Embora não espacializadas em mapa da época, apresenta-se, aqui, um esboço baseado nas descrições e na tabela do IBGE, de um Recenseamento do Recife no mesmo período (1913); tomando-se como plano de fundo os limites dos bairros atuais. O resultado se pode observar nas imagens que se seguem (figuras 99 e 100). Tal recenseamento revelava um total de 13 freguesias, pois considerava a freguesia de São José com 2 distritos, além da freguesia de Peres ser um distrito da de Afogados (tabela 07).

Freguesias que vão dar origem, anos depois, aos Setores Censitários (figura 122) que, por sua vez, originarão os limites das Regiões Político-Administrativas (RPA's) e os bairros componentes.

Os limites das freguesias centrais: Recife, Santo Antônio, São José, Santo Amaro e parte da Boa Vista, vão constituir exatamente os limites atuais dos bairros de mesmo nome. O que por um lado, reforça a ligação dessa parte da cidade com a denominação de 'freguesias', enquanto que o interior da planície se aproxima das denominações 'subúrbios', 'arredores', 'arrabaldes', hoje todos bairros.

Por outro lado, a própria condição de ilhas por si só já garante a extensão desses limites que, por mais que sofram aterros e/ou supressões, já estão por si só definidos. Embora as pontes e os trechos de água do mar e do rio próximos a estes bairros, também sejam incluídos nos limites desses bairros e assim reconhecidos.

Figura 95 – Casario do bairro do Recife visto da Torre de Malakoff. Em primeiro plano o Largo dos Voluntários da Pátria, atual Praça Artur Oscar ou do Arsenal. Ao longe a Ponte Provisória onde hoje está a Ponte Buarque de Macedo, e mais além a Rua da Aurora e a Assembléia. Fonte: FERREZ, Gilberto. **Velhas fotografias pernambucanas:1851-1890**. Disponível em: < http://www.longoalcance.com.br/brecife/fotos/vf_casario2.jpg>. Acesso em: dez. 2010.

Figura 96 – Rua do Bom Jesus. Litografia H. Carls. Fonte: BRUSCKY, 2007, p. 20.

Figura 97 – Vista do Bairro de Santo Antonio e Ponte da Boa Vista. Fonte: BRUSCKY, 2007, p. 23.

14. GALVÃO, 1910, p. 02-05, 28-31, 47-53, 59-62, 71-77, 169-171, 195-198, 289-293, 373-375, 392-396.

Princesa Isabel

Inaugurada em 1863, foi a primeira ponte em ferro da cidade. Liga a Rua da Aurora, no bairro da Boa Vista, à Rua do Sol, no bairro de Santo Antônio. Depois de um século, a estrutura de ferro foi substituída por concreto armado.

06 de Março

Conhecida também como Ponte Velha, liga o bairro de São José ao Cais José Mariano, no bairro da Boa Vista. A primitiva ponte foi construída nos tempos de Nassau e reconstruída em 1921.

Duarte Coelho

Interliga duas avenidas, a Guararapes e a Conde da Boa Vista. Atendia aos serviços ferroviários, inaugurados em 1868, que se estendiam até o subúrbio de Caxangá. Foi reconstruída em concreto armado em 1943.

Do Limoeiro

Interliga a Avenida Norte ao Gais do Apolo, no bairro do Recife. Datada de 1881, serviu ao trem que saía da velha estação do bairro do Brum. Hoje é de concreto armado.

Da Boa Vista

Concluída em apenas sete semanas, no ano de 1644 a ponte, inicialmente de madeira, já passou por diversas reformas, sendo toda em ferro batido. Está localizada entre as ruas Nova, em Santo Antônio, e Imperatriz, na Boa Vista.

Mauricio de Nessau

Considerada a primeira ponte do Brasil, foi construída, nas proximidades da atual, em 1644. Passou por diversas reformas, sendo a última em 1993. Interliga a Av. Marquês de Olinda, no bairro do Recife, e a Rua 1º de Março, em Santo Antônio.

Buarque de Macedo

A mais extensa do Recife (283,3m), a ponte foi concluída em 1890. Liga a Praça da República, em Santo Antônio, à Av. Rio Branco, no bairro do Recife.

12 de Setembro

Ainda chamada de Ponte Giratória por ser originariamente móvel, une o Cais da Arlândega, no bairro do Recife, ao Cais de Santa Rita, em São José. Foi construída no ano de 1923 e substituída por uma estrutura fixa em 1971.

Figura 98 – As pontes são símbolos afetivos da cidade. As pontes do centro do Recife. Fonte: RECIFE, 2000, v. 10, p. 75.

3.5. Os bairros do Recife hoje, em particular os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte

Hierarquicamente, as primeiras freguesias ou paróquias, ao passarem ao controle do Estado, deram origem às Zonas Administrativas do Município e o IBGE que contabiliza a população com base nelas, em recenseamentos nos anos de 1950, 60, 70 e 80. Nos anos 80 essas Zonas Administrativas já se encontram espacializadas no território recifense, apresentando outro dado administrativo – os Setores Censitários, que as dividem em porções menores – os bairros ou setores, impondo limites que vão ser absorvidos e incorporados na nova divisão político-administrativa do município, no final dos anos 90 (Decreto de Lei 16.213/97). Por este decreto o Município do Recife fica dividido em 94 bairros, agrupados em seis Regiões Político-Administrativas (RPA's): RPA1 – Centro (11 bairros), RPA2 – Norte (18 bairros), RPA3 – Noroeste (29 bairros), RPA 4 – Oeste (12 bairros), RPA5 – Sudoeste (16 bairros) e RPA6 – Sul (08 bairros). Os limites descritivos de cada bairro componente também se encontram definidos em tal decreto de lei, aqui expostos no Anexo 3 os limites dos bairros estudados.

Como objetos de estudo, foram tomados dois conjuntos de bairros, sendo um conjunto de 4 bairros na RPA1 – os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, dentre os 11 bairros que a compõem; e 6 bairros na RPA3, o chamado Conjunto Urbano de Casa Forte: Apipucos, Monteiro, Poço da Panela, Casa Forte, Santana e Parnamirim, dentre os 29 que a compõem. Suas exatas localizações podem ser observadas na figura 99 a seguir.

Figura 99 – Possíveis limites das freguesias do Recife, baseado nas descrições do Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, 1910, e nas Regiões Político-Administrativas atuais. Esboço ilustrativo.

Figura 100 – Bairros em estudo e suas localizações nas RPA's correspondentes. Mapa de fundo: Regiões Político-Administrativas (RPA's) do Município do Recife, segundo a Lei 16.293, de 22/01/97. Disponível em: < <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/mapasRPA1.php> > . Acesso em: nov. 2010.

O século XX encontra uma cidade compacta nos bairros centrais e uma consolidação de seus arrabaldes, áreas parceladas dos antigos engenhos que constituíam verdadeiros núcleos de povoações que passaram a se interligarem entre si com o advento dos trilhos urbanos. Isto impulsionou a ampliação da rede viária com a construção de pontes e aberturas de novas vias. A cidade adquire maior importância regional com grande crescimento urbano e populacional que desta vez passou de 115.000 habitantes, em 1900, para 232.000, em 1920.

Este século é marcado por grandes intervenções físicas, principalmente no seu núcleo central, que provocaram transformações estruturais no espaço e na morfologia urbana. Tais mudanças foram provocadas por fatores específicos como a questão do saneamento (o higienismo do início do século), a implantação de um novo paradigma de urbanismo apregoado pelo movimento moderno, como também a incrementação e a consolidação da rede de transporte ferroviário.

As reformas, no afã da modernização e do sanear a cidade, promoveram alargamentos de ruas e demolições de monumentos e edificações históricas no centro da cidade. Abriam-se largas avenidas a partir da Praça Rio Branco e do Marco Zero, demolindo-se a antiga Ermida e os arcos de entrada da cidade – Bom Jesus, Conceição e Santo Antônio.

Em meados deste século, ocorreram as intervenções no bairro de Santo Antônio com a abertura da Avenida Guararapes, posteriormente, a Avenida Conde da Boa Vista e, nos anos setenta, a Avenida Dantas Barreto, entre a praça da Independência e a Sérgio Loreto, as quais mudaram a feição do centro com a demolição de monumentos e a exibição da monumentalidade e o traçado retilíneo da arquitetura moderna (RECIFE, Atlas Ambiental, 2000, p. 15).

Espaços livres que ajudaram a definir os limites desses bairros, e continuam a configurar firmemente suas identidades.

A presença de um pátio, um largo ou uma praça na estrutura urbana do Recife no século XIX estava relacionada geralmente à presença de uma igreja, de um mercado, de uma edificação cívica ou portuária, ou de um forte.

Nas primeiras décadas do século XX, registram-se ainda a criação de algumas praças, a exemplo da Praça Sérgio Loreto em 1926, considerada uma das mais belas e românticas do Recife, situada na antiga Campina do Bodé.

As margens do rio Capibaribe foram ajardinadas nesse período, recebendo ainda mobiliário de praça no trecho entre as ruas do Sol e da Aurora, ligando-se aos jardins do Palácio do Governo (MESQUITA apud ALMEIDA, 2005, p. 86,101)¹⁵.

Os bairros centrais hoje

O centro, apesar de ter sido acrescido de edifícios em altura e projetos modernos, continua contando com as torres das igrejas a pontuar seu cenário. Não sabemos se por muito tempo ainda... Os pátios, uns são utilizados como estacionamento (como o pátio de São José do Ribamar), outros são abrigos de feirantes temporários (como o pátio do Livramento), locais de atividades culturais e apresentações de carnaval (como o pátio de São Pedro e o largo do Poço da Panela).

Os pátios da Boa Vista seguem na vida morna sem muita agitação, tendo seus espaços cada vez mais diminuídos pelo sistema viário, que insiste em se alargar para atender ao crescente fluxo de veículos, como é o caso do pátio de Santa Cruz. Muitos casarões que outrora abrigaram uma agitada vida de imigrantes, hoje se encontram fechados e deteriorados. Muito embora as marcas, a essência de seus imigrantes moradores tenham ficado impregnadas nas suas materialidades. Já incorporados à sua alma, como é caso dos judeus na Boa Vista, matéria que se segue.

A imigração judaica no bairro da Boa Vista no período entre guerras

Conquistada ao rio em sucessivos aterros, a Boa Vista foi lentamente se ampliando. No século XVIII uma intervenção definiu a Rua do Aterro – atual Rua da Imperatriz – sem nenhuma ocupação até 1745 e limite da ocupação da Boa Vista em 1827. Os novos aterros – do Casimiro e do Barão de Beberibe – ampliaram o solo seco da Rua da Imperatriz até a Rua do Riachuelo. A calha do rio, antes na Rua do Hospício, estreitou-se no século XIX para fazer surgirem os quarteirões que se estenderam até o novo cais da Rua da Aurora, entre a Rua do Riachuelo e a Ponte do Limoeiro. Para além do Pátio de Santa Cruz, ainda era baixa a densidade do bairro da Boa Vista.

Em 1904 promoveu-se o calçamento da Rua da Imperatriz, o ajardinamento da Praça Maciel Pinheiro e o beneficiamento do Caminho Novo que se transformou na Avenida Conde da Boa Vista. Alargado o Beco do Tambiá, nasceu a Rua da Intendência, hoje Manoel Borba. A fim de descortinar a Matriz da Boa Vista.

15. MESQUITA, Liana. Memória dos verdes urbanos do Recife. In: RECIFE, Prefeitura Municipal. Cadernos do Meio Ambiente do Recife . v. 01, 1998, p. 7-14 (estudo).

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 101 - Perímetro ocupado pelos judeus no bairro da Boa Vista, no período entre guerras, em relação ao limite atual do bairro, segundo a Lei 16.293, de 22/01/97. Fonte: LUDERMIR, 2005, p. 223.

Em 1914, com o surgimento dos bondes elétricos da Pernambuco Tramways and Power Company, a Boa Vista estava integrada às outras partes da cidade, mas mantinha-se segregada do tecido circundante pelo rio, pelo mangue e pelas áreas não-loteadas. [...]. Finda a guerra, judeus na Europa vendiam as propriedades para fugir das novas ameaças e do cenário desolador.

Seja por fatos econômicos, seja por tradição cultural, experiência anterior, os imigrantes judeus com frequência se dedicam, no momento de inserção em uma nova sociedade, ao comércio ambulante, à indústria de confecções de roupas e sapatos, à movelaria e ao comércio de jóias e instrumentos de precisão. Essa é a sua *parnassah*, seu meio de ganhar a vida. Assim aconteceu no Recife com esses mascates virão a ser os comerciantes e moveleiros do Cais José Mariano, da Rua da Imperatriz, da Rua do Aragão e da Praça Maciel Pinheiro.

Requerendo pequeno capital inicial e contando com uma habilitação profissional disponível aos judeus nos *shtetlech*, desde o início da comunidade judaica na Boa Vista formou-se uma rede de produção que incluiu os ainda hoje existentes depósitos de madeira ao longo do Cais José Mariano e as marcenarias, movelarias e estofarias na Praça Maciel Pinheiro e suas imediações.

A quadra onde se instalaram as primeiras organizações judaicas do Recife do século XX é limitada pelas ruas da Imperatriz, Sete de Setembro, Conde da Boa Vista e José Mariano. Foi completamente modificada nos anos 1940 com a demolição da Igreja dos Ingleses, a construção da ponte Duarte Coelho e a criação da Praça Machado de Assis. A ocupação dessa quadra tem características peculiares. Eram vizinhos, aí, os Imigrantes judeus e os imigrantes ingleses, 'os que não freqüentavam a igreja católica nem se enterravam no cemitério comum', ou seja, 'os diferentes'. Entre os quintais, não havia divisões, de modo que 'era tudo uma coisa só, tudo de todo mundo – ou então de ninguém'. Nesse espaço compartilhado se comemoravam as festas judaicas, algumas delas celebradas ao ar livre, e se faziam as preces matinais, antes de cada um 'ganhar a vida'.

No Bairro do Recife, onde no século XVII se instalou uma comunidade judaica, as grandes demolições e reformas definiam o quadro de modernização e elevação de preços, tornando – o inacessível aos imigrantes que aqui chegaram com pequeno capital financeiro.

No espaço dos quintais compartilhados na Boa Vista, em torno do qual se instalaram as primeiras residências e instituições judaicas, um pequeno grupo de imigrantes iniciou a sua inserção no Recife. Reunidos num espaço segregado os imigrantes usaram, da cidade, o que lhes cabia na vivência pessoal e na memória coletiva – as duas temporalidades que convivem na história particular e na história coletiva judaica.

Num processo que se realimenta, ao se concentrarem os imigrantes implantam suas instituições – os edifícios institucionais e as instituições não-materiais como idioma, culinária, práticas sociais e religiosas – que agregam em torno de si os membros da comunidade. Práticas que consolidam a apropriação coletiva de diferentes parcelas do espaço público do Bairro da Boa Vista. Cresceu a rede de mascates, e o núcleo de imigrantes se adensou nas imediações da Campina da Alegria (LUDERMIR, 2005, p. 91, 92, 95, 97, 100, 102, 103, 106, 112, 11).

Os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte hoje

Conjunto Urbano de Casa Forte – denominação utilizada em estudos elaborados pela Prefeitura do Recife¹⁶, prévios à Lei de Reestruturação Urbana, a conhecida lei dos 12 bairros – Lei Municipal 16.719, de 01/12/01, cuja área de atuação que se pode observar no Anexo 4 deste estudo.

Podia-se reconhecer uma 'identidade urbanística' comum aos 6 bairros da várzea do Capibaribe e, em parte, nos outros 6 bairros que a lei abrange¹⁷, à sua margem esquerda. A manutenção dessa identidade foi preocupação da referida lei por meio de restrições às taxas de ocupação, os gabaritos, os usos não residenciais, aumentando coeficientes de área verde, solo natural, etc.

Nesta pesquisa retoma-se a denominação Conjunto Urbano de Casa Forte para o conjunto dos seis bairros estudados, que historicamente apresentam especificidades de parcelamento, vivências, culturas, moradores, representam enfim uma parcela mais homogênea de tecido urbano nessa parte da cidade.

16. Entre eles o Diagnóstico para o Plano Diretor do Recife. Disponível em: < http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/planodiretor/diagnostico_iii.html >. Acesso em: dez. 2010.

17. Os 12 bairros encobertos pela Lei 16.719, de 01/12/01: Apipucos, Monteiro, Poço da Panela, Casa Forte, Santana, Parnamirim, Derby, Espinho, Graças, Afritos, Jaqueira e parte da Tamarineira.

Os bairros da várzea do Capibaribe tiveram origem naqueles primeiros engenhos planície adentro, que depois foram sendo retalhados em sítios de veraneio e depois moradias definitivas. Escala que já vem definida há quatro séculos no parcelamento dessa urbe quatrocentenária.

Desmembramentos que foram formando povoados aqui e acolá, que logo ascenderiam a freguesias. Freguesias que por sua vez deram origem aos Setores Censitários do IBGE, no que diz respeito as urnas eleitorais e suas áreas de circunscrição. Setores Censitários que foram base para a nova organização espacial político-administrativa em que a cidade se encontra hoje, dividida em 6 Regiões Político-Administrativas (RPA's), e estas em bairros componentes (94 ao todo), cujas ilustrações estão dispostas neste capítulo. Os bairros centrais fazem parte da RPA1 e os do Conjunto Urbano de Casa Forte da RPA3.

Em linhas gerais, hierarquia que pode ser desdobrada na sequência:

engenhos – povoados – freguesias ou paróquias – setores censitários – bairros e Regiões Político-Administrativas, onde

no centro:

freguesias (viraram)

-

bairros

no Conjunto Urbano de Casa Forte:

arrabaldes

arredores

subúrbios históricos

|

bairros

Os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte tiveram origem nos engenhos de açúcar estrategicamente edificadas em suas terras, que por vezes foram sendo desmembrados de outros: o engenho Apipucos foi desmembrado das terras do engenho Monteiro, assim como o engenho de Dois Irmãos foi desmembrado do de Apipucos, anos depois. Mesma dinâmica se passou ao Poço da Panela, cujas terras faziam parte do engenho Casa Forte, erigindo-se em 1817 uma paróquia na povoação do Poço da Panela, sob invocação de N. S. da Saúde. Santana e Parnamirim também tinham parte das linhas atuais pertencentes ao engenho Casa Forte.

A seguir, alguns trechos da descrição dos bairros estudados, segundo Pereira da Costa – Arredores do Recife. Tudo que não estivesse no centro, estava nos 'arredores'.

Apipucos – [...] Em 1645 já estava construída a capela do engenho, sob a invocação de Nossa Senhora da Madre de Deus, mudada depois para

N. S. das Dores, que ainda conserva, e cuja situação é a mesma que originariamente ocupava. Muito sofreu a localidade com a invasão holandesa. Em 1645 foi a capela saqueada pelo inimigo, de opostas crenças religiosas à católica, e quebradas as suas imagens. [...]

As terras de Apipucos eram um desdobramento do antigo engenho Monteiro, depois de se ter verificado, pela escritura de 1577, lavrada na vila de Olinda, esta separação [...]. Apipucos foi uma das primeiras povoações que teve o privilégio de capela curada, com um sacerdote de residência.

A fábrica, que era movida a animais, tinha os seus edifícios situados à margem esquerda do rio Capibaribe, na larga faixa de terra que corre ao longo da quebrada da colina, e fronteiras à fachada lateral da capela que olha para o poente; bem assim a casa-grande, de vivenda dos seus proprietários, que a tradição local, como encontramos, indica que ficava á esquerda, ao subir a ladeira, mantendo, assim, a sua originária situação; mas nos parece, antes, que foi um bom prédio, que fica na planície da colina, à direita e próxima à quebrada que dá para o rio, na rua principal da povoação, e a certa distância em frente à capela, tendo a sua face lateral, que olha para o oriente, ao correr do começo do caminho que vai para Dois Irmãos, assim ocupando uma aprazível e bela situação. O açúcar fabricado no engenho descia pelo rio em batéis, para o mercado da praça do Recife.

Os canaviais ficavam nos terrenos baixos, planos, que se estendem ao longo da colina, em frente à capela, e desciam as suas quebradas, limitadas pelo rio, ao poente, e pelo grande açude, ao nascente; e assim chegando aos extremos da povoação, em começos da avenida Dois Irmãos, estendiam-se ainda a uma ilha que fica fronteira a esta situação, limitada, por um lado, pelo riacho Camaragibe, ao correr do seu desaguadouro no rio Capibaribe, que no seu curso, subindo, banha a ilha pelo outro lado.[...].

Apipucos, de 1783 em diante esfuma-se no passado longínquo a atividade açucareira de suas terras, 'baixando os fogos da fábrica e fechando as janelas da casa grande'[...]. De sua igreja construída em terreno elevadíssimo e casario oitocentista delineado ao largo, em ambos os lados, de construções conjugadas, altas, com calçadas excessivamente fortes, sobre alicerces de pedras profundamente enterradas, nota-se francamente ainda a antiguidade do aspecto de povoação propriamente dita, que antecedeu as outras mais próximas da cidade.

Apipucos, corruptela de **apé-puc**, o caminho que se divide, ou se parte, a encruzilhada; pode, também, ser corrupção de **apepucu**, caminho ou vereda longa [...](COSTA, 2001, p. 29-32 (reedição); GUERRA, 1960, p. 188-189).

Monteiro – [...] As terras do engenho do Monteiro eram ubérrimas e vastas; limitavam-se com as dos engenhos Apipucos, Casa Forte e Beberibe, e ao sul com o rio Capibaribe.[...]. Remontam à doação feita em data ignota, porém nos princípios do século XVI, ao colono Manuel Vaz. A casa de vivenda, a casa-grande do engenho, de larga fachada, que ainda se vê de pé, guardando o cunho da sua originária construção, ficava no vasto terreiro da fazenda, olhando para o norte, nas mediações da capela e do casarão da fábrica. Ficava este, com a sua casa de purgar, junto ao cabouco, ao pé da ponte, onde recebia, para mover os aparelhos de moagem das canas, as águas do grande açude de Apipucos, que derivadas por uma extensa levada ali se despenhavam com grande força e volume, e seguindo no seu curso a despejar no rio Capibaribe, que passa perto da localidade. [...] Mas, por fim, no ano da graça de 1921, foi demolida a bela e tradicional capela de São Pantaleão do Monteiro, por ameaçar ruínas, e as suas imagens e alfaías recolhidas à igreja da Casa Forte [...].

Uns procuram com dinheiro

A festa que lhe convém

Mas é certo, quem o tem,

Só passa bem no Monteiro(COSTA, 2001, p. 128, 130-131 (reedição); GUERRA, 1960, p. 18).

Casa Forte – [...] Este engenho foi levantado em meados do século XVI por Diogo Gonçalves auditor da gente de guerra de Pernambuco, em parte de uma grande data de terra que lhe fora doada pelo donatário Duarte Coelho, como que a título de dote nupcial, quando casou com D. Isabel Froes, senhora de ilustre origem, que viera de Portugal em 1535, em companhia do mesmo donatário e de sua mulher [...].

O engenho era movido a animais, ocupava uma bela situação e dispunha de uma grande área territorial e de excelentes matas; ficava nas imediações do Passo do Fidalgo, à margem esquerda do rio Capibaribe, no sítio depois chamado de Sant'Ana sendo depositado naquele passo o açúcar fabricado, que era depois conduzido em lanchas para a praça do Recife. As casas do engenho, de vivenda, com a sua capela contígua, sob a invocação de N. S. das Necessidades, e suas respectivas dependências, campeavam no belo arrabalde da cidade denominado da Casa Forte, e precisamente na grande praça vulgarmente chamada Campina da Casa Forte. [...]

A título de dote nupcial, passou, depois, o engenho a pertencer a uma filha daqueles proprietários, Dona Ana Paes, que se casou com o capitão Pedro Correia da Silva, depois com Carlos de Tournal e ainda com Guilherme de With. Fatos que deram margem a várias histórias sobre seu universo particular e uniões, e fizeram com que as terras do engenho servissem de apoio ao exército holandês, contrariando o planejamento bélico dos portugueses e demais senhores de engenho, que tinham as terras do Arraial do Bom Jesus, situado próximo a Casa Forte, como ponto de resistência à dominação batava.

Tendo sido em seu local a batalha final da Restauração Pernambucana em 1645, e derivando a propriedade sob vários herdeiros e descendentes.[...] Aquele feito de armas, consagrado na nossa história com o nome de Batalha da Casa Forte, em alusão ao fato de se acolherem e pelejarem os holandeses na casa de vivenda do engenho, deu isto também lugar a que assim a bela povoação que surgiu com a extinção da fábrica, e que se estende, dilatadamente, pelas terras que pertenciam ao tradicional engenho. Abandonado pelos seus proprietários e moradores durante o longo período da campanha, e consideravelmente danificado pelo combate, foi somente reparado e começou de novo a trabalhar depois da restauração, em 1654.[...]

Depois, pelos anos de 1810, passou a propriedade do engenho ao padre Dr. José Inacio R. de Abreu e Lima, o legendário Padre Roma da revolução republicana de 1817, cujo proprietário demoliu a velha casa de vivenda do engenho que servira de casa forte aos holandeses na memorável batalha de 17 de agosto de 1645, e sobre os seus mesmos alicerces construiu a casa nobre que ainda hoje existe ao lado direito da capela e em frente à grande praça.

.. cederam eles (os herdeiros) de boa vontade todo o terreno da grande praça que se estende em frente à igreja 'não só para aformosear a mesma igreja, e servir de praça ou feira para o futuro, como para perpetuar a lembrança da segunda vitória que nele alcançaram os brasileiros contra os holandeses'; e por esse motivo declararam os louvados, que não fizeram menção, nem davam valor ao pátio defronte da Igreja para não tomar a vista da capela, o que consta dos respectivos autos do inventário, que tivemos presente.[...]

Era um terreno fértil, de extensas matas e bom safrejamento, em ótima posição, pela facilidade de escoamento de sua produção açucareira rio abaixo. O templo foi sagrado em outubro de 1911, depois de reparado, como Igreja-matriz da paróquia de Casa Forte e sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus.

Extinto o engenho, e dividida a grande propriedade em diversos sítios que se foram depois subdividindo, foi-se desenvolvendo a povoação que, por fim, tomou grande incremento com a passagem do caminho de ferro, substituindo depois por uma linha de bondes elétricos, constituindo assim hoje um dos mais belos, aprazíveis e adiantados arrabaldes da capital de Pernambuco [...] (COSTA, 2001, p. 56-57, 62, 65 (reedição); GUERRA, 1960, p. 197, 201).

A profa. Norma Lacerda de Melo analisa, em sua tese de doutorado, o papel das variantes econômicas na formação dos espaços urbanos, tendo como estudo de caso justamente o bairro de Casa Forte, da qual extraímos algumas palavras:

Os sítios de Casa Forte pertenciam não apenas à aristocracia canavieira, mas também a ricos comerciantes. Eles eram urbanistas privados, desenhavam o bairro. O bairro conhecerá transformações; não obstante, sua essência está lá desde o início: um bairro tranquilo, verde, próximo da natureza.

A elegância dos imóveis, o gosto pelas vitrines, o agenciamento dos espaços verdes, todo este ambiente mudo exprime um modo de vida, um cenário vivido cotidianamente. [...] Túnel de ida e volta, do presente ao passado, permanente e eterno.

E assim, como lembra um artista plástico, se reproduz o esquema da Idade Média. O povo: os pobres. Os nobres: a burguesia urbana. O fosso: o rio. A cidade forte: o bairro, o poder. Mesmo as duas pontes para pedestres não faltam a essa versão contemporânea [...].

Continuidade também de um modo de vida que, no caso de Casa Forte, deve ser preservado. Por trás vem, naturalmente, o reconhecimento social do proprietário por habitar determinado bairro, cujo nome é sinal de distinção coletiva e de prestígio (MELO, 1993, p. 29, 32, 33, 34, 41).

Os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte seguem sendo os mais aristocráticos da cidade, em concorrência direta com o metro quadrado de Boa Viagem. Dois estilos de vida diferentes do Recife.

Embora a correria da vida diária impeça os contatos mais diretos entre os vizinhos, como havia outrora, esse contato continua de uma outra forma: nos cafés e padarias do bairro, onde os moradores se reconhecem, tratam de seus temas prediletos e da vida do bairro.

Figura 102 – Região Metropolitana do Recife: municípios componentes. Fonte: Plano Metropolitano de Transportes Urbanos. Recife: FIDEM, 2005 (arquivo digital).

Figura 103 – Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana do Recife (RMR) – Diagnóstico. Recife: FIDEM/Prefeitura Municipal, 2005 (arquivo digital).

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 104 – Sistema Viário principal da Cidade do Recife, com os trechos de vias existentes e projetadas. Mapa de fundo: Mapa da Cidade do Recife. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente/ Empresa de Urbanização do Recife (URB), 2003 (arquivo digital).

135

136

Figura 107 – Macrozoneamento da Cidade do Recife. Recife: FIDEM/Prefeitura Municipal, 2005 (arquivo digital).

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 108 – Exposição gráfica dos limites dos dois conjuntos de bairros estudados, segundo a Lei n.º 16.293, de 22/01/97 – Regiões Político-Administrativas do Município do Recife (RPA's). Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente/ Prefeitura Municipal, 1997. Mapa de fundo: Carta de Nucleação Centro, Região Metropolitana do Recife. Recife: FIDEM, 2000.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 109 – Bairros centrais e bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte ilustrados e recortados. Plantas de fundo: Unibases nº. 81/54:00; 81/53:05; 81/53:00; 81/52:05; 81/52:00; 81/64:00; 81/63:05; 81/63:00; 81/62:05; 81/62:00; 81/74:00; 81/73:05; 81/73:00; 81/72:05; 81/72:00; 81/71:05; 81/71:00; 81/70:05; 81/70:00; 81/82:00; 81/81:05; 81/81:00; 81/80:05; 81/80:00; 81/92:00; 81/91:05; 81/91:00; 81/90:05; 81/90:00; 91/02:00; 91/01:05; 91/01:00; 91/01:00; 91/00:05; 91/00:00; 90/09:05; 90/09:00; 90/08:05; 90/08:00; 90/07:05; 90/07:00; 90/06:05; 90/06:00; 90/05:05; 91/10:00; 90/19:05; 90/19:00; 90/18:05; 90/18:00; 90/17:05; 90/17:00; 90/16:05; 90/16:00; 90/15:05; 91/20:05; 91/20:00; 90/29:05; 90/29:00; 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/27:00; 90/26:05; 90/26:00; 90/25:05; 91/31:00; 91/30:05; 91/30:00; 90/39:05; 90/39:00; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05; 90/37:00; 90/36:05; 90/36:00; 90/35:05; 91/41:00; 91/40:05; 91/40:00; 90/49:05; 90/49:00; 90/48:05; 90/48:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

Figura 110 – Bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte e zoneamento correspondente. Plantas de fundo: Unibases n.ºs. 81/54:00; 81/53:05; 81/53:00; 81/52:05; 81/52:00; 81/64:00; 81/63:05; 81/63:00; 81/62:05; 81/62:00; 81/74:00; 81/73:05; 81/73:00; 81/72:05; 81/72:00; 81/71:05; 81/71:00; 81/70:05; 81/70:00; 81/82:00; 81/81:05; 81/81:00; 81/80:05; 81/80:00; 81/92:00; 81/91:05; 81/91:00; 81/90:05; 81/90:00; 91/02:00; 91/01:05; 91/01:00; 91/00:05; 91/00:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

Figura 111 – Bairro de Apipucos e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n^{os}. 81/52:00; 81/52:05; 81/53:00; 81/62:00; 81/62:05; 81/63:00; 81/63:05; 81/64:00; 81/73:00; 81/72:05. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 112 – Bairro do Monteiro e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n.ºs. 81/62:00; 81/62:05; 81/72:05; 81/72:00; 81/71:05; 81/82:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 113 – Bairro do Poço da Panela e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases nºs. 81/81:05; 81/81:00; 81/82:00; 81/80:05; 81/70:05; 81/71:00; 81/71:05; 81/72:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 114 – Bairro de Santana e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases nºs. 81/80:00; 81/80:05; 81/81:00; 81/91:00; 81/90:05; 81/90:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 115 – Bairro de Casa Forte e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases nºs. 81/81:05; 81/81:00; 81/91:00; 81/82:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

Figura 116 – Bairro de Parnamirim e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibasessm. 81/81:05; 81/81:00; 81/91:05; 81/91:00; 81/90:05; 91/01:05; 91/01:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

Figura 117 – Bairros do centro do Recife e zoneamento correspondente. Plantas de fundo: Unibases nº. 90/09:05; 90/09:00; 90/08:05; 90/08:00; 90/07:05; 90/07:00; 90/06:05; 90/06:00; 90/05:05; 91/10:00; 90/19:05; 90/19:00; 90/18:05; 90/18:00; 90/17:05; 90/17:00; 90/16:05; 90/16:00; 90/26:05; 90/15:05; 91/20:05; 91/20:00; 90/29:05; 90/29:00; 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/27:00; 90/26:05; 90/26:00; 90/25:05; 91/31:00; 91/30:05; 91/30:00; 90/39:05; 90/39:00; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05; 90/37:00; 90/36:05; 90/36:00; 90/35:05; 91/41:00; 91/40:05; 91/40:00; 90/49:05; 90/49:00; 90/48:05; 90/48:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 118 – Bairro do Recife e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases nº. 91/30:00; 91/30:05; 91/31:00; 90/39:05; 90/39:00; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05; 91/41:00; 91/40:05; 91/40:00; 90/49:05; 90/49:00; 90/48:05; 90/48:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

Figura 119 – Bairro de Santo Antonio e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases n°. 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

NOME: _____		
Instituição de Aprendizagem e Usuário(a) - Univ. São Paulo JALLESF		
NOME DO ALUNO: _____ Para a realização da prova, o aluno deverá estar com o documento de identificação (RG, CNH, carteira de identidade, etc.) e o cartão de inscrição no exame.		
TÍTULO: _____		
Bairros de Santo Amaro e suas respectivas áreas		
Assinatura: _____		
Sandra Augusta Leão Barros		
PROVA DE: _____	DATA: _____	TÉCNICA: _____
02/02	2010	Gráfica - verifique

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 120 – Bairro de São José e seus espaços livres. Plantas de fundo: Unibases nºs. 90/07:05; 90/06:05; 90/06:00; 90/17:00; 90/16:05; 90/16:00; 90/15:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/27:00; 90/26:05; 90/26:00; 90/25:05; 90/37:05; 90/37:00; 90/36:05; 90/36:00. Recife: Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), 1989, escala 1/1000.

[illegible]

Tegone, serra da gaia de M. S. do Tegone cratera,
barro de barrosa, Serra "T", serra da para cadarnas
20-27-05, Serra "TBM", 2019.

2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 2682, 2683, 2684, 26

Trabalho de M. S. da Silva, do Rio de Janeiro, 1977.
 Tereza B. B. C., São Paulo. *Atas do Seminário e
 suas atividades 1982*, organizado por Tereza B. B. C.,
 Secretaria da Casa do Coração do Cado 2005, p. 177.

gestão de M. S. da Terra, em 19 de maio, com, cerca, 20.
Terra: G. L. Vê, Terra: de nos (preços e outros) e outros
Terra: Terra: M. S. da Terra, 1960, p. 17.

Fonte: dados do IBGE, Censo de 1980, para o Estado de São Paulo; fonte: Tabela de População e Densidade Demográfica da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 1976.

Tratado de Amizade da guerra de M. S. da Terra, Tapa Vermelha e Verde de São José, no rio de São José, Terra, 17, Secção da Terra cadastros, Vol. 20, 27, 28 e 29, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 8

1. *Foro do Mercado de São José, bairro de São José, século XVII.*
 2. *Alameda da rua do Pavão, bairro do Centro.*
 3. *http://www.museu.natal.gov.br/cidade/origens/origens.htm*

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

^a Taxas da água de M. S. da Terra, Água Cor Vermelha e cor e dados do Mercado de São José, 20 de São José, Verão, 17. Taxas banda água 2700 e 2775.

ge a de 5, oze do é para a; para de
São José, seria, 75. 7000. G. 1000,
7000. 7000. 7000. 7000. 7000.
7000. 7000. 7000. 7000. 7000.
7000. 7000. 7000. 7000. 7000.

¹ Trece da guerra de Sarraína de Castela, na vila de Sarraissa, laria, 17. Trece bandalheito, 1779.

Três da geração de João, esse da esquerda e três outros, o pai de João, esse, lá em cima. Três: João e os dois filhos.

0000-0001-7658-910X

⁷ Associação dos moradores das glebas de São José do Bonferrado e São Antonio, e Santa Cruz da Caixa, na vila de São José, leste de Curitiba, nos dias 20-23-26 e 29-31-35, veros 1984, 1985.

[illegible]

151

CAPÍTULO 3

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 122 – Setores Censitários e limites dos bairros do Recife. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Prefeitura Municipal, 2000.

3.6. Do hoje para o amanhã, o que pensamos

Na década de 1990, a Prefeitura Municipal do Recife já planejava algumas ações e projetos para os bairros centrais, incluindo entre outras ações:

- Resgate do eixo da av. Guararapes/ av. Conde da Boa Vista

Renovação urbana do pólo de serviços com a requalificação e disciplinamento dos espaços públicos, reordenamento do fluxo de tráfego e melhoria da infra-estrutura;

- Reabilitação dos pátios de igrejas, largos e praças

Recuperação e melhoria dos pátios, largos e praças com tratamento paisagístico, valorizando os espaços intermediários de amenização ambiental, de descanso e de contemplação, onde se situam igrejas e monumentos históricos;

- Um plano específico para a área de comércio popular de São José

Recuperação e valorização ambiental dos espaços de comércio, considerando as peculiaridades de sua localização em área de preservação;

- Um plano específico para as marinas do Cais José Estelita

Ordenar o bairro, otimizar a infra-estrutura instalada visando a criação de um pólo náutico, empresarial e de lazer. Proposta que foi melhor detalhada na década de 2000, em parceria com arquitetos e urbanistas internacionais¹⁸, criando novos usos e desenvolvendo novas propostas de ocupação e fluxos;

- Corredor cultural Rua da Aurora

Promover intervenções nos espaços públicos que venham a ser congregadas á recuperação física do casario;

- Shopping aberto na Rua Imperatriz/ Praça Machado de Assis

Criar, através de passarela coberta de amenização climática, estacionamento em edifício garagem e recuperação do importante casario, um centro de comércio e serviços diferenciado;

- Roteiro cultural do bairro da Boa Vista

Após a recuperação e dinamização de várias áreas do bairro, integrá-las através de roteiro de pedestre que fomentem atividades culturais da Boa Vista;

- Resgate da memória dos bairros

Pinçar dentro dos bairros áreas de fortes referências histórico-culturais, para, a partir de intervenções físicas, devolve-las à população, plenamente recuperadas. Incluindo a elaboração da Carta Turística dos Bairros;

- Melhoria dos sítios históricos

Através de intervenções em trechos dos bairros referentes às áreas históricas, consolidar tais áreas como pólos atrativos à população e ao turismo. Incluindo o roteiro cultural das calçadas do velho Recife e os circuitos de pedestres de Santo Antônio /São José e o do bairro do Recife (RECIFE, 1996, p. 30, 40, 68).

Ações que tinham como objetivos e premissas vários, tais como: dar visibilidade e promover a articulação entre os espaços livres do centro, que não fosse só pelos eixos viários, e sim com estímulo ao circuito de pedestre; o incentivo ao caráter anfíbio da cidade e ao mesmo tempo à memória dos bairros, através dos roteiros culturais e centralidades existentes.

Ações que em parte foram iniciadas, e mesmo assim poucas continuam nos dias de hoje. Seja porque dependem de investimentos da iniciativa privada, seja porque deixou de existir incentivos fiscais por parte do governo e mesmo desestímulo geral de mercado. Mas que ainda seguem válidas, na ordem do dia.

18. Participaram deste estudo e proposições, técnicos da Prefeitura Municipal e técnicos da equipe portuguesa responsável pela revitalização da área da Expo Lisboa na década de 1990. Ações e projetos todavia não implantadas em sua totalidade.

Atualmente, há programações culturais que movimentam os bairros centrais, tais como o 'música nas igrejas', em que as igrejas são abertas nos fins de semana para visitação e contam com pequenos concertos de música clássica por músicos locais; o 'domingo na rua', em que a rua do Bom Jesus e entorno da Praça do Arsenal no bairro do Recife recebem barracas padronizadas e cadastradas – uma feira de produtos de artesanato; o 'circuito da poesia', concretizado pela inserção de estátuas em tamanho real de personagens pernambucanos ilustres em locais onde costumavam frequentar e conversar com as pessoas; o 'Recife através da água', um circuito náutico de caráter privado em que se pode passear pelos rios centrais em catamarã aberto, apreciando as pontes e fachadas a partir da água; além de shows na praça do Marco Zero, exposições no espaço cultural do Santander, Caixa e Correios, entre outros (grifos nossos).

Além de outros projetos que estão em andamento, como a reforma do edifício Chanteclair, para recuperação da estrutura física e implantação de salas de cinemas de arte e cafés, em sintonia com uma área de abrangência maior incluindo a Igreja da Madre de Deus e o Shopping Paço Alfândega, ao lado. Também há a possibilidade de visitação turística à sinagoga da rua do Bom Jesus e a uma casa-museu sede do Balé Popular do Recife, com apresentações de ritmos locais. Além do projeto de adaptação e destinação de novos usos ao conjunto de armazéns do porto do Recife, grande projeto anunciado em fins de 2010, em andamento em um deles.

Há uma idéia de renovação da área portuária, formalizada recentemente nos projetos de recuperação e revitalização dos armazéns do porto do Recife – denominado 'Projeto Porto Novo', armazéns cujas atividades foram transferidas para Suape há alguns anos. Pensa-se em novos usos, projetos diversificados para atender a diferentes perfis de usuários e de necessidades, mas mantendo uma memória do que foi um dia, ao menos no arcabouço físico externo de suas paredes e suas formas retangulares.

As atividades sugeridas foram distribuídas nos armazéns de números 8 a 14, contando inclusive com o Terminal Marítimo de Passageiros nos armazéns 7 e 8 (visando o embarque/desembarque de navios de grande porte, principalmente para a Copa de 2014), e incluindo outros usos como lojas, escritórios, centro de artesanato, cafés, restaurantes, teatro, boliche, praça aberta, edifício garagem entre outros nos demais armazéns (figura 123).

Projetos complementares começam a ser estudados. O primeiro é de grande impacto paisagístico. Trata-se de de uma passarela giratória no Marco Zero, ligando o local ao parque das esculturas. Lá, uma ampliação física comportaria bares e restaurantes. Mais urgente é a construção de um edifício garagem de R\$ 17 milhões para 600 vagas próximo ao armazém 9. Ou transformar em uma estrutura de mesma finalidade o prédio do antigo Moinho Recife, situado atrás do edifício da Receita Federal [...] (BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p.5).

Um projeto pensado e amadurecido por pelo menos 10 anos, que começa agora a se materializar nas primeiras licitações.

A idéia de transformar os antigos armazéns numa área de entretenimento e lazer vem sendo discutida há dez anos. Em 2003, o projeto ganhou nome: Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, saindo do Cais José Estelita, na capital, até a orla de Olinda (BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p.5).

Figura 123 – Novos usos propostos para os armazéns de números 7 ao 14, antigo porto do Recife, bairro do Recife. Fonte: BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p. 4.

Figura 124 – Fachada proposta para o armazém de número 9, antigo porto do Recife, bairro do Recife. Fonte: BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p. 4.

Figura 125 – Projeto para o armazém de número 10, que abrigará o Memorial Luiz Gonzaga, antigo porto do Recife, bairro do Recife. Fonte: BELFORT, Angela Fernanda; LIMA, Felipe, 2011, p. 4.

No meu olhar de arquiteta, a elaboração de Cartas dos Bairros, onde fossem espacializados os monumentos, espaços livres e edifícios significativos deveriam estar presentes em praças e largos em forma de painéis educativos, como se tem numa das ruas do bairro do Recife, onde se escavou o solo e se encontrou um trecho de muralha holandesa do século XVII. Implantou-se um piso transparente para que todos possam vê-la e sinalizou-se com painel explicativo (figura 118).

Seria uma maneira de explicitar a história e a memória do bairro e seus monumentos, de forma viva e interativa. As programações semanais seguem sendo uma forma de dar vida ao conjunto histórico nos fins de semana, já que como pólo de serviços só tem movimento durante os dias úteis. Os circuitos de pedestres, a serem percorridos a pé, seriam uma maneira de mostrar à cidade de outrora, a articulação existente entre os pátios fornecido pelo próprio traçado. Embora que sejam pátios hoje tomados pelos ambulantes.

Faz falta ainda um mirante no bairro do Recife, para que se pudesse ter a vista panorâmica de seu entorno. Subindo nos andares mais altos em um dos edifícios do bairro já se pode obter essa visão, mas ainda de forma privada. Visão que se descortina ainda hoje desde as colinas de Olinda.

As 'poças de tempo estagnadas'¹⁹, como descreve o poeta João Cabral de Melo Neto, fragmentos de arquiteturas e jeitos de viver de outrora presentes nos bairros da várzea não são conhecidos turisticamente, nem direcionados a isso, ficando apenas na memória de seus moradores e usuários.

Muitas vezes o ritmo de vida de hoje não permite que se conheça o bairro nem a vizinhança onde se mora, às vezes nem o próprio vizinho da porta ao lado, quem diria os bairros centrais e suas histórias. É uma pena. Há tanto para se conhecer e descobrir na materialidade dos edifícios, ruas, largos e praças. Espero poder dar continuidade ao tema bairro em outra oportunidade, tema que tanto me encanta. Assim como espero ter contribuído nas idéias e espacialidades que permeiam o conceito de bairro e termos afins.

19. MELO NETO, João Cabral de. Poesias Completas: 1940-1965. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979, p. 295: De Apipucos à Madalena. In: VERAS, Lucia Maria de Siqueira Cavalcanti. **De Apé-puca a Apipucos**: numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano. Recife: Bagaço, 1999, p. 35. ISBN 85-7409-211-8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Capibaribe, meu rio,

Espelho do meu olhar, quero fazer-te o elogio,

Mas penso: se te elogio

É a mim que estou a elogiar ...’

Austro Costa – Capibaribe, meu rio. In: Todos cantam sua terra: O Recife e Olinda vistos pela ótica dos seus poetas. Revista Continente Turismo, Editora Cepe, Edição Especial, dez. 2001, p. 38.

“Não penseis que o castelo do governo consiste de fortalezas, muralhas e trincheiras: ele se encontra no interior das consciências (...). A grandeza dos estados não pode ser medida pelas extensões territoriais e latifúndios, mas pela lealdade, benevolência e respeito dos habitantes”.

Trecho do discurso de despedida do Brasil, de João Maurício de Nassau em 1644. In: SILVA, Leonardo Dantas. Holandeses em Pernambuco: 1630-1654. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005, p. 105. ISBN 85-89386-03-1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o universo bairro é tema muito amplo e de vários graus de complexidade. Tão amplo que abarca várias áreas do conhecimento, não só a Arquitetura e Urbanismo, mas também a História, a Geografia, a Sociologia, Antropologia entre outros. O que se tentou foi trazer à tona algumas idéias, algumas facetas da escala bairro, e em especial os dois conjuntos de bairros históricos recifenses. Na visão de uma arquiteta e urbanista.

Um bairro, qualquer bairro, possui um nome, uma população, um limite físico-espacial, espaços livres e espaços edificados, uma forma, um conteúdo, uma escala. Alguns atributos naturais – um rio, um braço de mar, matas, acidentes geográficos, trechos planos ou inclinados. A organização e quantidade desses ingredientes vão dar a receita – o bairro. Que nunca será igual a qualquer outro. Cada bairro é único, assim como cada paisagem é única. E em permanente movimento e transformação.

Por outro lado, o bairro constitui a escala intermediária entre a escala da rua e a escala da cidade, essencial para o existir da urbe, como afirmam Aldo Rossi e Garcia Lamas (ROSSI, 1995, p. 63-67; LAMAS, 1993, p. 73-74). Confunde-se, muitas vezes, com lugar urbano, chegando a ser uma verdadeira ‘naçãozinha’, como atesta Antonio Cândido (CÂNDIDO, 1964, p. 46). Para onde convergem o social e o ambiental, sendo o local de sobreposição destas duas esferas.

É também o módulo sociológico e espacial de uma cidade, principalmente se estamos falando de tecidos urbanos históricos, onde a igreja e seu largo eram o ponto focal da paróquia ou freguesia de outrora. O bairro também serviu como módulo militar, e na atualidade, serve como unidade do planejamento urbano, tal como atesta, segundo Campos Filho, a inclusão do Plano de Bairro, nas discussões do Plano Diretor da cidade de São Paulo, em 2002/2003. Escala que também expressa a dimensão política do ativismo de bairro, sendo mais fácil para os seus moradores o reconhecer de suas centralidades, e não de suas linhas.

Podemos agrupá-los em distritos, como em Madrid, em comunas, como em Buenos Aires, em arrondissements, como em Paris, em Regiões Político-Administrativas, como no Recife. Em Lisboa, o nosso sentido de bairro equivale a freguesia. O bairro para eles corresponde a um conjunto de freguesias. Ou seja, bairro A, lugar da freguesia de; eu moro na freguesia de Santa ..., ou Nossa Senhora ..., primeiro bairro. Curioso que este rebatimento não tenha assumido esta conotação no Brasil. O percurso povoado-freguesia-vila-cidade, existiu sim, mas no Brasil laico a união Estado-Igreja não funciona mais assim. Embora continuem existindo os limites eclesiásticos de atuação das paróquias, os bairros e seus limites seguem divisões administrativas com outras conotações que se sobrepõem às iniciais, determinadas pela igreja.

No Recife, os bairros centrais vão sendo consolidados desde o século XVII, com o plano urbanístico dos holandeses e embora tenham sofrido aterros e modificações em altura e fachadas, ainda conservam grande parte de seu parcelamento inicial. O crescimento rumo ao interior da costa deu-se por meio de ‘ganglios’, que correspondiam outrora aos engenhos de açúcar, os quais, com o advento da estrada de ferro, passam a ser chamados de arrabaldes, arredores, subúrbios históricos.

“A cidade nunca se livrou da sua pressão modeladora inicial e três séculos depois ainda lembra muito o seu modelo de imitação – Amsterdã. Se os canais não tivessem sido obstruídos ou aterrados, o recife mereceria ainda hoje muito mais do que Nova Iorque o nome de ‘Nova Amsterdã’ ou de ‘Nova Holanda’, nestas terras tropicais da América do Sul” (CASTRO, 1960, p. 257).

Administrativamente, os limites dos bairros (as mesmas linhas que os delimitam) ainda assumirão os nomes de Setores Censitários, estes por sua vez agrupados em Zonas Administrativas. Os da várzea e os centrais, todos bairros.

A Cidade Maurícia foi a consolidação de uma política de distribuição de terras urbanas que se identificou com o modelo de raízes sociais definido pelos Países Baixos, no qual a todos os indivíduos se devia dar o direito do uso do solo, cujo padrão era bem definido pelo governo.

O ato de organizar o território, previamente estudá-lo, e para ele realizar um plano de ocupação reflete, sem dúvida, um novo método de projetar (...).

Comparando o ato de fundação de Olinda e de outras cidades do mundo português de além mar, onde as determinantes do desenho urbano eram decorrentes da definição presa do lugar e de natureza própria ao mundo que o lusitano criou nos trópicos, podemos avaliar a diferença de atitude entre as duas culturas que chegaram a conviver no Nordeste (MENEZES, José Luiz, apud TEIXEIRA, 2000, p. 127).

E quando mais se tenta destrinchar, mais enrolado fica o novelo. O conceito de bairro é inteligível, fácil de entender e perceber, porém não é preciso, nem bem definido. O futuro da escala bairro, não se pode afirmar ao certo, deve persistir, senão como presença, ao menos como essência.

Engenhos que viraram bairros, não sem antes passar pelas denominações arrabaldes, arredores, subúrbios históricos, gânglios urbanos, são hoje todos bairros.

Os bairros do centro, famosas freguesias cujos nomes e perímetros eram os mesmos dos bairros de hoje. Assim segue sendo o Recife. Cidade sereia segundo o poeta, que atrai os olhos de seus visitantes, mas não se mostra. Ou, antes, se mostra com toda sua miséria e favelas, como que para tapar a vista dos forasteiros, preservando seus encantos para os da terra.

“Assim como os pátios das igrejas, as praças ao redor das fortificações que permaneceram também tiveram suas funções modificadas, resistindo seu valor simbólico de monumento cultural, o que ajuda a contar a história da cidade, além de continuarem como referenciais na articulação dos espaços públicos” (ALMEIDA, 2001, p. 130).

Os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte sempre foram das sinhazinhas, do mundo suburbano ou ‘rurbano’ como dizia Gilberto Freyre¹, da cana cheirando a bagaceira², mas sempre ligado ao centro pelo comércio e serviços.

A forma espacial de um ‘umbigo’ – centro interligado à várzea por uma alça, do rio Capibaribe, figura esboçada na capa deste trabalho, já reforça o caráter de dependência e complementaridade centro-várzea, sugerido pelo próprio desenho, recorte da trama estudada.

A cidade do Recife tem a forma de um leque aberto, convergindo para o porto. Morfologia que se mantém até os dias de hoje. Um estuário apropriado pelo homem, o rio, a várzea, a paisagem que a caracteriza e eterniza. Uma geografia que possibilitou formas de ocupação e apropriação muito características, uma relação do edificado com os atributos naturais muito particulares, muito sua. Margens de rios e braços de mar, alagados temporários e permanentes, invadidos e ocupados pela baixa renda. Hoje cada palmo de terra disputadíssimo entre a alta e a baixa renda. Lado a lado, um mosaico muito heterogêneo e de proximidade entre riqueza e pobreza.

Nesse arcabouço insere-se o bairro e o que o define ou o caracterizou e caracteriza hoje, é o tema que gerou este texto. Um dos aspectos se sobressai ou a definição é a soma de todos: o nome, o limite físico-espacial, os espaços livres na trama, o curso do rio, sua várzea ou janelas que se abrem para este, uma forma, um conteúdo, uma escala urbana, é o que se tentou desbravar.

No texto, mais do que definir e classificar um bairro A ou B, o intuito seria mais geral – o que define um bairro qualquer, ou o que tem mais peso. No caso dos bairros centrais e dos bairros da várzea do Capibaribe no Recife, o caráter histórico tem um peso enorme. E isso se traduz em seus espaços livres, vegetados ou não: praças, adros, pátios, os quintais e jardins de Casa Forte. O público e suas morfologias expressam fortemente a identidade desses bairros. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais (ARENDT, 2004, p. 64).

1. Termo usado em referência aos hábitos rurais cultivados nos arrabaldes ou subúrbios históricos do Recife, principalmente dos da região de Casa Forte. O Recife se desenvolve como metrópole regional. É certo que nem tudo nela é desenvolvimento e sim inchação. Mas com subúrbios onde a inchação não chega. Um deles, Apipucos. O ainda e talvez sempre **rurbano**, e não de todo urbanóide, Apipucos (FREYRE, 1983, p. 19, grifos nossos).

2. Criou-se, assim, na planície recifense, uma burguesia com ares aristocráticos, mas sempre **cheirando a bagaceira**. Mesmo quando esta nobreza se arrumou nos sobrados da Madalena e do Recife e nos velhos casarões de Casa Forte e se enveludou, usando perfumes franceses e comendo em baixelas de prata, ainda era o cheiro do açúcar que se sentia, não só nos doces famosos como na pose e orgulho dos proprietários (BEZERRA, 1965, p. 27, grifos nossos).

Pontuando esses espaços livres, quase sempre a presença da igreja, como entidade física e espiritual, representante do poder canônico, cuja presença representava reconhecimento e importância do povoado, mas ao mesmo tempo definia seu arruado, o sentido espacial de seu crescimento e expansão. Uma centralidade nem sempre física, mas principalmente presencial e cotidiana na vida da comunidade. Não é diferente nos bairros estudados.

“De fato, as construções religiosas imprimiram seu selo à cidade fidalga, sem comparação possível com a arquitetura civil. Elas revelavam o significado eminente da Igreja no seio dessa sociedade e as características fundamentais da mentalidade de suas classes altas. Mas, além disso, revelaram alguns fenômenos sociais e culturais importantes, dado que os estilos arquitetônicos corresponderam tanto à gravitação da influência peninsular quanto às condições próprias da cidade e da região” (ROMERO, 2004, p. 141).

Os espaços livres nas cidades se remontam desde a Idade Média ou até antes, como espaço da feira itinerante, quer fosse junto às portas, quer junto das igrejas, como espaço agregador, depois espaços cívicos, de representação da burguesia urbana.

A ligação Recife–Olinda, através da lingüeta, será cortada, embora o molhe dos arrecifes continue até hoje a proteger o porto, sendo o primeiro elemento que descortina a visão desde a cidade alta de Olinda. Nos bairros centrais, uma identidade de caráter português – o bairro do Recife, um plano de origem holandesa nos bairros de Santo Antônio e São José, bairros que têm nome de freguesias devotadas a santos padroeiros da cidade, uma várzea que se impõe como arredores longínquos, o que os une? Possivelmente um rio e seus meandros, entre outros aspectos.

Não se pode dizer que não houve uma lógica portuguesa na eleição e fundação de novos núcleos urbanos nos séculos XVI e XVII. Houve direcionamentos sim, embora não postulados tão firmemente como o modelo hispânico. Os bairros centrais do Recife seguiram a lógica de ocupação portuguesa – a Aldeia do Recife; enquanto que os bairros de Santo Antônio e São José seguiram a lógica holandesa, depois apropriada pelos portugueses, embora elementos do traçado batavo continuem a existir.

“[...] na cidade Maurícia, dominavam os canais: um longitudinal e dois oblíquos, que serviam ao mesmo tempo de drenagem e de **caminhos líquidos**, onde circulavam as embarcações, e, nos passeios laterais, os pedestres. O canal longitudinal dava a diretriz principal ao traçado ortogonal dos quarteirões, e o rio Afogados, a outra diretriz (SANTOS, 2001, p. 11, grifos nossos).

Bairros que tiveram nomes associados a engenhos, limites circunscritos às freguesias, remetidos a arrabaldes. Bairros que tiveram nas igrejas e largos seus pontos fortes, morfologias semelhantes a tantas outras e ao mesmo tempo tão única. A composição com a água faz parte deste diferencial. A várzea espremida pelo rio de um lado, por um eixo viário de outro (av. 17 de agosto), uma linha de morros mais adiante (morros de Casa Amarela), uma fartura de verde em toda a várzea, associada a um padrão de ocupação do lote que induzia a isso.

Os limites dos engenhos e freguesias de outrora são os mesmos dos bairros de hoje; embora tenham passado por diferentes formas de ocupar o sítio. Rarefeita nos equipamentos dos engenhos, pouco adensamento com a ferrovia e as freguesias, adensamento controlado por força de lei hoje. O rio, as janelas de hoje, os gânglios e centros de povoações de outrora. Limites que por si só parecem não definir o bairro. Nem são unanimidade. Quase sempre não contemplam o sentido de apropriação, de pertencimento, num conceito mais geográfico e sentimental de afeição à terra. Uma relação de interdependência e ao mesmo tempo de complementaridade, de parceria cultural e intelectual. Que é diferente em bairros recentes ou sem atributos naturais de realce que os enfatize, como um bairro formado por vários edifícios de conjuntos habitacionais semelhantes, por exemplo.

Este trabalho procurou outras formas de olhar o bairro. O viés histórico com certeza fornece pistas claras e concisas da identidade da própria cidade a que pertencem. Uma identidade até certo ponto bipolar no caso do Recife: centro – subúrbios históricos, ou centro – várzea, diferente e única entre suas similares no Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 126 – Imagem aérea do bairro de Santo Antonio em primeiro plano, e do bairro do Recife ao fundo. Fonte: RICHTER, 2000, 10.

Figura 127 – Imagem aérea dos bairros centrais. Fonte: RICHTER, 2000, 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 128 – Recife, a sereia dos trópicos. Fonte: Revista Continente Turismo. Recife: CEPE, Edição Especial, dez 2001, p.40-41.

Figura 129 – Imagem aérea do Conjunto Urbano de Casa Forte e rio Capibaribe ao fundo. Autor: Gustavo Maia, 1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

Figura 130 –Imagem aérea do largo do Poço da Panela. Autor: Gustavo Maia, 1999.

Figura 131 –Imagem aérea da praça de Casa Forte e igreja matriz. Autor: Gustavo Maia, 1999.

Figura 132 –Pátio do Terço, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25.

Figura 133 –Pátio de São Pedro, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25.

Figura 134 –Praça Dezessete, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25.

Figura 135 –Praça Dom Vital, Mercado de São José e Igreja de N. S. da Penha, croquis. Fonte: RECIFE, 1996, p. 25.

EPÍLOGO:

Glyn parou, tentando escutar alguma coisa, em meio ao silêncio que reinava no alto das montanhas. Tinha chegado a Tal y Cefn. `A sua frente estava a represa, brilhando ao luar, e do outro lado erguia-se a crista escura de Gofenion. Ainda à frente, pensou, em meio àquelas visões do passado, depois da batalha de Claerion, ficava a longa ocupação romana e sua retirada gradual, o domínio celta e as invasões saxãs. Sua procura por Elis pelo alto das montanhas era parte de uma procura de si mesmo, de uma história e de uma paisagem que tinham dado forma à sua existência. Sua procura precisava continuar, e ele sabia que aquela longa história também continuaria a se desdobrar – a tradição dos ‘Ovos de Águia’, transmitida pelas vozes há muito desaparecidas do povo das Montanhas Negras .

WILLIAMS, Raymond. O povo das montanhas negras: o começo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 407 (capítulo final). ISBN 85-7164-156-0.

Tal e qual no texto acima, a história e a paisagem do Recife deram forma à sua existência. Minha tentativa de explicar esta cidade também pode ser parte da procura de minha existência. O Recife precisa continuar e sua longa história se desdobrar, transmitida pelas vozes desaparecidas e pelas gerações que ora se perpetuam, de que faço parte. Assim como continuará a minha procura.

Sandra Leão, janeiro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAHÃO, Sergio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablumme/Fapesp, 2008. ISBN 978-85-7419-792-0.
- ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar, 1987. CDU 711(815.41)
- AL-FARABI, Abu Nasr. **La ciudad ideal**. Madrid: Editorial Tecnos, 1985. ISBN 84-309-1134-0.
- ALMEIDA, Erika Audet de. **A articulação dos espaços públicos no Recife do século XIX**. Recife, UFPE, 2001. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano.
- ALVAREZ, Dario. **El jardín en la arquitectura del siglo XX: naturaleza artificial en la cultura moderna**. Barcelona: Reverté, 2007. ISBN 978-84-2912-114-8.
- ARAÚJO, Solange Souza. Tipologia dos espaços públicos de Salvador. In: Arquivo Digital de Cartografia Urbana. **Revista Urbanismo de Origem Portuguesa**, n. 9, dez. 2008. Fonte: <http://revistas.ceurban.com/numero9/artigos/solangearaujo.htm>
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. ISBN 85-218-0255-2.
- BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1974. CDD 981-03121.
- BARROS, Sandra Augusta Leão. **Os jardins de Friburgo em Recife/PE, Brasil: seu traçado e significado. As experimentações de uma corte européia nos trópicos no século XVII**. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Reabilitação de Jardins e Parques Históricos: paisagens culturais. Universidad Politécnica de Madrid, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (UPM/ETSAM), 2009 (mimeo).
- _____. **O que são os bairros: limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. São Paulo, FAU.USP, 2002. Dissertação de Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. ISBN 85-7164-276-1.
- BRAGA, João. **Trilhas do Recife: guia turístico, histórico e cultural**. Recife: Bagaço, 2007. ISBN 978-85-373-0299-6.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983. ISBN 85-2730-1008.
- _____. **Acidade na história da Europa**. Lisboa: Editorial Presença, 1995. ISBN 97-2231-8837.
- BERTRAND, Michel Jean. **Casa, barrio, ciudad: arquitectura del hábitat urbano**. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.
- BITOUN, Jan. Análise dos bairros do Recife através da distribuição de renda. In: **Revista de Geografia**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Editora Universitária da UFPE, Recife, 1996, p. 41-55, Edição Especial.
- BRUSCKY, Paulo (org.). **Album de Pernambuco e seus arrabaldes: 1878**. Litografias de F. H. Carls, Ed. Fac-Similada e ampliada. Recife: CEPE/Secretaria da Casa Civil, Governo do Estado, 2007. CDU 763.
- BURGOS, Kleber de; ARANTES, Ednaldo (orgs.). **Açúde de Apipucos: história e ecologia**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2009. ISBN 978-85-7858-037-7.
- CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo: Editora 34, 2003. ISBN 85-7326-268-0.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. São Paulo: José Olympio Editora, 1964.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. ISBN 85-271-0368-0.
- CASTRO, Josué de. Um ensaio de Geografia Urbana: a Cidade do Recife. In: **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 193-280.
- CAVALCANTE, Amanda Santos. **Pólo São José: uma proposta de requalificação urbana para trecho do bairro de São José**. Recife, UFPE, 2006. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo.
- CAVALCANTE, Morena Antunes. **Espaços públicos: um ensaio sobre os bairros de Santo Antônio e São José**. Recife, UFPE, 2006. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Camara Municipal do Recife, 1998, 2ª edição. ISBN 85-902543-1-3.
- CAZZOLATO, José Donizete. **Os bairros como instância territorial local: contribuição metodológica para o caso de São Paulo**. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Curso de Geografia, Universidade de São Paulo.
- CHACON, Vamireh. **O Capibaribe e o Recife: história social e sentimental de um rio**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1959.
- COLOM, Jaime Matas, VERGARA, Andrés Necochea, VICUÑA, Pilar Balbotín. **Las plazas de Santiago**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1983.
- CORREA, Antonio Bonet. **El urbanismo en España e hispanoamerica**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1991. ISBN 84-376-1004-4.
- COSTA, Luciana Santiago. **Lugares em Casa Forte: onde residem as fortalezas dos lugares?** Recife, UFPE, 2003. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano.
- COSTA, Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Massangana (Fundaj), 2001. ISBN 85-7019-3815.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997.
- ENGENHOS originaram bairros recifenses. *Jornal do Commercio*, Recife, 7/3/1999, Caderno Cidades, p. 2.

- FERREIRA, Lupericio Gonçalves. **O Recife de ontem**. Recife: impressão particular, 1996.
- FERREZ, Gilberto. **O álbum de Luis Schlappritz: memória de Pernambuco, álbum para os amigos das artes, 1863**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. ISBN 85-7044-008-1.
- FREITAS, Candida Efígenia L. Ramalho de. **O Parque 13 de Maio na modernização do Recife**. Recife, UFPE, 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano.
- FREYRE, Gilberto. **Apipucos: que há num nome?** Recife: Massangana, 1983.
- FRUGOLI, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995. ISBN 85-2790-2230.
- FUNDAÇÃO de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). **Cartas Planimétricas nº. 90:10, 90:05 e 85:10**, escala 1:10.000. Recife: FIDEM, 2000.
- _____. **Carta de Nucleação Centro**. Projeto Grande Recife, escala 1:20.000. Recife: FIDEM, 1987.
- _____. **Mapa da Cidade: sistema viário principal**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Empresa de Urbanização do Recife (URB), 2000.
- _____. **Plantas Topográficas Cadastrais nº. 90/09:05; 90/09:00; 90/08:05; 90/08:00; 90/07:05; 90/07:00; 90/06:05; 90/06:00; 91/10:00; 91/19:05; 90/19:00; 90/18:05; 90/18:00; 90/17:05; 90/17:00; 90/16:05; 90/16:00; 90/15:05; 91/20:05; 91/20:00; 90/29:05; 90/29:00; 90/28:05; 90/28:00; 90/27:05; 90/27:00; 90/26:05; 90/26:00; 90/25:05; 91/31:00; 91/30:05; 91/30:00; 90/39:05; 90/39:00; 90/38:05; 90/38:00; 90/37:05; 90/37:00; 90/36:05; 90/36:00; 91/40:05; 91/40:00; 90/49:05; 90/49:00; 90/48:05; 90/48:00; 81/53:00; 81/52:05; 81/52:00; 81/64:00; 81/63:05; 81/63:00; 81/62:05; 81/62:00; 81/73:05; 81/73:00; 81/72:05; 81/72:00; 81/71:05; 81/71:00; 81/70:05; 81/82:00; 81/81:05; 81/81:00; 81/80:05; 81/80:00; 81/92:00; 81/91:05; 81/91:00; 81/90:05; 81/90:00; 91/01:00; 91/00:05**, escala 1:1000. Recife: FIDEM, 1999.
- GALINDO, Marcos; MENEZES, José Luiz Mota. **Desenhos da Terra: Atlas Vingboons**. Recife: Instituto Cultural Bandepe, ABN-AMRO Bank, 2003 (Exposição homônima patrocinada pela Embaixada dos Países Baixos).
- GOITIA, Fernando Chueca, BALBAS, Leopoldo Torres. **Planos de Ciudades Iberoamericanas y Filipinas existentes en el Archivo de Indias**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981, p. VII-XX. ISBN 84-7088-294-5.
- GOMES, Edvania Aguiar Torres. **Recortes de paisagens na Cidade do Recife: uma abordagem geográfica**. Recife: Massangana (Fundaj), 2007. ISBN 978-85-7019-460-2.
- GONÇALVES, Fernando Antonio. **O Capibaribe e as pontes: dos ontens bravios aos futuros já chegados**. Recife: Comunigraf Editora, PCR, 1997.
- GUERRA, Flavio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1960.
- _____. **De Friburgo ao Campo das Princesas: nota histórica dos Palácios de Governo em Pernambuco**. Recife: Casa Civil, 1966.
- HERNANDEZ, José María Medianero. **Historia de las formas urbanas medievales**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004. ISBN 84-472-0841-9.
- JELICOE, Geoffrey; JELICOE, Susan. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: Gustavo Gili, 1995. ISBN 84-2521-6583.
- JOFRE, Julio Vidaurre. **Ciudad y arquitectura medievales: morfologías imaginarias en Castilla y León - 1050/1450**. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid (COAM), 1990, p. 137-160. ISBN 84-7740-028-8.
- KRIER, Rob. **Urban space**. London: Academy Editions, 1979, p. 15-62. (Chapter 1: typological and morphological elements of the concept of urban space).
- La Ciudad Hispanoamericana: el sueño de un orden**. Madrid: Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo (CEHOPU), Centro de Estudios e Experimentación de Obras Públicas (CEDEX), 1997. ISBN 84-7790-276-3.
- LAGO, Bia Correa do (org.). **Frans Post e o Brasil holandês**. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2003 (Exposição homônima).
- LAMAS, José Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993. ISBN 972-31-0606-x.
- LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1971, p. 195-203. ISBN 84-2970-910x.
- LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Unicamp; Aracaju: UFS, 2004. ISBN 85-268-0681-5.
- LUDEMIR, Rosa Bernarda. **Um lugar judeu no Recife: a influência de elementos culturais no processo de apropriação do espaço urbano do bairro da Boa Vista pela imigração judaica na primeira metade do século XX**. Recife, UFPE, 2005. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano.
- MACEDO, Silvio Soares. **Higienópolis e arredores: processo de mutação de paisagem urbana**. São Paulo: Edusp/Pini/ Eternit, 1987.
- MACIEL, Renata. **Retrato de um espaço público: as praças do Recife**. Recife: UFPE, 2005. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo.
- MARX, Murillo de Azevedo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp, 1980. ISBN 85-2130-6504.
- _____. **Cidade no Brasil: em que termos?** São Paulo: Edusp, 1999. ISBN 85-8544-5807.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influencia da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007. ISBN 85-7475-035-2.
- MELO, Norma Moura Lacerda de. **O papel das variantes econômicas na formação dos espaços urbanos: o caso da área recifense de Casa Forte**. Texto apresentado no Seminário Interdisciplinar Anpur Cidade e Produção do Cotidiano. Recife, 11 a 13 de novembro de 1993. Acessado em: <http://www.revistaes.ufba.br>

- MELO, Norma Moura Lacerda de; LEITÃO, Lúcia; QUEIROZ, Paulo Abílio. Legitimidade espacial: uma discussão sobre mutação e permanência das estruturas espaciais urbanas. *Revista EURE*, Santiago de Chile, n. 107, v. 36, abr 2010, p. 109-122. ISSN 0250-7161. Acessado em: <http://www.scielo.cl>
- MENEZES, José Luiz da Mota. *Atlas cartográfico do Recife*. Recife: Massangana (Fundaj)/Empresa de Urbanização do Recife (URB), 1988. ISBN 85-7019-172-3.
- ____. *Eu, Maurício: os espelhos de Nassau*. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2004 (Exposição Homônima).
- MONTEZUMA, Roberto (org.). *Arquitetura Brasil 500 anos: uma invenção recíproca*. Recife: UFPE, 2002.
- MORI, Klara Kaiser. *Brasil: urbanização e fronteiras*. São Paulo, FAU.USP, 1996. Tese de Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas.
- MORRIS, Anthony E. J. *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Gili, 1979. ISBN 84-2521-1816.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: origem, transformações, perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. ISBN 85-3360-8470.
- NEVES, André Lemoine. Morfologia de núcleos urbanos do agreste pernambucano surgidos no século XVIII. In: Arquivo Digital de Cartografia Urbana. *Revista Urbanismo de Origem Portuguesa*, n. 7, abr. 2007. Fonte: <http://revistas.ceurban.com/numero7/artigos/andrelemoine/neves.htm>
- PESSOA, José; PICCINATO, Giorgio (orgs.). *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. ISBN 978-7734-080-4.
- PONTUAL, Virginia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita (orgs.). *História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís*. Recife: Bagaço, 2005. ISBN 85-7409-906-6.
- RADOVANOVIC, Elisa; CREMONTE, Martin. *Evolución de los limites de la ciudad de Buenos Aires – de las parroquias a los barrios actuales: 1769-1972*. Buenos Aires: Instituto Histórico, 1994.
- RADOVANOVIC, Elisa. *Planos de Buenos Aires: siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Cedodal, 2001. ISBN 987-1033-03-6.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978, p. 163. ISBN 84-252-0718-5.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pini, 2000. ISBN 85-7266-1166.
- RECIFE, Prefeitura da Cidade do. *Atlas Ambiental da Cidade do Recife*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2000.
- ____. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Jornal do Commercio; BCP Telecomunicações, 2000 (10 fascículos).
- ____. *Lei nº. 16.284, de 22/01/97 – Imóveis Especiais de Preservação (IEP)*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 1997.
- ____. *Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, de 30/01/97*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 1997 (pranchas nºs. 81/52:05; 81/50:00; 81/70:50; 91/20:50; 90/07:05; 90/05:00; 90/25:50; 90/27:55).
- ____. *Lei nº. 16.293, de 22/01/97 – Regiões Político-Administrativas do Município do Recife*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 1997.
- ____. *Lei nº. 16.719, de 30/11/2001 – Área de Reestruturação Urbana (ARU) /Lei dos 12 bairros*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2001.
- ____. *Regiões Político-Administrativas do Recife: aspectos gerais*. Recife: Diretoria Geral de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Departamento de Informações e Projeções, 2001.
- ____. *Atlas Metropolitano: Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana do Recife*. Recife: Agencia Condepe/Fidem; Secretaria de Planejamento/PNUD, 2010.
- ____. *Recife 2000: projeto de cidade*. Recife: Empresa de Urbanização do Recife (URB), 1996. (mimeo)
- REYNALDO, Amélia (org.). *Metrópole Estratégica: Região Metropolitana do Recife*. Recife: Agência Condepe/Fidem; Prometrópole, 2005. ISBN 85-9959-001-4.
- RICHTER, Felix Christian Steiger. *Recife-Olinda*. Rio de Janeiro: Alpina/Céu Azul de Copacabana, 2000. ISBN 85-87467-06-9.
- RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: A. Machado Libros, 2008. ISBN 978-84-7774-001-8.
- ROBBA, Fabio. *A praça contemporânea nas grandes capitais brasileiras (1990-2004): do programa à forma projetual*. São Paulo, FAU.USP, 2004. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ROJAS, Javier Aguilera; REXACH, Luis J. Moreno. *Urbanismo español en America*. Madrid: Editora Nacional, 1973. ISBN 84-276-1137-4.
- ROMERO, Jose Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. ISBN 85-7108-268-5.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. ISBN 85-3361-4012.
- RUBIÓ, Manuel de Solá-Morales i. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Ediciones de la Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), 1997. ISBN 84-273-0768-5.
- RYKWERT, Joseph. *A idéia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo*. São Paulo: Perspectiva, 2006. ISBN 85-273-0768-5.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros (orgs.). *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura Municipal da Cidade do Recife/UFPE, 2000.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita. *Parque e paisagem: um olhar sobre o Recife*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010. ISBN 978-7315-733-8.
- SANTOS, Ana Renata Silva. *Pátios do Recife: um estudo tipológico de espaços urbanos nos bairros de São José e da Boa Vista*. Recife: UFPE, 2007. Trabalho Final de Graduação, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

- SANTOS, Carlos Nelson dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Eduff; São Paulo: Projeto: 1988. ISBN 85-7165-001-2.
- SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. ISBN 85-7108-228-6.
- SCARPACI, Joseph L. **Plazas and Barrios: heritage tourism and globalization in the Latin American Centro Historico**. Tucson: The University of Arizona Press, 2005. ISBN 0-8165-1631-6.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1997. ISBN 85-01-04620-5.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. ISBN 85-7244-349-5.
- SETA, Cesare de; LE GOFF, Jacques (orgs.). **La ciudad y las murallas**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1991.
- SILVA, Aline de Figueirôa. **Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)**. Recife: CEPE, 2010. ISBN 978-85-7858-047-6.
- SILVA, Leonardo Dantas. **Holandeses em Pernambuco: 1630-1654**. Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2005. ISBN 85-8938-6031.
- _____. **O Recife: imagens da cidade sereia**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Comunigraf Editora, 1998.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989.
- SUN, Alex. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac, 2008. ISBN 978-85-7359-674-8.
- TEIXEIRA, Manuel C. (org.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 97-2241-1209.
- _____. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. ISBN 972-24-1335-x.
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (orgs.). **Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. ISBN 972-24-1061-x.
- TUDURÍ, Nicolás María Rubió y. **Del paraíso al jardín latino: origen y formación del moderno jardín latino**. Barcelona: Tusquets Editores, 1981. ISBN 84-7223-808-3 (Colección los 5 sentidos).
- UNWIN, Sir Raymond. **La práctica del urbanismo: una introducción al arte de proyectar ciudades y barrios**. Barcelona: Gustavo Gili, 1984. ISBN 84-252-1197-2.
- VERA, Luis Cervera. **Plazas Mayores de España**. Madrid: Espasa-Calpe, 1990, p. 9-41, v.1. ISBN 84-239-5285-1.
- VIDAL, Javier Ortega; PERELLÓN, Francisco José Marín (orgs.). **La forma de la villa de Madrid: soporte gráfico para la información histórica de la ciudad**. Madrid: Dirección General de Patrimonio Histórico, Fundación Caja Madrid, 2004. ISBN 84-451-2704-7.
- VIERNO, Livia. **Semeadas e ladrilhadas: vilas e cidades no Brasil colônia**. São Paulo, USP, 2003. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas.
- WEBB, Michael. **The city square**. London: Thames & Hudson, 1990. ISBN 0-500-34113-3.
- WILHEIM, Jorge. **Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 63-80 (O bairro, unidade urbana).

Dicionários e Enciclopédias:

- ALMOYNA, Julio Martinez. **Dicionário de Português-Espanhol**. Porto: Porto Editora, 1998, p. 123, 163, 424, 591, 935 e 1182. ISBN 972-0-05041-1.
- AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1958, v. 1, p. 476 e 607, v. 2, p. 1550, v. 3, p. 2315, v. 4, p. 3735, v. 5, p. 4786, 4ª edição.
- AZEVEDO, Domingos de. **Grande Dicionário Francês-Português e Português-Francês**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1989, p. 93, 137, 685, 1011, 1074 e 1190, 11ª edição.
- CARVALHO, B. Lemos de. **Pequeno Dicionário Oxford de Inglês-Português**. Lisboa: Moraes Editores, 1971, p. 289, 632, 665, 680 e 952.
- CARVALHO, J. Mesquita de. **Dicionário Prático da Língua Nacional**. São Paulo: Egéria, 1968, 19ª edição, p. 99, 404, 513, 852 e 1074.
- CORONA & LEMOS. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972, p. 55, 65 e 170, 1ª edição.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 69, 93, 272, 368, 583 e 740. CDU 806-90-54-323-1.
- FERNANDES, Francisco. **Dicionário Ilustrado Verbo da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Verbo, 1972, v.1, p. 199 e 260, v.2, p. 676 e 897, v.3, p. 1358, v.5, p. 1705.
- FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004, p. 39, 49, 126 e 344, 1ª edição. ISBN 85-89533-12-3.
- FERREIRA, Aurelio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 168, 220, 601, 810, 1272 e 1623, 2ª edição.
- _____. (supervisão). **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 111, 148, 421, 572, 902 e 1137, 11ª edição, 4ª impressão.
- FIGUEIREDO, Candido de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1949, v.1, p. 277, 356, 598, 910, 1002 e 1247, 11ª edição.
- FONSECA, L. Simões da. **Nouveau Dictionnaire Français-Portugais & Portugais-Français**. Paris: Librairie Garnier Frères, p. 40, 56, 115 e 530.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

- FREIRE, Laudelino (org.). **Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: A Noite Editora, 1965, v.1, p. 739, v.2, p. 945 e 1981, v.3, p. 2626, v.4, p. 3828, v.5, p. 4771.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
- GARCIA, Hamílcar de. **Dicionário Espanhol-Português**. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: Globo, 1959, p. 74 e 130, 1ª edição, 7ª impressão.
- GAUTHIEZ, Bernard. **Espace Urbain: vocabulaire et morphologie**. Paris: Editions du Patrimoine, 2003, p. 30, 38, 39, 65. ISBN 2-85822-735-7.
- GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v.2, p. 437, v.3, p. 595, v.8, p. 1941, v.11, p. 2566, v.18, p. 4462, v.22, p. 5508. ISBN 85-13-00756-0.
- GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Ilustrada. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, v.3, p. 315, v.4, p. 18 e 19, v.9, p. 156, v.11, p. 819, v.20, p. 448-452, v.30, p. 229.
- HOUAISS, Antonio, VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 295, 380, 1062, 1389, 2137, 2630, 1ª edição. ISBN 85-7302-383-x.
- HOUAISS, Antonio; AVERY, Catherine B. (orgs.). **Novo Dicionário Barsa das Línguas Inglesa e Portuguesa**. New York: Appleton Century Crofts, 1967, p. 172 e 601, v.1.
- MAGALHÃES, Alvaro (org.). **Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado**. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: Livraria Globo, 1947, p. 153 e 207.
- MEA, Giuseppe. **Dicionário de Italiano-Português**. Porto: Porto Editora, 2000, p. 335, 854, 700 e 792, 2ª edição.
- MOLINER, Maria. **Dicionario de uso del español**. Madrid: Editorial Gredos, 1997, p. 247, 352, 1023, 20ª reimpressão. ISBN 84-249-1344-2.
- MOUSMAR, Youssef. **Dicionário árabe-português**. São Paulo, 2007, 5ª edição.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1976, v.1, p. 183 e 228, v.2, p. 559, v.3, p. 773, v.5, p. 1225, v.6, p. 1569.
- PARLAGRECO, Carlo. **Dizionario Portoghese-Italiano-Portoghese**. São Paulo: Martins Fontes; Milão: Aldo Garzanti Editore, 1984, p. 93, 141, 375 e 403.
- S. BURTIN-VINHOLES. **Dicionário Francês-Português & Português-Francês**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977, p. 210, 360, 390, 526, 541, 617, 668, 752 e 809.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa**. Lisboa: Editorial Confluencia, v.1, p. 212, 309, 825 e 1112, v.2, p. 1739 e 2253, 10ª edição.
- SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 16, 23 e 302, 5ª edição.
- TAYLOR, James L. **Portuguese-English Dictionary**. Rio de Janeiro: Record, 1970, p. 70, 91, 231, 307, 468 e 591.
- VALLANDRO, Leonel; VALLANDRO, Lino. **Dicionário Inglês-Português**. Porto Alegre: Editora Globo, 1979, p. 317, 700, 778 e 1078, 9ª edição.
- VALERY, Rafael; VALLMITJANA, Marta; TUKER, Alberto Morales. **Estudio de Caracas: evolución del patrón urbano desde la fundación de la ciudad hasta el período petrolero - 1567/1936**. Caracas: Universidad Central de Venezuela/ Facultad de Arquitectura y Urbanismo/ Instituto de Urbanismo, 1990. ISBN 980-00-0345-2.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam**. Lisboa: Livraria Civilização, 1865, p. 573, volume Primeiro, 2ª edição.

Dicionários on-line

- <http://www.ieb.usp.br> (acervo on-line ou dicionário on-line) ou <http://www.brasiliana.com.br> (acesso em out. 2008)

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Coimbra, 1712-1728.

- <http://www.workpedia.com.br>. (acesso em out. 2008)
- <http://www.priberam.pt> (acesso em out. 2008)
- <http://www.infopedia.pt> (WWW.portoeditora.pt, dicionário on-line) (acesso em out. 2008)
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/bairro> (acesso em out. 2008)
- <http://michaelis.uol.com.br> (acesso em out. 2008)

BIBLIOTECAS CONSULTADAS

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BIBLIOTECAS CONSULTADAS 'IN LOCO':

- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP), Universidade de São Paulo, Cidade Universitária, São Paulo/SP;
- Biblioteca da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP), Universidade de São Paulo, Higienópolis, São Paulo/SP;
- Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH/USP), Universidade de São Paulo, Cidade Universitária, São Paulo/SP;
- Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação (CAC/UFPE), Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife/PE;
- Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, Cidade Universitária, Recife/PE;
- Biblioteca Blanche Knopf da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (FUNDAJ), Apipucos, Recife/PE;
- Biblioteca da Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano, Prefeitura da Cidade do Recife, Bairro do Recife, Recife/PE;
- Biblioteca da Empresa de Urbanização do Recife (URB), Boa Vista, Recife/PE;
- Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand (IRB), Várzea, Recife/PE;
- Biblioteca Nacional, Madrid, Espanha;
- Biblioteca da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Universidad Politécnica de Madrid (ETSAM/UPM), Madrid, Espanha;

ACERVO VIRTUAL CONSULTADO:

- Arquivo Digital de Cartografia Urbana Portuguesa, Lisboa/Portugal
<http://ceurban.com/cartografiaurbana/publicacoes>
<http://revistas.ceurban.com/numero9/artigos>
- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ (obras raras)
<http://bndigital.bn.br>
- Centro de Documentación de Arquitectura Latinoamericana, Buenos Aires, Argentina
<http://www.cedodal.com.ar>
- Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Centro de Documentação, Recife, PE
<http://www.fundaj.org.br>
- Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, instituição dependente da Secretaria de Cultura do Governo da Cidade de Buenos Aires, Argentina
http://www.buenosaires.gov.ar/areas/cultura/patrimonio_instituto_historico
<http://www.buenosaires.gov.ar/areas/barrios>
- Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro/RJ (acervo Marc Ferrez)
<http://acervos.ims.uol.com.br>
- Prefeitura Municipal da Cidade do Recife, Recife/PE
<http://www.recife.pe.gov.br/cidade/projetos/fotosdorecife/index.html>
<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento.php>
- Revista Urbanismo – Universidade do Chile, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
<Http://revistaurbanismo.uchile.cl>
- Revista Continente Multicultural, Cia. Editora do Estado de Pernambuco (CEPE)
<Http://www.continentemulticultural.com.br>

ANEXOS

Descrição dos limites oficiais dos bairros estudados e sua espacialização, segundo a Lei Municipal nº. 16.293, de 22/01/97

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DO RECIFE

Inicia no Molhe de Olinda, limite Olinda/Recife, alcança a confluência dos Rios Beberibe e Capibaribe, segue até a Ponte da Tacaruna e continua pelo eixo do Rio Capibaribe passando pela Ponte de Limoeiro, atinge a Baía do Capibaribe, Ponte Buarque de Macedo, Ponte Maurício de Nassau, Cais da Alfândega, Ponte Giratória (Rodo-ferroviária) onde deflete à esquerda passando pelo Porto atingindo os arrecifes, onde segue até o molhe de Olinda, ponto inicial .

BAIRRO DE SANTO ANTONIO

Inicia na Bacia do Rio Capibaribe por trás do Palácio do Governo, segue pelo eixo deste rio atingindo a Ponte Princesa Isabel, seguindo para a Rua da Aurora, atingindo a Ponte Duarte Coelho e Ponte da Boa Vista, prosseguindo pela Rua Dr. José Mariano, atingindo a Ponte Seis de Março (Ponte Velha), onde deflete à esquerda, passando pela Travessa Casa da Detenção, onde deflete à direita, atingindo a Praça Dom Vital, por onde prossegue pela Rua do Porão até atingir o Cais de Santa Rita, onde deflete à esquerda, atingindo a Avenida Martins de Barros, onde prossegue pelo eixo do Rio Capibaribe, passando as Pontes Maurício de Nassau, e Buarque de Macedo, pela bacia do Rio Capibaribe, por trás do Palácio do Governo, ponto inicial .

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Inicia no Rio Capibaribe no lado esquerdo da Ponte Seis de Março (Ponte Velha), cruza este rio em direção do Cais do Areal, atingindo a Avenida Central no trecho final da Rua Azul, defletindo à direita, seguindo pela Avenida Central até a Ponte Ferroviária sobre o braço morto do Rio Capibaribe, onde deflete à esquerda pelo eixo, passando pela Ponte de Afogados e atinge a Ponte Nova da Avenida Sul (Ponte Cel. Eudoro Correia) na confluência com o Rio Tejiú, pela Avenida Sul sentido subúrbio-cidade; prossegue até o cruzamento com a Rua Bom Sucesso, onde deflete à direita até o encontro do Molhe do Cabanga com o cais da avenida José Estelita, seguindo por esta até o Cais do Porto, onde deflete na cabeceira da Ponte Giratória pelo lado do Cais de Santa Rita até a confluência com a Avenida Martins de Barros e Travessa Arsenal de Guerra no Cais de Santa Rita, onde deflete à esquerda até atingir a rua do Porão, seguindo para a Praça Dom Vital, atingindo a Rua Direita, onde deflete à esquerda, alcançando a Rua Tobias Barreto, seguindo por toda sua extensão até o encontro da Rua Floriano Peixoto, por onde contorna a Praça da RFFSA (Pça. Visconde de Mauá) e segue pelo flanco esquerdo da Casa da Cultura (antiga Casa de Detenção) e atinge o Rio Capibaribe pelo lado esquerdo da Ponte Seis de Março (Ponte Velha), ponto inicial .

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DA BOA VISTA

Começa na cabeceira da Ponte Princesa Isabel do lado da Rua Princesa Isabel, por onde segue cruzando a Rua do Hospício, seguindo pela Rua do Príncipe até o encontro com a Rua Bispo Cardoso Ayres, onde deflete à esquerda, seguindo por esta até atingir a Rua Corredor do Bispo, por onde segue até o encontro com a Rua Gervasio Pires, defletindo à direita até encontrar com a Avenida Conde da Boa Vista, seguindo por esta no sentido cidade-subúrbio até a Rua da Soledade, onde deflete à esquerda e segue até a Rua Barão de São Borja; daí deflete à direita até o encontro da Rua das Ninfas onde deflete à esquerda, seguindo pela Avenida Manoel Borba até o encontro com a Rua Gonçalves Maia, por onde segue cruzando a Avenida João de Barros, por onde segue até a Ponte João de Barros no cruzamento desta avenida com a Avenida Agamenon Magalhães, onde deflete à esquerda até tocar no pontilhão que faz cruzar o canal do Derby-Tacaruna com a Rua do Paissandu até o encontro com a Rua Dom Bosco, onde deflete à direita seguindo pela Praça Chora Menino e a Avenida Lins Petit, até encontrar com a Rua General Joaquim Inácio, onde deflete à esquerda, seguindo por esta até o encontro com a Rua Marques de Amorim; deflete à esquerda e segue por esta até encontrar a Rua Visconde de Goiana; deflete à direita e segue por esta até encontrar a Rua José de Alencar, defletindo à direita e seguindo pela Rua Jornalista Edmundo Bittencourt até o encontro com a Rua do Jasmim, onde deflete à esquerda, atingindo a Rua São Gonçalo, daí deflete à direita até encontrar a Rua Dr. José Mariano, tocando a cabeceira da Ponte Seis de Março (Ponte Velha) e continua alcançando a confluência desta rua com a Rua da Aurora, tocando a cabeceira da Ponte da Boa Vista, Duarte Coelho e Princesa Isabel, ponto inicial .

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DE APIPUCOS

Começa na Ponte de Apipucos na BR101 Norte sobre o Rio Capibaribe, entre a rua Prof. Joaquim Cavalcanti e a av. da Recuperação; deflete à direita e segue por esta av. (BR101 Norte), até encontrar o trecho final do giradouro de Dois Irmãos, onde deflete à direita para atingir a av. Norte até tocar na rua do Banho, onde deflete à direita alcançando a rua Dr. Anauro Dornelles Camara; segue por esta rua até atingir a Rua Coronel João Batista do Rego Barros; deflete à esquerda e segue por esta rua até a Rua Dolores Salgado e segue até atingir a Rua Docinópolis por onde atinge a Rua Massaranduba; deflete à direita e segue até a confluência desta rua com as Ruas Jaguarana e de Apipucos, prosseguindo por esta última até encontrar um riacho sem denominação, que liga o açude de Apipucos ao Rio Capibaribe, por onde sobe até tocar a Ponte de Apipucos, ponto inicial .

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DO MONTEIRO

Começa na Avenida Dezanete de Agosto, no trecho compreendido entre a Rua Piauí e a Rua Jorge de Albuquerque e segue por esta rua alcançando a Rua Tapacurá para atingir o Rio Capibaribe, onde deflete à direita e sobe pelo eixo até tocar num riacho sem denominação que liga o Rio Capibaribe ao Açude de Apipucos; deflete à direita pelo riacho para atingir a Rua de Apipucos, por onde deflete à direita em direção à Rua Jaguarana, onde deflete à direita atingindo a Rua Mandacaru, prosseguindo até a Rua Sirigi; por esta rua prossegue para alcançar a Rua Quatro de Março, por onde segue em direção à Rua Tramandaí e por esta alcança a Avenida Doutor Eurico Chaves; deflete à esquerda e segue até a Rua Iguatama; deflete à direita e segue por esta rua até a Rua Duas Barras; deflete à direita e segue por esta rua até a Rua Piracanjuba; deflete à esquerda e segue por esta rua até a Rua de Santa Izabel; deflete à esquerda e segue por esta rua até a Rua Maracá; deflete à direita por onde retorna à Avenida Dr. Eurico Chaves; deflete à esquerda para atingir o trecho final da Estrada do Arraial, defletindo à esquerda e segue até a Rua Guerra de Holanda, onde deflete à direita e segue até a Avenida Dezanete de Agosto, ponto inicial .

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DO POÇO DA PANELA

Começa na Avenida Dezanete de Agosto no trecho compreendido entre a Rua José Carioca e a Praça Flor de Santana e segue pela Rua Dona Olegária da Cunha até atingir o Rio Capibaribe por onde segue pelo eixo no lado direito deste rio, até encontrar a Rua Tapacurá, por onde atinge a Rua Jorge de Albuquerque, onde cruza a Av. Dezanete de Agosto para alcançar a Rua Guerra de Holanda em direção a Estrada do Encanamento; deflete à direita seguindo para a Rua Marechal Rondon onde deflete à direita e atinge a Av. Dezanete de Agosto, por onde prossegue até o trecho entre a Rua José Carioca e Praça Flor de Santana, ponto inicial .

Começa na Ponte Viaduto de Parnamirim, no Rio Capibaribe e segue pelo eixo do rio até encontrar o trecho final da Rua Dona Olegarinha da Cunha, onde defflete à direita e prossegue até a Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, por onde atinge a Ponte Viaduto de Parnamirim, ponto inicial .

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DE PARNAMIRIM

Começa na Ponte Viaduto de Parnamirim e segue pela Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, ao encontro da Avenida Dezanete de Agosto, onde deflete à direita e contorna a Praça Jornal do Commercio e alcança o pontilhão nesta Avenida sobre um canal sem denominação situado entre as Ruas Lemos Torres e General Aguiar, prosseguindo pela Rua Lemos Torres, até alcançar a Rua Flamengo, onde deflete à direita alcançando a Rua Dona Rita de Souza; deflete à esquerda na Rua Samuel Lins, onde deflete à direita alcançando a Estrada do Encantamento; deflete à direita e segue para a Rua Ferreira Lopes, onde deflete à esquerda seguindo para a Rua da Estrela; deflete à direita e prossegue atravessando a Rua Desembargador Goes Cavalcanti, em direção a Rua Albino Meira por onde prossegue até a Rua Padre Roma; deflete à esquerda alcançando a Rua do Futuro; deflete à direita e segue ao encontro da Rua Muniz Tavares, onde deflete à direita e alcança a Rua Leonardo Bezerra Cavalcanti, por onde chega à Ponte Viaduto de Parnamirim, ponto inicial .

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

BAIRRO DE CASA FORTE

Começa na confluência da Estrada do Encanamento, Rua da Harmonia e Rua Samuel Lins e segue por esta última até atingir a Rua Dona Rita de Souza, onde deflete à esquerda alcançando a Rua Flamengo; deflete à direita para alcançar a Rua Lemos Torres; deflete à esquerda para atingir a Avenida Dezanete de Agosto; deflete à direita seguindo até encontrar a Rua Marechal Rondon; deflete à direita e segue até encontrar a Estrada do Encanamento, onde deflete à direita e prossegue até a sua confluência com a Rua da Harmonia e Samuel Lins, ponto inicial .

Mapa da Área de Reestruturação Urbana (ARU - 12 bairros), segundo a Lei Municipal nº. 16.719, de 01/12/01

ANEXO

Revisitando as definições e espacialidades acerca da denominação bairro: como foram e como podem ser. Os bairros centrais e os bairros do Conjunto Urbano de Casa Forte no Recife

ANEXO 1

ÁREA DE REESTRUTURAÇÃO URBANA (ARU)

PERÍMETRO DOS BAIRROS DERBY, ESPINHEIRO, GRACAS, AFLITOS, JAQUEIRA, PARNAMIRIM, SANTANA, CASA FORTE, POÇO DA PANELA, MONTEIRO, APIUCOSE PARTE DA TAMARINEIRA

Espacialização da Área de Estruturação Urbana (ARU) definida segundo a Lei Municipal nº. 16.719, de 01/12/01.